

PAISAGENS EM PERSPECTIVA



Vista aérea de São Paulo. Fonte: Wikimedia Commons

MÚLTIPLOS CAMINHOS



ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e
Espaços da UFRN –Espacialidades

2023, Volume 19.1 – ISSN: 1984-817X

Dossiê: Paisagens em perspectiva: múltiplos caminhos

Editora responsável: Prof^a. Dr^a Fabíula Sevilha (UFRN)

Editora gestora: Talita Alves da Cruz (UFRN)

Secretária-geral: Emmily Keturyn Moreira da Paschoa (UFRN)

Secretário de comunicações e redes sociais: Italo Leonardo de Lima Queiroz
(UFRN)

Editores de texto (normatização): Luana Barros de Azevedo (UFRN)

Gerenciador do site: Guilherme Garcia Galego (UFRN)

Editores: Andressa Freitas dos Santos (UFRN)

Francisco Leandro Duarte Pinheiro (UFRN)

Luíza Vieira Cavalcanti (UFRN)

Douglas André Gonçalves Cavalheiro (UFRN)

Imagem de capa: Vista aérea da cidade de São Paulo. Fonte: Wikimedia Commons.

Na imagem (em preto e branco) inúmeros prédios de
diversos tamanhos estão ocupando a cidade, permeados por algumas avenidas
asfaltadas e algumas árvores. Ao fundo aparece um céu claro.

Composição de Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira (UFRN)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira

Vice-coordenadora: Fabíula Sevilha de Souza

ESPACIALIDADES –REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Editora responsável: Prof^a. Dr^a Fabíula Sevilha (UFRN)

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes –Sala 812.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000
–Lagoa Nova –CEP 59078-970 -Natal/RN

Disponível/Disponible/Available:

Site: periodicos.ufrn.br/espacialidades | E-mail: espacialidades@gmail.com

NATAL (RN) – BRASIL/2023

CONSELHO CIENTÍFICO

- Alarcon Agra do Ó (UFMG)
Alessandro Dozena UFRN
Amadja Henrique Borges (UFRN)
Ana Karine Martins Garcia (Secult-UFC)
Ana Maria Veiga (UFPB)
Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)
Angela Maria de Castro Gomes (UFF)
Antônia Valtéria Melo Alvarenga (UESPI)
Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho (UFC)
Aryana Lima Costa (UERN)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Bruno Uchoa Borgogino (UFPE)
Candice Vidal e Souza (PUC-MG)
Claudia Cristina Azeredo Atallah (UFF)
Daiane Silveira Rossi - FIOCRUZ
Durval M. de Albuquerque Júnior (UEPB)
Edrisi de Araújo Fernandes (UnB)
Edson Hely Silva (UFPE)
Érica Lopo de Araújo (UFPI)
Fabrina Magalhães Pinto (UFF)
Fagno da Silva Soares (IFMA)
Flavia Galli Tatsch (UNIFESP)
Francisco das C. F. Santiago Júnior (UFRN)
Francisco Firmino Sales Neto (UFMG)
Frederico de Castro Neves (UFC)
Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA)
Gilmar Arruda (UEL)
Haroldo Loguercio Carvalho (UFRN)
Henrique Alonso de Albuquerque (UFRN)
Isabel Cristina Reis (UFRB)
Jardel de Carvalho Costa (UESPI)
Jorn Seemann - Ball State University, in USA
José Otávio Aguiar - (UFMG)
Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Keila Auxiliadora Carvalho - UFVJM
Leila Bianchi Aguiar (UFRJ)
Lígio José de Oliveira Maia (UFRN)
Lyvia Vasconcelos Baptista (UFRN)
Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)
Marcia Severina Vasques (UFRN)
Márcio Ferreira Rodrigues Pereira (UFC)
Márcio Roberto Voigt (UFSC)
Margarida de Souza Neves (PUC-Rio)
Margarida Maria de Oliveira Dias (UFRN)
Maria Emília Monteiro Porto (UFRN)
Maria Regina Celestino de Almeida (UFF)
Marylu Alves de Oliveira (UFPI)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Nayana R. Cordeiro Mariano (UFPB)
Olívia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)
Pedro Pio Fontineles Filho (UESPI)
Rafael Ricarte da Silva - UFPI
Raimundo Barroso Cordeiro Júnior (UFPB)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Solange Pereira da Rocha (UFPB)
Sônia Maria de Meneses Silva (URCA)
Susana Isabel M. Guerra Domingos (UFRN)
Thiago Eustáquio da Mota (UPE)
Tyrone Apollo Pontes Candido (UECE)
Vitória F. Schettini de Andrade (UNIVERSO)

PARECERISTAS *AD HOC* DESTA EDIÇÃO

Bruno Fabris Estefanes (Unicamp)
Francisco Assis de Sousa Nascimento (UFPI)

APRESENTAÇÃO:

PAISAGENS EM PERSPECTIVA: múltiplos caminhos

Paisagens em perspectiva: múltiplos caminhos é o dossiê temático que visa reunir artigos e pesquisas científicas que investigam o conceito de paisagem no campo das ciências humanas, particularmente na História. Os múltiplos caminhos são as diferentes abordagens que o termo “paisagem” pode adquirir através de sua utilização em diversas metodologias acadêmicas. Como tantos outros conceitos, a paisagem é multifacetada e pode estar relacionada à topografia, à cartografia e ao território, bem como aos significados culturais presentes em um espaço histórico construído por produções históricas e construções socioculturais. As discussões teóricas recentes apontam para uma superação desta dicotomia entre natureza e cultura, entre paisagem natural e cultural. Desse modo, com esse debate, busca-se recompor a fragmentação entre as dimensões materiais e simbólicas da paisagem. O objetivo é convidar os historiadores a incorporar a noção de paisagem em seus trabalhos e problematizar a questão espacial presente em suas pesquisas.

A historicidade da paisagem, assim como suas formas e sensibilidades é outro elemento que tem sido abordado em debates acadêmicos. “A forma é considerada como dada, como natural, ela preexiste ao visualizado. O que possui história são os elementos culturais que se colam a essa imagem e às suas formas” (CORRÊA, 2015, p. 266).¹ A paisagem não é uma coisa, não é algo concreto, é a visualização, o dimensionamento e a perspectiva dos elementos naturais visualizados.² Apesar daquilo que está sendo observado serem elementos concretos (rio, rocha, árvore), apenas o pesquisador dará sentido a estes elementos.

¹ CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens através de outros olhares. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 252-276, 2015.

² Ibid.

Nessa perspectiva, o dossiê *Paisagens em Perspectiva: múltiplos caminhos* contempla vários artigos que abordam a questão da paisagem a partir de diversos horizontes, os quais analisam estudos de caso de experiências históricas situadas em recortes igualmente plurais. Dessa forma, abrindo o dossiê temático temos o artigo *Moldura lacônica: uma introdução à Paisagem Religiosa espartana (VII-III a.C.)*, de Cleyton Tavares da Silveira Silva, mestre e doutorando em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem como objetivo fazer uma introdução ao estudo da Paisagem Religiosa espartana observando indícios da produção na paisagem na documentação histórica. A análise do autor investiga as comunidades políticas helênicas, as *poléis*, sua capacidade de manter essa paisagem religiosa com ambientes de culto, templos e santuários evidenciando a paisagem enquanto produto cultural.

Em seguida o texto, *Paisagens na Geografia de Estrabão: o caso de Alexandria (I a.C.-I. d.C.)* de autoria de Alaide Matias Ribeiro, mestra e doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tece uma investigação acerca da cidade de Alexandria. Ribeiro realiza sua análise tendo como fonte a descrição feita por Estrabão sobre o que atualmente conhecemos como norte e nordeste da África, especialmente Alexandria. A autora analisa o espaço geográfico descrito na obra para compreender os aspectos pertinentes a este espaço e interpretar o texto a partir da paisagem.

Abrindo a seção livre temos o texto *Espaço e Micro-História: uma relação dialógica* de autoria de Francisco Wellington Gomes Filho, mestre pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tem como intuito traçar um diálogo analítico e metodológico entre o conceito de espaço e a abordagem da micro-história; por meio da utilização de pesquisas realizadas com narrativa de assombração, o autor busca alinhar o pensamento de diversos autores sobre a relação dialógica entre o espaço e a micro-história, mapeando as variações, regularidades, práticas, interações,

intencionalidades e simbolizações que podem vir a surgir quando se busca relacionar o espaço com a micro-história.

O artigo intitulado *Recinfernália, a cidade que nos guarda: condições de existir no Recife em meados dos anos 1960 e 1970*, foi escrito por Iago Tallys Silva Luz, graduado em História pela Universidade Federal do Piauí e mestrando pela mesma universidade, e de Fábio Leonardo Castelo Branco Brito, doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. O objetivo do texto é analisar parte das manifestações culturais do Recife entre 1960 e 1970, como elemento de representação do cenário nacional. Como fontes históricas foram utilizados os jornais *O Lidador* e o *Diário de Pernambuco*, além do filme *Recinfernália* (1975). Com base nas fontes, o artigo busca compreender o contexto cultural e político da época, e as práticas de resistência e expressão.

Em sequência, temos o artigo escrito por Manuel Affonso Ornelas, professor de História e mestrando pela UNIRIO, intitulado: *Quando o Sertão é uma opção: A ocupação de Cantagalo e o desenvolvimento de uma atividade econômica nos anos finais do século XVIII e início do XIX*. Seguindo a metodologia da micro-história, o artigo apresenta uma análise de como o acúmulo de capital através da exploração aurífera na cidade do Cantagalo, região do Vale do Paraíba Fluminense, posteriormente impulsionou a produção cafeeira que se tornou a principal receita de recursos para o Império do Brasil.

Dando continuidade, temos agora o artigo *O poder de Felipe II sobre a igreja católica no período moderno: Acordos e intervenções (Século XVI)* de autoria de Wilson Carlos da Silva, doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que por meio da utilização das bulas, declarações e correspondências entre o rei Felipe II e suas possessões ultramarinas tem como objetivo analisar as intervenções do rei sob a esfera eclesiástica em seus vice-reinados, tendo como papel de destaque do artigo as intervenções no vice-reino do Peru; ademais, o artigo busca demonstrar como o rei Felipe II utilizou da religião

como um elemento determinante na estruturação de sua política de dominação ultramarina e seu papel no projeto evangelizador colocado em prática nos vice-reinados.

Na sessão “Resenhas”, iniciamos pelo texto intitulado *Os Direitos ao Patrimônio Cultural e à terra na Constituinte de 88: Resenha Acadêmica de Lugares de Origem de Ailton Krenak e Yusef Campos* escrito por Mauro César de Castro Júnior, graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestrando pela mesma universidade e Milena Pereira Macedo, graduanda em História pela UFOP. A obra resenhada de Krenak e Campos (2021) discorre sobre a implementação das pautas em defesa das causas dos povos originários durante as disputas políticas durante a Constituinte de 1988. Na ocasião, é evidente a continuidade histórica dos conflitos culturais e disputas pelo patrimônio cultural ao longo da história brasileira e suas inúmeras perspectivas espaciais.

Em seguida acompanhamos a resenha *O Maior Revolucionário das Américas: a vida época de Toussaint Louverture, de Sudhir Hazareesingh (2021)* escrita por Igor Tostes Fiorezzi, bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade de São Paulo (USP) que expõe a obra do historiador britânico-mauriciano Sudhir Hazareesingh e sua investigação acerca dos acontecimentos durante a Revolução Haitiana, liderada pelo ex-escravizado Toussaint Louverture, que mobilizou visões das lutas anticolonialistas e antirracistas.

Além dos artigos, contamos com uma entrevista inédita e por escrito gentilmente concedida a Equipe Editora da Revista Espacialidades pela professora Dr^a Dora Shellard Corrêa, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) a qual apresentaremos adiante de maneira apropriada. A entrevista intitulada *Paisagens em perspectiva: aspectos sociais e possibilidades de pesquisa* dialoga sobre a importância do conceito de paisagem dentro da produção historiográfica brasileira e o seu desenvolvimento; a relação do conceito de paisagem com o espaço geográfico e a

história ambiental. Além de refletir sobre as intenções políticas e econômicas a respeito da construção dos usos e significados atribuídos às paisagens.

A Editora Chefe e a Equipe Editorial da Revista Espacialidades desejam a todos (as/es) uma excelente leitura,

Prof^a Dr^a Fabíula Sevilha

**Editora Responsável da Revista
Espacialidades.**

Andressa Freitas dos Santos

Douglas André Gonçalves Cavalheiro

Emmily Keturyn Moreira da Paschoa

Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Guilherme Garcia Galego

Luana Barros de Azevedo

Luíza Vieira Cavalcanti

Italo Leonardo de Lima Queiroz

Talita Alves da Cruz

Equipe Editorial da Revista Espacialidades

MOLDURA LACÔNICA: uma introdução à Paisagem Religiosa espartana (VII-III a.C.)

Cleyton Tavares da Silveira Silva¹

Artigo recebido em: 21/10/2022.

Artigo aceito em: 03/02/2023.

RESUMO:

Este artigo procura tecer uma introdução ao estudo da Paisagem Religiosa espartana, buscando observar na documentação, indícios da produção da paisagem enquanto produto cultural complexo, composta de uma trama visual, elaborada por uma rede de templos e santuários, muralha espiritual que protegera a cidade durante séculos. Pretende-se demonstrar a potencialidade da análise paisagística no caso do estudo das comunidades políticas helênicas, as *póleis*, principalmente em sua valência física; como também, ampliar os saberes a respeito de Esparta e espartanos, para além daqueles mais comuns, ligadas ao militarismo, à guerra e afins.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Paisagem Religiosa; Santuário; Esparta.

LACONIC FRAME: an introduction of Spartan Religious Landscape (VII-III BC)

ABSTRACT:

This paper seeks to weave an introduction to the study of the Spartan Religious Landscape, attempt to through the historical documentation, material of the production of the landscape as a complex cultural product, composed by a visual plot, elaborated by a network of temples and sanctuaries, a spiritual wall that had protected the city for centuries. It is intended to demonstrate the potential of landscape analysis in the case of the study of Hellenic political communities, the *polis*, mainly in their physical manner; as well as expanding knowledge about Sparta and Spartans, beyond those more common, linked to militarism and warlike.

KEYWORDS: Landscape; Religious Landscape; Sanctuaries; Sparta.

¹ Possui Graduação e Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6301794399679685>; ORCID (0000-0001-7876-0497); E-mail: cleyton_historia@yahoo.com.br; é membro do MAAT – Grupo de Estudo de História Antiga – UFRN.

1. Introdução

Das categorias articuladas ao Espaço, a noção de paisagem é daquelas cuja natureza elástica, tende à amplitude. A plasticidade do termo se deve, principalmente pelo que alcança, se pode chamar paisagem todo um conjunto imagético disposto, emoldurado, em um campo visual. A paisagem pode denotar, ao mesmo tempo, a topografia de uma dada região, o terreno onde os indivíduos habitam, uma porção específica de terra, que pode ser supervisionada do ponto de vista único e representada como tal (THOMAS, 2012).

Nesta perspectiva, se pode afirmar que paisagem é um conceito que acaba por guardar sobre si uma infinidade de significados, os quais estão sob a órbita da percepção humana, quanto ao mundo, às modificações do ambiente ao redor (ALCOCK, 2002). Isto posto, seria possível, portanto rastrear Paisagens antigas? Artefatos culturais produzidos por sociedades pretéritas, que por sua vez, também produziam representações sobre o Espaço?

Quando pensamos em Esparta, um conjunto de imagens rapidamente nos correm à mente, principalmente aquelas articuladas à guerra, ao treinamento físico inclemente, à educação dos cidadãos, e, em menor escala, à condição feminina, vista muitas vezes como que um reflexo, invertido, da contraparte ateniense. Por outro lado, o ambiente físico no qual a cidade estava inserida, assim como as práticas religiosas ali observadas, não despontam dentro deste arquivo, como quadros a ser lembrados. Neste sentido, a articulação entre o espaço físico e a disposição da arquitetura monumental, essencialmente religiosa, indica caminho fortuito, uma vez que congrega o relacionamento que aquela sociedade estabelecia com seu ambiente. Assim, procuramos aqui produzir um inventário da paisagem espartana, incluindo tanto os elementos dispostos no ambiente urbano, quanto aqueles localizados no campo, no ambiente rural.

Representações de Esparta e espartanos na contemporaneidade são comumente articuladas a discursos extremistas, racistas, xenófobos, da mesma

maneira que ilustram uma certa forma distorcida de ver/ entender o mundo, explícitos, principalmente, pelos movimentos da extrema direita, *far right/ alt right*, seja na Europa (TAGARIS, 2015), nos Estados Unidos (THAROOR, 2016) ou mesmo no Brasil (TEIXEIRA, 2020).

Uma proposta que procure se desvencilhar das representações mais corriqueiras sobre Esparta e espartanos, amplia de maneira ambivalente os saberes contemporâneos sobre o tema, visto que introduz novas perspectivas – de que formas aqueles grupos construía representações sobre o ambiente em que viviam, sobre os edifícios onde cultuavam – e, ao mesmo tempo, amplia visões balizadas sobre a cidade e seus cidadãos, mecanismo mais que eficiente na batalha discursiva sobre os usos do passado. Os espartanos não eram apenas devotos da guerra, ou perversos senhores de escravos, mas, construíram sobre si e seu território, uma vasta rede, interligada por determinados centros de culto, que articulados às cerimônias e festas ali performadas, formavam o que François de Polignac e John Scheid chamaram Paisagem Religiosa.

Este artigo procura tecer uma introdução ao estudo da Paisagem Religiosa espartana, buscando observar na documentação histórica disponível, indícios da produção da paisagem enquanto produto cultural complexo, composta de uma trama visual, elaborada por uma rede de templos e santuários, que de maneira intervisível, todos visíveis entre si, estavam localizados ao redor de Esparta. O que formava um cinturão protetivo, uma verdadeira muralha espiritual que protegera a cidade durante séculos. Assim, este artigo ambiciona demonstrar a potencialidade da análise paisagística no caso do estudo das comunidades políticas helênicas, as *pólis*, principalmente em sua valência física; como também, ampliar os saberes a respeito de Esparta e espartanos, para além daqueles mais comuns, ligadas ao militarismo, à guerra e afins.

Para tanto, este artigo procurará responder o que são Paisagens Religiosas? e, como tal arranjo se conecta ao mundo da *pólis*, da cidade-estado helênica? Tendo respondido a tais indagações, far-se-á e uma apresentação geral dos centros de culto

localizados nas cercanias de Esparta, os santuários: de Atena *Chalkíoikos*; de Ártemis *Orthia*; de Menelau e Helena, o *Menelaion*; e por fim, o santuário dedicado a Apolo *Amicleu*, o *Amiclaion*. A opção por estes santuários se efetiva por dois motivos: são ambientes citados pela literatura de época, assim como foram ambientes encontrados, identificados e escavados pelas escolas arqueológicas desde o final do século XIX.

2. O que são Paisagens Religiosas?

Entendemos que ‘paisagem’ é um conceito que permite a ampliação da noção de lugar e seguimos a noção de Adam T. Smith, para quem a paisagem surge historicamente enraizada à produção de laços que unem espaços (como formas de delimitação da experiência), lugares (como estética geográfica ou construída que atribuem significado locais) e representações (como imaginadas cartografias de possíveis mundos) (SMITH, 2003, p. 203). A paisagem é entendida neste artigo, como uma instituição simbólica da organização do espaço, como arena das interações entre os grupos e lugar de circunscrição física de suas memórias e identidade. É na paisagem, seja rural, seja urbana, que os grupos sociais inscrevem seus percursos cotidianos, mas é nela onde se articulam, socialmente, politicamente, religiosamente.

Já a noção de *Paysage Religieux*, Paisagem Religiosa, na perspectiva de François de Polignac e John Scheid (2010, p. 430-431), estabelece não somente no espaço, assim como não somente no rito – mas nos percursos situados entre símbolos de poder religioso: templos de arquitetura monumental, e humildes demarcações solitárias estabelecidas na paisagem, como as *horót*², por exemplo. A Paisagem Religiosa se estabelece enquanto consumo do espaço, construindo e sendo construída na passagem de um lugar a outro, refazendo trajetos míticos, de um espaço cultural a outro, celebrando ao longo da paisagem, cultos e rituais de devoção às divindades ora adoradas.

² *Ἱερόλιθον*. Pedras, ou amontoado de pedras que marcam fronteiras de territórios políticos, templos, distritos ou propriedades. Me referirei de maneira mais completa adiante.

A noção foi concebida como forma de enquadramento do culto politeísta, abordado pelos autores como um ‘sistema aberto’, que se articulava, hierarquicamente, entre marcos físicos da paisagem, de menor ou maior escala. Tal perspectiva “[...] nasceu da percepção de que culto e rito existem somente enquanto estão ancorados no espaço, seja de maneira estável ou provisória.”³ (POLIGNAC e SCHEID, 2010, p. 430-431). E, assim, templos, santuários, e demais demarcações religiosas do espaço, formariam a ‘armadura’ espiritual de um território. A Paisagem Religiosa está inserida, então, dentro de uma órbita que negocia Espaço-Rito, e uma vez que a noção de paisagem é relacional à imagem, engloba visão e, portanto, representação. (POLIGNAC, 2014, p. 10). A paisagem é composta, na perspectiva de Polignac, por variados níveis de representações, que apesar de distintas, não são estranhas umas às outras, e principalmente, não se confundem. De uma maneira geral, a Paisagem Religiosa caracteriza o modo como os antigos percebiam a presença e forças superiores em diferentes lugares.

Por outro lado, a Paisagem Religiosa não pode ser confundida como Paisagem Cultural, que para de Polignac se define pela “integração de práticas culturais e percursos culturais nos elementos constitutivos de uma paisagem”⁴. (2010, p. 494, tradução nossa). Além disso, há o espaço cultural, organizado pela “estruturação de um espaço social para a divisão e hierarquização lugares de culto”⁵ (p. 494, tradução nossa). Um Santuário não é em si mesmo uma Paisagem Religiosa, mas parte dela. Cada Santuário, ou espaço de culto, é potencialmente um espaço que comunica, que indica sentido.

No ínterim de uma dada sociedade, que se constrói, se modifica, se remodela os significados atribuídos a esses lugares culturais, e criando conseqüentemente o que podemos chamar de Paisagem Religiosa. Esse enquadramento religioso é fruto, portanto, da interação entre o rito e os caminhos que percorre, produzindo sentido religioso, por um lado, e sendo produto, por outro de uma cultura religiosa dinâmica que se adapta às localidades onde está estabelecida.

³ “La notion de paysage religieux naît de la constatation que le culte et les rites n’existent qu’en tant qu’ils sont ancrés dans l’espace, que ce soit de manière stable ou provisoire.”

⁴ “[...] l’intégration des pratiques et parcours culturels dans les éléments constitutifs d’un paysage”.

⁵ “[...] la structuration d’un espace social par la répartition et la hiérarchisation des lieux de culte”.

Por fim, a noção de Paisagem Religiosa, concebida por François de Polignac e John Scheid, abrange não somente a Paisagem Cultural, mas sim, as práticas de integração, caminhos traçados dentro de uma paisagem: não somente, o espaço de adoração, enquanto estrutura de um espaço social para a alocação e priorização de locais de culto, mas, alcança toda uma rede de construções simbólicas do espaço por meio de representações de lugares específicos. Assim, o caráter religioso do lugar da representação, seja qual for, associa-se com o rito, de forma que atribui configuração e coerência às construções simbólicas. A Paisagem Religiosa é, portanto, inerentemente múltipla dentro de uma sociedade única, e a compreensão de sua dinâmica é um elemento essencial para divulgar a análise de práticas e concepções religiosas. (POLIGNAC, 2010, p. 495).

Templos e Santuários conformavam a moldura religiosas da paisagem da *pólis* helênica. Sua historicidade está diretamente vinculada à formação e desenvolvimento do modelo *poliade*. Para Nanno Marinatos, a adoção de centros de culto bem definidos não representaria uma mudança abrupta nas práticas cúlitas, mas demarcava a opção por monumentalizar (MARINATOS, 1993, p. 179). Para a autora, a monumentalização dos templos se vincula ao poder e prestígio daquela comunidade, uma vez que, os templos deveriam ser vistos como uma importante expressão da identidade da comunidade, e, na medida em que tais cidades estavam em constante clima de disputa, templos e santuários deveriam ser vistos como expressões de poder e prestígio (p. 180).

Para Christina Williamson o santuário helênico seria o resultado da interação entre lugar sagrado e da atuação de uma comunidade articulada a este ambiente, por meio dos cultos e rituais ali performados, o que concorre à formação de vínculos entre os membros desta comunidade (WILLIAMSON, 2013, p. 01).

A autora aponta um conjunto de características que conformavam a personalidade do santuário: o santuário abrigava um conjunto de eventos, competições e exibições; o santuário estava separado para o cumprimento de determinadas funções, onde somente um conjunto determinado de pessoas teriam acesso, em diferentes dias do ano, ou mesmo, horas do dia. Assim, o santuário era o domínio de um deus, compartilhado com o conjunto de cultuantes, que

controlariam a participação na comunidade, por meio da prática dos ritos e cultos neste ambiente religioso (WILLIAMSON, 2013, p. 01).

Os santuários estavam distribuídos por toda a paisagem *poliade*. Os santuários urbanos estavam localizados na *Asty*, zona mais densamente povoada da *pólis*. Estes santuários se localizavam, comumente, em colinas, locais de maior controle da visibilidade sobre a cidade. Tais construções cumpriam função cívica, de definição de um culto que ocupasse papel de centralidade naquela comunidade. Já os santuários estabelecidos na *Khóra*, região menos densamente povoada da *pólis*, são chamados Santuários extraurbanos. Estes últimos, demarcavam as fronteiras do território *poliade*. Seja no aspecto urbano, ou rural, a paisagem da *pólis* helênica estava locupletada por lugares de natureza religiosa, templos e santuários estendidos como nós em uma rede mais ampla.

O surgimento do templo monumental, sua construção e efetivo uso está diretamente ligado ao surgimento do próprio sistema *poliade*. François de Polignac percebeu a construção de templos e santuários como marcos definidores de poder e identidade helena fisicamente postos (POLIGNAC, 1995). Isto é, o autor entende a religião como um mecanismo capaz de gerar solidariedade e coesão social suficientemente intrincadas ao ambiente social de forma a produzir um ambiente como a *pólis*. O que chamamos de *pólis* resultou do estabelecimento progressivo de coesões sociais e de hierarquias que tornaram a forma de busca por um acordo com relação à escolha dos cultos mediadores e das modalidades de participação em seus ritos (POLIGNAC, 1995).

Além disso, Catherine Sourvinou-Inwood aponta a *pólis* exercendo uma autoridade institucional capaz de organizar o universo e mundo divino em um sistema religioso, amplo e complexo. Foi na *pólis* que houve o arranjo do conjunto dos deuses helenos, o panteão propriamente, e definiu um sistema de cultos, rituais, santuários particulares e um calendário sagrado. A *pólis* ancorou, legitimou e mediou toda a atividade religiosa (SOURVINOU-INWOOD, 1990, p. 19). De acordo com autora, foi a articulação dada em cada comunidade, seja do culto, da história, suas modalidades específicas, enfim, aspectos da divindade, realizadas na cidade que os

deuses cultuados nas diferentes *pólis* eram, obviamente, percebidos como os mesmos deuses.

O que os diferenciava era a articulação precisa do culto, sua história, suas modalidades específicas, os aspectos de cada divindade que a cidade escolhia enfatizar, no caso, quais divindades eram mais proximamente conectadas e importantes (SOURVINOU-INWOOD, 1990, p. 18).

Por fim, enquanto se vê o crescimento efetivo das comunidades, e a dispersão do modelo políade em determinadas regiões do mundo helênico, principalmente ao longo do século VIII, os ambientes e espaços de culto passaram por modificações estruturais, tanto na posição que ocupavam em relação à cidade como em relação à monumentalidade com a qual foram construídos ou reformados (SOURVINOU-INWOOD, 1993). É neste intervalo que “A *pólis* colocou a religião em seu centro, forjou sua identidade por meio da religião.”⁶ (SOURVINOU-INWOOD, 1993, p. 08. tradução nossa).

Assim, entendemos a religiosidade como argumento cívico de centralidade dentro das vivências, inclusive políticas da *pólis*. Assim como Paul Cartledge (1998), percebemos a *pólis* tanto como ambiente dos seres humanos, como dos deuses. Eles habitam o local. Habitam a cidade. Seus templos e santuários povoavam a paisagem urbana, mas também ocupavam papel na própria organização do território da *pólis*.

3. Religião e Paisagem Religiosa em Esparta

Há certa riqueza documental, tanto na literatura quanto na cultura material, sobre as práticas religiosas espartanas. Apesar disso, como completa Nicolas Richer, essa abundante profusão documental está “finamente” espalhada (RICHER, 2007, p. 236), o que carrega um desafio adicional à pesquisa: a capacidade de rastrear e articular uma soma razoável de expressões, citações, referências sobre a religiosidade espartana, produzidas em épocas diferentes, com propósitos diferentes, a partir de autores e contextos também distintos.

⁶ “*The polis put religion at its centre, forged its identity through religion.*”

Heródoto de Halicarnasso comenta: “De fato, eles punham os deveres para com os deuses acima dos deveres para com os homens.” (HERÓDOTO. V. 63.2). A observação do autor não é isolada, mas, faz parte de verdadeira etnografia da religião espartana, explícita ao justificar ações de natureza política e militar às questões religiosas. Heródoto abordou diversos temas ligados à religiosidade espartana, desde os ritos funerários dos reis de Esparta às justificativas quanto à opção logística espartana em relação à guerra frente aos persas, em Maratona (VI. 106. 3; VI. 120), e, depois nas Termópilas (VII. 206. 1; VII. 209. 1-5).

Já Tucídides, contemporâneo do escritor de Halicarnasso, lembra-nos do caso de Plistoânax, rei de Esparta, que foi recebido de volta do exílio, “com danças e sacrifícios comparáveis aos realizados na entronização dos reis quando da fundação da Lacedemônia.” (V. 16. 3). Isto é, as práticas do espaço estão diretamente ligadas às expressões religiosas.

Xenofonte, observando o cuidado espartano com tudo aquilo que envolvia a vida militar, informa-nos: nada em relação à guerra lhes é estranho. (*A Constituição dos Lacedemônios*. XIII. 5). Cercam-se de todos os cuidados, inclusive dos religiosos, para obter vitórias no campo de batalha. Devido à natureza metódica dos espartanos, Xenofonte conclui que eles são *technitai*, isto é, artífices, artesãos, cujo ofício é a guerra.

Já Plutarco, escrevendo sob uma perspectiva retroativa, observa que os espartanos eram absolutamente religiosos, a concepção de suas leis teria origem divina, promulgadas pelo Oráculo de Apolo em Delfos. (PLUTARCO. *A Vida de Licurgo*. VI. 2, 8.) Uma das primeiras determinações da mítica constituição, a Rethra, seria a edificação dos templos de Zeus Silânio e Atena Silânia. Plutarco conclui então que Esparta estava circundada pelo divino (*A Vida de Licurgo*. XXIII).

Posteriormente, já no século II a.C., o periegeta Pausânias, voltava a abordar o mesmo tema: os espartanos se esforçaram para alcançar proteção divina, cercando seu território, principalmente a planície espartana, de templos e santuários. (PAUSANIAS. III. 11.1; 18.5). Por mais que a descrição do autor tenha uma série de desafios, da época de escrita, de tema, de abordagem, enfim, a circunscção religiosa

em Esparta, também pode ser aferida tanto na documentação literária de época Clássica, quanto por meio da observação do registro material.

Pausânias realizou um verdadeiro inventário das ruas e caminhos de Esparta, destacando, principalmente, as construções religiosas, traçando um vasto itinerário dos templos, santuários, memoriais, cenotáfios e túmulos dos heróis. Sua preocupação se baseava na determinação dos *loci* físicos dos grandes vultos do passado, imagens da época Clássica estavam no panorama de Pausânias. Desde o túmulo de Leônidas e de Pausânias (III.14.1; 17.7), o comandante espartano que bateu os persas em Platéias até os ambientes consagrados à honra de Cynisca, a princesa espartana vitoriosa, duas vezes, nas competições de corridas com os cavalos em Olímpia (III. 15.1).

Está clara a predileção de Pausânias pela descrição de monumentos que façam lembrar um determinada Esparta, aquela de épocas Arcaica e Clássica, em detrimento a monumentos mais recentes, aqueles produzidos na época helenística. O uso direto, ou indireto de autores como Heródoto, Tucídides e Xenofonte, demarcam o interesse do periegeta em fazer lembrar um determinado conjunto de memórias, que agem como gatilhos para a observação da era contemporânea: a grandeza das antigas *póleis* helênicas. (CARTLEDGE, 2001, p. 167-172).

Sobre o relato de Pausânias, a descrição do ambiente físico, da topografia da cidade, assim como da composição de uma etnografia religiosa do passado espartano são fatores determinantes para seu uso como evidência de época. Mesmo que tal observação cause um misto de atração e frustração (CARTLEDGE, 2001) àqueles que se dedicam à pesquisa sobre Esparta. Por fim, Cartledge dissuade aqueles que se dedicam ao estudo de Esparta: a utilidade da narrativa de Pausânias sobre a Esparta Arcaica e Clássica poderia tender a uma interpretação inadequada, apesar disso, ela pode ser valiosa, quando entende-se que “Pausânias tinha sua própria agenda, uma que não era a nossa e que da qual permaneceu no controle o tempo todo.”⁷ (CARTLEDGE, 2001, p. 171. tradução nossa).

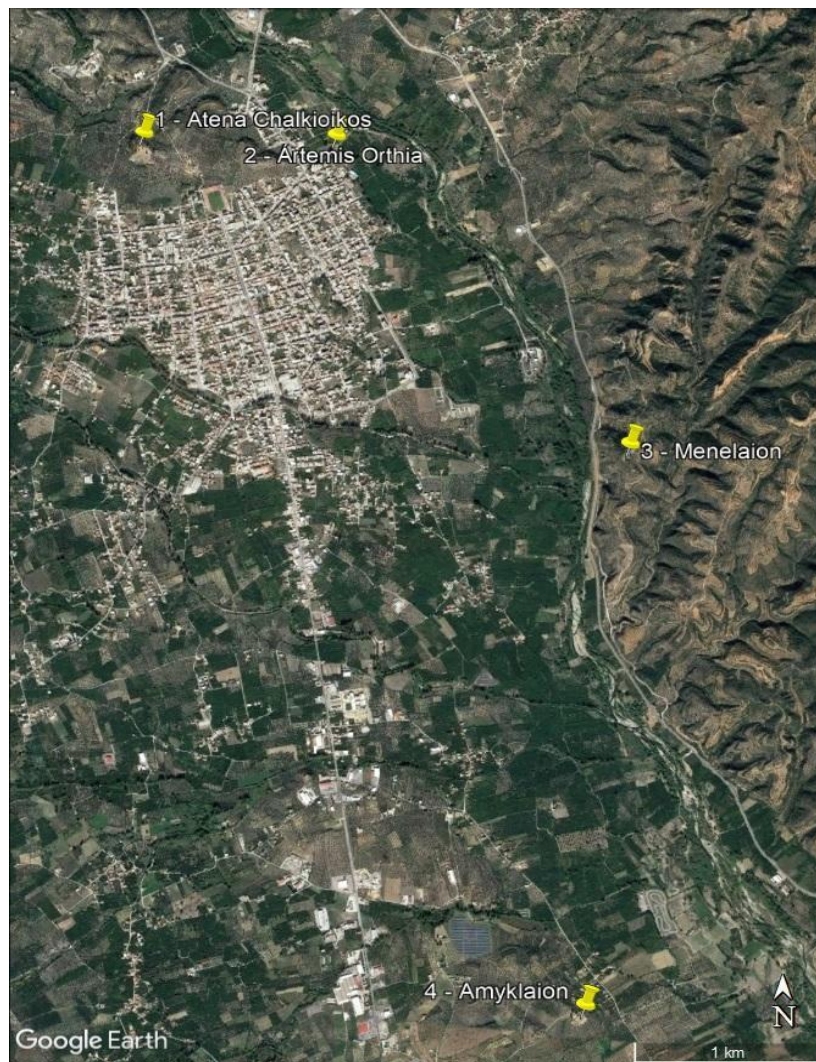
Já em relação à evidência material, os principais sítios arqueológicos escavados em Esparta ao longo destes mais de cem anos de correntes trabalhos de

⁷ “[...] *Pausanias had his own agenda, one that was not ours, and of which he remained in control throughout.*”

prospecção (CATLING, Hector, 1998, p. 19-27), são os templos e santuários ali construídos. (CARTLEDGE, Paul. 1998, 39-47). Com base, principalmente, no trabalho da arqueologia, que conseguiu identificar um grande número de ambientes cúlticos, não só em Esparta, mas em toda a Lacônia (PAVLIDES, 2018, p. 1-17).

Os principais centros de culto em Esparta são aqueles localizados às extremidades dos centros de habitação espartanos, as *Obái* as vilas formadoras da cidade, como ilustra a Figura 1. Estes santuários estavam localizados nas cercanias do centro urbano, organizados de forma intervisível, isto é, que estão no campo de visão uns dos outros, como demonstra a figura 2. Esparta estava envolta em um cinturão de santuários a seu redor: da acrópole, Atena *Chalkíoiikos*, da Casa de Bronze; nos limites da cidade, no flanco do rio Eurotas, do limite superior leste, já na margem do Eurotas, o santuário de Ártemis *Orthia*. Seguindo o percurso do rio, na margem posterior, em direção sul de Esparta, o *Menelaion* no alto de uma colina, centro micênico abandonado e reconstruído em duas etapas, a primeiras delas em torno do ano 700. Ainda mais ao sul, cerca de 5 km de Esparta o santuário de Apolo em Amiclas, o *Amiclaion*. Serão estes santuários abordados nesse artigo.

Figura 1: Fotografia de satélite de Spárti, comunidade atual erguida sobre a antiga Esparta. Nos pontos em destaque se apresentam os templos e santuários abordados no artigo: 1: Atena *Chalkioikos*; 2: Ártemis *Orthia*; 3: *Menelaion*; 4: *Amyklaion*.



Fonte: Google Earth Pro. Acessado em 20 de abril de 2021.

Estes santuários passaram por um grande processo de reforma, ou de reconstrução dentro de um intervalo mais próximo, entre o VII e VI séculos, o que denota uma ação conjunta, organizada no sentido de efetivação da monumentalidade por sobre determinado conjunto templário.

Figura 2: Fotografia Panorâmica 1, Esparta vista do alto da colina do *Menelaion*, em Terapne. Legenda: A: Acrópole espartana; O *Ártemis Orthia*; E: rio Eurotas.



Fonte: KÖIV, Mait. Sanctuaries and traditions in Ancient Spartan. IN: KÄMMERER, T. R.; KÖIV, M. Cultures in Comparison Religion and Politics in Ancient Mediterranean Regions. Münster: Ugarit-Verlag, 2015. p. 61.

Há ainda uma série de santuários com grande potencial analítico, como o santuário de Zeus *Massapeus*, na atual Tsakona (LAKY, 2016, p. 170-174); o santuário de Koré *Soteira*, o *Eleusinion* (LAFOND, 2018, p. 414) em Kalyvia Sochas ao sul, cujas inscrições atestam uma grande presença feminina; além do templo de Artemis *Liminatis*, nas proximidades de Volimnos (KOURSOUMIS, 2014, p. 191-222; WEST III, 2013, p. 797). De uma forma geral, os espartanos confiavam na ação das forças sobrenaturais, asseguraram-se da proteção divina estabelecendo-a em torno de suas comunidades.

3. O Santuários espartanos

Entre o final do século XIX e o início do XX Esparta e região se tornam grandes alvos das escolas arqueológicas sediadas em Atenas. A primeira escavar em Esparta foi a *American School of Classical Studies at Athens*, ASCSA, entre 1892 e 1893.

Sob a direção de Charles Waldstein, os membros da escola realizaram escavações no chamado ‘prédio circular’ e no que acreditava ser o túmulo de Leônidas, o *Leonidaion* (WALDSTEIN e MEADER, 1893, p. 410-428). A partir de 1904, a *British Schooll at Athens*, a BSA, inicia uma série de expedições arqueológicas na mesma área. O primeiro dos centros religiosos descobertos e escavados em Esparta foi o de Ártemis *Orthia* (BOSANQUET, 1905/1906; DAWKINS, 1929). Os resultados das escavações mostram que o Templo seguiu, de forma contínua, a receber ofertas de cultuantes desde sua reconstrução, c. século VII, até a época romana, período no qual o templo passa por outra onda de reformas, incluindo a construção de um respeitável *cavea*, uma espécie de arquibancada onde os visitantes poderiam observar os rituais religiosos ali performados. Aparentemente, tal estrutura se manteve intacta até o saque de Alarico, em 396 depois da Era Cristã (CATLING, 1998, p. 23).

Além do templo de Ártemis, a BSA escavou e identificou um outro centro de culto, mais próximo do que seria a acrópole espartana, o santuário de Atena *Chalkíoikos* (DICKINS, 1908, p.142-146), apesar da pobreza de seus vestígios, sua definição foi possível por meio da identificação de ladrilhos estampados (CATLING, 1998, p. 22).

A BSA também realizou campanhas de escavações sobre o templo de Helena e Menelau, o *Menelaion*, a cerca de 3,2 km, a sudeste da acrópole. A pesquisa retoma os trabalhos que se iniciaram com a Escola Alemã, em 1833, com Ludwig Ross, que promoveu achados de estatuetas de bronze, muito comuns na Lacônia. Por último, no limiar do século XIX para o XX, o grego P. Kastriotis foi capaz de demonstrar, parcialmente, a plataforma de um grande altar, um *naiskos*, além de mais estatuetas de bronze (CATLING, 1975/1976, p. 24).

Figura 3: Santuário de Ártemis *Orthia*. A seta em vermelho identifica o templo; a verde identifica o altar arcaico; ao fundo, a cadeia do Taígeto. Abaixo, uma fotografia aérea do santuário.



Fonte: adaptadas de: André Masuch. Disponível em:
[https://www.google.com.br/maps/place/Sanctuary+of+Artemis+Orthia/\[...\].435114](https://www.google.com.br/maps/place/Sanctuary+of+Artemis+Orthia/[...].435114); Raymond V. Shoder, S.J. Disponível em:
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/image?img=Perseus:image:1990.30.0117>. Acessado em 01/07/2022. Acessados de 17 de outubro de 2022.

Somente em 1909, a BSA lançou trabalhos de campo no *Menelaion* (DAWKINS, 1908/1909), figura 4, que pode observar que a vida do santuário foi bem maior do que se pensava, em certo nível, seguia do Geométrico final (c. 900-700), até a época Helenística, e que nas proximidades, existiam plataformas, mansões, da época do Bronze, como atestou Tsountas. Por último, uma grande expedição arqueológica foi realizada no local por Hector Catling (2009) entre 1973-1983, cuja atividade gerou um grande número de trabalhos.

Figura 4: Foto panorâmica, vista a partir de noroeste, os vestígios do *Menelaion*. Ao fundo, o cume nevado do Monte Taígeto. Abaixo o vale do Eurotas.



Fonte: Fonte: Fotografia de Brian Mefford. Março de 2019. Disponível em: [https://www.google.com.br/maps/place/Menelaion/@37.0657422,22.453505,3a,75y/data=!3m8!1\[...\]](https://www.google.com.br/maps/place/Menelaion/@37.0657422,22.453505,3a,75y/data=!3m8!1[...]53505) 53505. Acessado em 20 de junho de 2021.

Já o *Amiclaion*, como mostra a figura 5, cerca de 5,7 km ao sul de Esparta, estava localizado nas cercanias de Amiclai, uma das vilas espartanas, cuja análise dos achados arqueológicos permitem datar como do III milênio. Já o santuário em si, localizava-se na atual colina de Ágios Kyriaki, sua atividade cültica pode ser observada a partir do século XII. Em torno de 500, o templo passa por uma segunda fase de reformas, e manteve-se em atividade, ao menos até a Antiguidade Tardia, no V século da Era Cristã (VLIZOS, 2009).

Figura 5: Foto panorâmica, área norte do sítio do *Amykles Research Project*. A seta vermelha marca a localização da antiga Esparta.



Fonte:

<https://warwick.ac.uk/fac/arts/classics/intranets/students/modules/greekreligion/database/template-copy-14/>. Adaptado de KÖIV, Mait. Sanctuaries and traditions in Ancient Sparta. IN.: KÄMMERER, Thomas R.; KÖIV, Mait. Cultures in Comparison: Religion and Politics in Ancient Mediterranean Regions. Münster: Ugarit-Verlag, 2015. p. 62.

Quanto às configurações do santuário, destacamos o papel de centralidade que ocupa na paisagem central da Lacônia, emoldurado pelas cadeias montanhosas do Parnon, no *front* oriental, e no limite ocidental, pelo Taígeto. A partir do santuário o vasto vale do Eurotas pode ser visto e controlado, seus veios de água e suas ricas e férteis terras, a partir das quais fluíam a riqueza espartana. Construído sobre uma colina de baixa altitude, as características do santuário, todos edifícios nele construídos, e demais configurações só resistiram no relato de Pausânias, mas, neste artigo, tal complexo ocupa papel de centralidade na composição da Paisagem Religiosa espartana.

4. Conclusão

A paisagem, como conceito, de base visual, que circula nas mais variadas áreas do conhecimento, das Artes, da Geografia, da Arqueologia, e da História, é interpretada como artefato, uma vez que, a paisagem foi sendo articulada ao longo do tempo, tanto por ações de construção, edificação de espaços de culto, como, por significações de natureza simbolizadas e evocadas através dos mitos, e materializadas, por meio dos ritos e rituais religiosos. A construção simbólica da paisagem não é estanque, mas é fruto de um processo dinâmico de manutenção e legitimação, de um conjunto de memórias, que articulam, por sua vez, um plano comum, ou pretensamente comum, que viabilizam certo sentimento de comunidade, de identidade.

Como observado, a construção, reforma e manutenção do templos e santuários espartanos, essencialmente, aqueles localizados na orla da fronteira espartana, dispostos no que chamamos de planície espartana, se efetivaram como moldura religiosa que além de proteger os centros de poder espartanos, delimitam a fronteira política entre Esparta e as cidades que lhe avizinham, as comunidades periecas.

Além disso, pudemos pontuar que este conjunto de templos e santuários se estabeleciam como pontos nodais de uma ampla rede de elementos simbólicos, mas fisicamente estabelecidos. A esta extensa malha, cujos fios eram as festividades religiosas, anualmente celebradas, chamamos de Paisagem Religiosa, tal qual nas observações de François de Polignac e John Scheid.

Os pontos focais da malha religiosa estendem por e sobre Esparta, como mecanismo simbólico e imaginário de sustentação social, são os templos e santuários dispostos na paisagem, tanto rural, como urbana ou semiurbana. Foram articulados como nós, como juntas dentro de uma rede de significação e de sentido. Os ritos, por outro lado, cumprem uma outra função. São arestas vinculadas aos pontos focais. A Paisagem Religiosa é articulada por eles, são a força vibrante do seio comunitário, e, como tal, foram sendo, ao longo do tempo, articulados aos discursos de poder.

Como vimos, os espartanos, de fato, cercaram-se pelo divino. Definimos os ambientes de culto, templos e santuários que formavam os verdadeiros pontos focais, nós da malha religiosa espartana, que chamamos Paisagem Religiosa. Os templos e Santuários de Atena *Chalkíokos*, a senhora da Casa de Bronze; o templo de Ártemis *Orthia*; a casa de Helena e Menelau, o *Menelaion*; e, por fim, o templo túmulo do celebrado Jacinto, mas morada de Apolo *Amicleu*, o *Amiclaion*. Definimos a observação destes exemplos, mesmo havendo mais outros, pela possibilidade de articulação clara entre os tipos documentais que ora abordamos, o vestígio material e a literatura disponível.

Aliado a tais observações, destacamos como os espartanos foram capazes de conceber, desenvolver e manter uma Paisagem Religiosa, produzida por meio da construção/reforma de centros de culto localizados ao redor das vilas espartanas, como que um cinturão de proteção religioso. Vinculadas às práticas religiosas performadas nestes centros de culto, estavam as festas e festividades religiosas, que entre outras ações, perfaziam circuitos de procissões religiosas que se estendiam de um extremo a outro do território das vilas espartanas.

REFERÊNCIAS

FONTES

HERÓDOTOS. **História**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.

HERODOTUS. **The Persian Wars**. Transl. A. D. Godley. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1938 (1990).

PAUSANIAS. **Descripción de Grecia**. Libros III-IV. Trad. Maria C. H. Ingelmo. Madrid: Ed. Gredos, 1994.

PAUSANIAS. **Description of Greece**. Books III-IV. Transl. W.H.S. Jones and H. A. Ormerod. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1926 (2006).

PLUTARCH. **Lives**. Vol. I, IV, V, X. Transl. Bernadotte Perrin. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1914.

THUCYDIDES. **History of the Peloponesian War**. Book I-II. Trad. C. F. Smith. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992

THUCYDIDES. **History of the Peloponesian War**. Trad. Martin Hammond. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1987.

XENOFONTE. A Constituição dos Lacedemônios. Intr. Trad. e notas de José Francisco de Moura. IN.: COSTA, Ricardo. (Org). **Testemunhos da História: Documentos de História Antiga e Medieval**. Vitória: EDUFES, 2002. p. 35-66.

XENOPHON. **Scripta Minora**. Trad. E. C. Marchant. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

BIBLIOGRAFIA

ALCOCK, Susan. E. **Archaeologies of the Greek Past**. Landscape, Monuments, and Memory. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BOSANQUET, Robert C.; et al. Laconia: II. Excavations at Sparta, 1906. **The Annual of the British School at Athens**. Vol. 12, p. 277-479, 1905/1906.

CATLING, Hector W. Archaeology in Greece, 1975-76. **Archaeological Reports**, No. 22, p. (3-33), 1975 - 1976.

CATLING, Hector The work of the British School at Athens at Sparta and in Laconia. In.: CAVANAGH, William. *et al.* (Eds.). **Sparta in Laconia: Proceedings of the 19th British Museum Classical Colloquium held with the British School at Athens and King's and University Colleges**. London: 1998. p. 19-27.

CATLING, Hector. W. **Sparta: Menelaion I. The Bronze Age**. 2 volumes. BSA Supplementary Volume, no. 45. London: British School at Athens 2009, p. 1-487.

CARTLEDGE, Paul. City and Chora in Sparta: Archaic to Hellenistic. **British School at Athens Studies**, Vol. 4, In.: CAVANAGH, William. *et al.* (Eds.). **Sparta in Laconia: Proceedings of the 19th British Museum Classical Colloquium held with the British School at Athens and King's and University Colleges**. London, 1998. p. 39-47.

CARTLEDGE, Paul. Sparta's Pausanias: Another Laconian Past. IN.: ALCOCK, Susan C. *et al.* (Eds.). **Pausanias: Travel and Memory in Roman Greece**. New York: Oxford University Press, 2001. p. 167-172.

DAWKINS, Richard M. *et al.* Laconia: I. Excavations at Sparta, 1909. **The Annual of the British School at Athens**. Vol. 15, p. 1-157, 1908/1909.

DAWKINS, Richard M. (Ed.). **The Sanctuary of Artemis Orthia at Sparta**. London: MacMillan and Co. 1929.

DICKINS, Guy. Excavations at Sparta, 1908. § 6. The Hieron of Athena Chalkioikos. In.: DAWKINS, Richard M. *et al.* Laconia: I. Excavations at Sparta, 1908. **The Annual of the British School at Athens**. Vol. 14, p. 142 – 146, 1907/1908.

KÖIV, Mait. Sanctuaries and traditions in Ancient Sparta. In.: KÄMMERER, Thomas R.; KÖIV, Mait. **Cultures in Comparison: Religion and Politics in Ancient Mediterranean Regions**. Münster: Ugarit-Verlag, 2015. p. 25-66

KOURSOUMIS, Socrates. Revisiting Mount Taygetos: The Sanctuary of Artemis Limnatis. **The Annual of the British School at Athens**. Vol. 109, p. 191-222, 2014.

LAFOND, Yves. Sparta in the Roman Period. Transl. Anton Powell. In.: POWELL, Anton. **A Companion to Sparta**. Vol. 1. Hoboken: Wiley Blackwell, 2018. p. 403-422.

LAKY, L. A. **A apropriação e consolidação do culto de Zeus pela cidade grega: moedas e santuários, política e identidade em época arcaica e clássica**. 2016. 1040 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARINATOS, Nanno. What were Greek sanctuaries? A synthesis. In.: MARINATOS, Nanno; HÄGG, Robin (Eds.). **Greek Sanctuaries: New approaches**. London and New York: Routledge, 1993. p. 179-183.

PAVLIDES, Nicolette. Catalogue of Cult-Sites in Laconia. **Annual of the British School at Athens**. Supplementary Material 113, p. 1-17, 2018.

POLIGNAC, François. de. **Cults, Territory and the origins of the Greek City-State**. Transl. Janet Lloyd. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

POLIGNAC, François de.; SCHEID, John. Qu'est-ce qu'un "paysage religieux"? Représentations culturelles de l'espace dans les sociétés anciennes. **Revue de L'histoire des Religions**, 227 – 4/2010, p. 427- 434.

POLIGNAC, François de. Un paysage religieux entre rite et représentation. Éleuthères dans l'Antiope d'Euripide. **Revue de l'histoire des religions**, 227 – 4/2010, p. 481-495.

POLIGNAC, François de. Espaço Cultural e Paisagem Religiosa: Entre Rito e Representação. In.: LIMA, Alexandre C. C. (Org.). **Imagem, Gênero e Espaço**. Representações da Antiguidade. Niterói: Ed. Alternativa, 2014. p. 09-22.

RICHER, Nicolas. The Religious System at Sparta. IN.: OGDEN, Daniel (Ed.). **A Companion to Greek Religion**. Oxford: Blackwell, 2007, p. 236-252.

VLIZOS, Stavros. The Amyklaion Revisited: New Observations on a Laconian Sanctuary of Apollo. IN.: KALTSAS, Nikolaos. **Athens–Sparta: Contributions to the Research on the History of the Two City- States**. Athens/New York: National Archaeological Museum, Athens/ Onassis Cultural Center, 2009, p. 11-23.

SMITH, Adam T. **The Political Landscape - Constellations of Authority in Early Complexes Polities**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.

SOURVINOU-INWOOD, Christiane. 'What is polis religion?' IN.: MURRAY, Oswyn; PRICE, Simon. (Eds.). **The Greek City: from Homer to Alexander**. Oxford: Clarendon Press, 1990. Cap. 12. p. 295–322.

SOURVINOU-INWOOD, Christiane. Early sanctuaries, the eighth century and ritual space Fragments of a discourse. IN.: MARINATOS, Nanno. HÄGG, Robin. (Eds.). **Greek Sanctuaries: New approaches**. London and New York: Routledge, 1993. p. 1-13.

TAGARIS, Karolina. Far-right Golden Dawn exploits darker side of Greece's discontent. **Reuters**. 11 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-eurozone-greece-goldendawn-idUKKCN0RB1HE20150911>. Acesso: 14 de outubro de 2022.

TEIXEIRA, Lucas B. O que é 300 do Brasil, grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter. **Uol**. São Paulo, 15 de junho de 2020. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-d-o-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm>.

THAROOR, Ishan. Why the West's far-right — and Trump supporters — are still obsessed with an ancient battle. **The Washington Post**. Boston, 16 de nov. de 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/11/07/why-the-we-sts-far-right-and-trump-supporters-are-still-obsessed-with-an-ancient-battle/>. Acesso: 14 de outubro de 2022.

THOMAS, Julian. Archaeologies of Place and Landscape. IN: HODDER, Ian. **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2012. p.165-186.

WALDSTEIN, Charles; MEADER, Clarence. Reports on Excavations at Sparta in 1893. **The American Journal of Archaeology and of the History of the Fine Arts**. Vol. 8, No. 3, p. 410-428, Jul. - Sep., 1893.

WEST III, William. C. Artemis Limnatis Sanctuary. IN.: BAGNALL, Roger. S. *et al.* (Eds.). **The Encyclopedia of Ancient History**. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd, 2013. p. 797.

WILLIAMSON, Christina. Public Space Beyond the City. The Sanctuaries of Labraunda and Sinuri in The Chora of Mylasa. IN: DICKENSON, Christopher P.; VAN NIJF, Onno M. (Eds.). **Public Space in the Post-Classical Greek City**. Leuven, Peeters: 2013. p. 1-36.

PAISAGENS NA *GEOGRAFIA* DE ESTRABÃO: o caso de Alexandria (I a.C.-I d.C.)

Alaide Matias Ribeiro¹

Artigo recebido em: 22/11/2022.

Artigo aceito em: 31/03/2023.

RESUMO:

A *Geografia* de Estrabão (I a.C.-I d.C.) é uma descrição do mundo afro eurasiático antigo. Dentre as corografias que compõem os quinze livros da obra é na última que observamos a descrição do que hoje denominamos norte e nordeste da África e, especificamente, o relato sobre Alexandria. Considerando as abordagens que podem ser feitas na análise do texto, a espacial se destaca por dialogar com o foco temático da obra: o espaço geográfico. Destarte, consideramos que a instrumentalização de conceitos espaciais, como “lugar”, de Yi-Fu Tuan (1983), e, particularmente, “paisagem”, de Tim Ingold (2000; 2015), pode ampliar a perspectiva sobre a fonte histórica. Portanto, abordamos o caso da cidade de Alexandria para apresentarmos como se efetiva a interpretação do texto a partir da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar; Paisagem; Estrabão; *Geografia*; Alexandria.

LANDSCAPES IN STRABO'S *GEOGRAPHY*: the case of Alexandria (I BC-I AC)

ABSTRACT: Strabo's *Geography* (I BC-I AD) is a description of the ancient Afro-Eurasian world. Among the chorographies which compose the fifteen books of the work, it is in the last one that we observe the description of what we now call North and Northeast Africa and, chiefly, the report on Alexandria. Considering the approaches that can be made in the analysis of the text, the spatial one stands out for dialoguing with the thematic focus of the work: the geographic space. Thus, we consider that the instrumentalization of spatial concepts, such as “place”, by Yi-Fu Tuan (1983), and, particularly, “landscape”, by Tim Ingold (2000; 2015), can broaden the perspective on the historical source. Therefore, we approach the case of the city

¹ Doutoranda em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN/Campus Natal); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5472008719409280>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5320-3958>; E-mail: alaide.ribeiro.017@ufrn.edu.br. Orientadora: Professora Doutora Marcia Severina Vasques. Membro do Projeto de Extensão MAAT (Grupo de Estudo de História Antiga).

of Alexandria to present how the interpretation of the text from the landscape is made.

KEYWORDS: Place; Landscape; Strabo; *Geography*; Alexandria.

1. Introdução

O conhecimento sobre o Mundo Antigo da Afroeurásia pode ser produzido a partir da análise de fontes históricas e arqueológicas. O estudo desses vestígios vem sendo realizado desde a Antiguidade², prosseguindo nos contextos classificados pela historiografia tradicional eurocêntrica como Idade Média, Modernidade e Contemporaneidade. As interpretações, no entanto, não permaneceram as mesmas, variando conforme a época, o espaço, os problemas, as dimensões, as abordagens e os domínios (BARROS, 2004, p. 18). A história dos espaços é uma das possíveis áreas de concentração que pode mediar a produção do conhecimento historiográfico. Nessa perspectiva os conceitos de espaço, lugar, território e paisagem ganham destaque. No que concerne ao estudo da Antiguidade, essa discussão pode ser desenvolvida a partir de objetos que são relacionados à ideia de conhecimento do espaço.

Nesse sentido, a *Geografia* de Estrabão (64 a.C.-24 d.C.) pode ser colocada em um lugar de relevância. Seu autor, um geógrafo originário da cidade de Amásia, no Ponto Euxino, Ásia Menor, atual Turquia, descendente de família aristocrática ligada à realeza local (DUECK, 2000, p. 1-6) e amigo de personagens de renome da estrutura administrativa romana (DUECK, 2000, p. 16), descreveu o mundo habitado (*oikoumene*) até a sua época³. O resultado da empreitada foi uma obra escrita em grego

² Haja vista os exemplos de Heródoto (*Histórias*), Políbio (*História Pragmática*) e Plínio, o Velho (*História Natural*).

³ Enuncio “até” a sua época e não “da” sua época porque muito do que Estrabão descreveu, os elementos que ele inseriu no discurso para compor o espaço, não está limitado temporalmente aos séculos I a.C. e I d.C. O escopo temporal da obra, apesar de ser majoritariamente alocado nessa transição do milênio, recua no tempo, o que denota uma natureza histórica (ANDREOTTI, 2009, p.139-140) ou a-histórica, especialmente, para o caso do relato acerca da Líbia (DESANGES, 2017, p. 102).

constituída por dezessete livros, cada um, à exceção dos dois primeiros⁴, contendo uma corografia⁵ de um território específico do orbe. A descrição do Egito, da Etiópia e da Líbia, os territórios que constituíam o espaço da África, foi feita no último livro da obra, organizado em três capítulos. É no capítulo 1 do livro 17 que encontramos a descrição de Alexandria (*Geografia*, 17, 1, 6-13), cidade fundada por Alexandre, o Grande, no século IV a.C., localizada à oeste do Delta do Nilo, às margens do mar mediterrâneo oriental.

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo de caso a partir da abordagem da história dos espaços, particularmente, uma interpretação baseada na aplicação do conceito de paisagem. Dessa forma, propomos pensar o caso da Alexandria construída discursivamente por Estrabão a partir da ideia de lugar do geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) e do conceito de paisagem do antropólogo Tim Ingold (2000; 2015). O propósito é analisar a descrição da cidade alexandrina considerando de que modo o lugar foi construído como uma paisagem tanto como uma série de paisagens. Assim, discutiremos a ideia de lugar e paisagem na *Geografia*, depois, como esses conceitos foram desenvolvidos na contemporaneidade e, por fim, analisaremos o caso de Alexandria. Examinaremos, portanto, o mais acurado e vívido guia produzido e disponível sobre o Egito romano (CAPPONI, 2011, p. 54).

2. Lugar e Paisagem

A ideia de espaço na *Geografia* de Estrabão pode ser trabalhada em diferentes níveis. O objetivo da obra, explícito na terminologia do título, “Γεωγραφικὰ”, é a descrição da terra, particularmente, o orbe habitado e as partes conhecidas da Terra (*Geografia*, 2, 5, 5). Destarte, parte-se de um espaço maior, a *oikoumene*, para outros menores aos quais são atribuídas denominações, como partes, continentes, países, províncias, territórios, lugares e paisagens. As categorias “espaço” e “lugar” estão relacionados à experiência humana em um meio ambiente (TUAN, 1983, p. v-vi).

⁴ Os livros 1 e 2 constituem a introdução da *Geografia* e são dedicados à retificação (*diorthose*), ao restabelecimento textual (*epanorthose*) da tradição geográfica anterior (ANDREOTTI, 2009, p. 135) e à explanação geral das três partes (Europa, Ásia e Líbia) que compõem a *oikoumene*.

⁵ Corografia (*chorographia*) é a descrição de um território (*chora*) específico.

Além disso, não podem ser definidas de forma isolada, pois “a partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa.” (TUAN, 1983, p. 6). Dessa forma, pensar essas categorias na Antiguidade não deve ser compreendido como algo incoerente, particularmente, quando falamos de “lugar”, o qual está ligado à ideia de algo restrito, segurança, identidade ou identificação, um centro ao qual é atribuído um valor (TUAN, 1983, p. 3-4).

Discutir as ideias e os conceitos relacionados ao espaço na Antiguidade a partir da *Geografia* é focar a atenção, primeiro, nas formas linguísticas utilizados pelo geógrafo que, concatenadas, resultaram num discurso que produziu o lugar e a paisagem. Os termos mais recorrentes são *oikoumene*, *khora*, *topos* e *polis*. O primeiro pode ser definido como “terra habitada”. O segundo é polissêmico e pode ser definido tanto como espaço, zona, lugar, país, território, solo, sala, posição, lugar (de pessoa ou coisa), terra, Estado (LIDELL; SCOTT, 1996, p. 2015) e extensão (MASIP, 2008, p. 445). O terceiro e o quarto são específicos, significando, respectivamente, “lugar” e “cidade”. Com relação à paisagem podemos considerar que não há, na terminologia de Estrabão, o uso de tal termo. No entanto, é possível identificar algumas expressões que indicam uma preocupação com o olhar que abrange uma determinada extensão junto com os elementos do meio ambiente e humanos, como, por exemplo, a expressão “*ten opsin*” (*Geografia*, 17, 1, 35)⁶.

A definição de paisagem como a parte do ambiente natural ao redor do ser humano percebida visualmente, voltada, portanto, para uma qualificação e apreciação estética, não aparece antes dos séculos XVI e XVII (BEK, 2007, p. 199-200). Isto porque a paisagem, estabelecida, nomeada, mapeada, descrita e moldada pelo pensamento e imaginação em uma forma ideal, estaria relacionada ao encontro do funcional e do estético. Além disso é preciso considerar outros três fatores quando pensamos em paisagens: a visão humana, o objeto ou coisa vista e, por fim, aquilo

⁶ O termo pode ser traduzido por “aspecto, aparência, visão, vista”, conforme enunciado na edição inglesa da *Geografia* (WARMINGTON, 1967, p. 97). No entanto, na versão francesa, o termo “paisagem” aparece como a tradução da expressão “*τὴν ὄψιν*” (STRABON, 2015, p. 47).

que se coloca entre a visão e o objeto, contendo-os, o espaço (BEK, 2007, p. 200). Argumenta-se que o modo de ver predominante na Antiguidade foi o vertical, a apreensão imediata das coisas vistas próximas, pois, nessa perspectiva, “qualquer objeto irá se apresentar como se suspenso no campo vertical da visão” (BEK, 2007, p. 200-201). Isso significa que, na percepção de um objeto, apenas ele é visto, mais particularmente, a parte alcançada pelo observador. Assim, a visualização da paisagem resulta numa imagem que negligencia tanto as partes não vistas como a sua localização no espaço e a sua relação ao horizonte.

Dessa forma, argumenta-se que os sujeitos antigos não concebiam o ambiente natural em uma perspectiva de totalidade que envolvia tanto as formas dos objetos como a extensão espacial (BEK, 2007, p. 203). Essa perspectiva ecoa em alguns excertos da *Geografia* de Estrabão, particularmente, nos trechos em que o geógrafo segue um trajeto específico e, ao longo deste, apresenta, de forma resumida, o que é possível observar em cada lugar⁷. Percebe-se isso, por exemplo, quando o geógrafo enuncia que:

De Paretônio à Alexandria existem cerca de mil e trezentos estádios. No caminho, encontramos primeiro um promontório de terra branca chamado *Leukè Aktè*, depois o porto de Fenicos e a aldeia de Pnigeu, depois a ilha de Pedonia e o seu porto, depois Antifra, a uma distância muito curta do mar. (*Geografia*, 17, 1, 14, tradução nossa)⁸

Mas, apesar de considerar essa primazia da visão verticalizada e fragmentada, argumentamos que tal concepção sobre a percepção da paisagem não deve ser entendida como o único modo de visão na Antiguidade. Assim, consideramos profícuo pensar o discurso produzido pelo geógrafo a partir de uma ideia expandida de paisagem que se desdobra em outros conceitos.

⁷ Uma breve visão holística pode ser encontrada nos livros introdutórios quando Estrabão trata de delimitar e expor, de forma geral, os três continentes. Ao enfatizar a enunciação do espaço em um nível maior, os elementos que constituem as paisagens não são detalhados.

⁸ “ἀπὸ δὲ τοῦ Παραιτονίου εἰς Ἀλεξάνδρειαν χίλιοι ποὺ καὶ τριακόσιοι στάδιοι. μετὰ δὲ πρῶτον μὲν ἄκρα λευκόγειος, Λευκὴ ἀκτὴ καλουμένη: ἔπειτα Φοινικοῦς λιμῆν καὶ Πνιγεῦς κώμη: εἶτα νῆσος Σιδωνία λιμένα ἔχουσα: εἶτ' Ἀντίφραι μικρὸν ἄπωτέρω τῆς θαλάττης”. O texto em grego deriva da edição da *Geografia* de Estrabão publicada em 1877 por A. Meineke.

A paisagem não deve ser restritamente compreendida como uma invenção burguesa, um objeto de contemplação totalizado pelo “olhar humano”, um produto ou trabalho finalizado (INGOLD, 1997, p. 29). Existe, semanticamente, uma ambiguidade do termo que pode ser compreendido tanto como o terreno da habitação humana (o viver na paisagem, o estar imerso nela) como a representação de um terreno (o perceber a paisagem porque se está fora dela)⁹.

Enfatiza-se a ideia do “habitar” a partir do debate sobre a paisagem como representação artística, isto é, como um quadro ou pintura. Nesse sentido, destaca-se o processo de invenção da paisagem compreendida como uma forma de habitar o mundo (INGOLD, 1997, p. 30-31). Assim, argumenta-se que a vida humana é um processo que envolve a passagem do tempo e esse mesmo processo é o processo de formação de paisagens nas quais as pessoas viveram (INGOLD, 2000, p. 189). Dessa forma, ao “tempo” é associado à ideia de paisagem, dotando-a de temporalidade¹⁰. Essa abordagem supera a oposição que define a paisagem como um elemento natural, neutro e externo às atividades humanas ou como uma ordenação simbólica, particular e cognitiva do espaço. A paisagem deve ser compreendida como um registro e testemunho duradouro das vidas e trabalhos das gerações passadas que habitaram nela (INGOLD, 2000, p. 189). Por conseguinte, sobrevém a ideia de “paisagem-trabalho” que explicita como a temporalidade se insere no padrão de atividades da habitação¹¹ (INGOLD, 2000, p. 190).

Uma paisagem deve ser compreendida como qualitativa e heterogênea, um *plenum* (INGOLD, 2000, p. 190-191). Os elementos que a integram não devem ser compreendidos como fronteiras *per se*, mas podem ser experienciadas como tais a partir do desenvolvimento das atividades cotidianas das pessoas ou dos animais

⁹ A dicotomia pode ser explicitada com o uso de outra analogia, a do pintor e a do etnógrafo, pois “ambos lidam com o mesmo dilema de ter que prestar uma conta, de forma objetiva, na forma da ‘terceira pessoa’, de uma experiência adquirida através do envolvimento subjetivo, em primeira pessoa.” (INGOLD, 1997, p. 30). É possível perceber a ênfase da “experiência” (TUAN, 1983) na definição dos conceitos.

¹⁰ Essa temporalidade é social e não cronológica, isto é, ela está relacionada às performances das pessoas em suas tarefas e da relação delas com outras pessoas (INGOLD, 2000, p. 196).

¹¹ Dito de outro modo, a paisagem-trabalho é um arranjo de atividades relacionadas (INGOLD, 2000, p. 195).

(INGOLD, 2000, p. 192). Dessa forma, a “paisagem é o mundo como é conhecido para aqueles que habitam nele, que habitam seus lugares e percorrem os caminhos que o conecta.” (INGOLD, 2000, p. 193). Falar de paisagens também é falar sobre o processo de geração de formas. É fazer emergir um arranjo de elementos relacionados (INGOLD, 2000, p. 195). A paisagem, nesse sentido, nunca está completa, mas perpetuamente em construção no processo de habitação. É uma forma “congelada” da paisagem-trabalho, o que vemos e ouvimos ao nosso redor (INGOLD, 2000, p. 199).

Posteriormente, além dos conceitos “paisagem” e “paisagem-trabalho”, sucede a ideia de “mundo-tempo”, uma percepção mais holística que articula, na paisagem, a experiência do aspecto atmosférico. Nesse sentido, “o tempo engole a paisagem, assim como a visão das coisas é engolida pela experiência da luz, a audição das coisas pela experiência do som, e o tato das coisas pela experiência do sentir.” (INGOLD, 2015, p. 201). Dessa forma, a paisagem, na forma de mundo-tempo, não se limita a uma imagem congelada. É uma forma que articula superfície terrestre, atmosfera, habitação, animais, coisas animadas e inanimadas. Diante do exposto, vejamos a aplicação dessa perspectiva na *Geografia* de Estrabão, particularmente, na análise da descrição de Alexandria, a cidade que dominou o Mediterrâneo oriental em termos políticos, culturais e econômicos por mais de seis séculos (BOWMAN, 1986, p. 204).

3. O caso de Alexandria

A descrição de Alexandria ocupa oito seções do primeiro capítulo do livro 17, respectivamente, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13. Outras menções são feitas ao longo do livro e nas demais corografias. A extensão da descrição é explicada por Estrabão, para quem “Alexandria e suas cercanias representam a maior e mais importante parte desta empreitada” (*Geografia*, 17, 1, 6, tradução nossa)¹². Considerando que o lugar constitui o objeto de estudo do geógrafo (TUAN, 1983, p. 3), a pólis alexandrina é o primeiro lugar apresentado por Estrabão na descrição do Egito. A primazia do centro urbano

¹²“ἐπεὶ δὲ τὸ πλεῖστον τοῦ ἔργου τούτου καὶ τὸ κυριώτατον ἡ Ἀλεξάνδρεια ἐστὶ καὶ τὰ περὶ αὐτὴν”.

autogovernado e com instituições próprias (SNAPE, 2014, p. 202) pode ser considerada quando imergimos na vida pessoal de Estrabão. Sabe-se que ele acompanhou o segundo prefeito do Egito¹³, Élio Galo (26-25 a.C.), durante uma expedição pelo território egípcio e que permaneceu em Alexandria durante as primeiras décadas do domínio romano (BOWMAN, 1986, p. 205), por volta de 26 a 23 a.C. (CAPPONI, 2010, p. 183). Dessa forma, podemos argumentar que a descrição de Estrabão deriva de uma experiência pessoal pautada na habitação, processo que pode ser identificado no texto por meio de expressões discursivas.

A descrição inicial é caracterizada pela linguagem do périplo. Os *periploi* apresentam informações práticas acerca dos lugares situados nas rotas marítimas ao longo do litoral, como o nome de portos, distâncias, direções e dados relacionados à topografia, fauna, flora, história e etnografia (DUECK, 2012, p. 7)¹⁴. Estrabão delimita e caracteriza o litoral alexandrino de maneira semelhante ao sujeito que chega à cidade via mar. Assim,

de lá [*da boca Canópica*] para a ilha de Faros ainda há outros cento e cinquenta estádios. Faros é uma ilhota oblonga próxima ao continente que forma com este um porto com duas bocas. A costa, de fato, parece uma baía graças a dois promontórios que avançam sobre o mar, entre os quais se situa a ilha que fecha assim essa baía porque ela se estende longitudinalmente e paralelamente a ela. (*Geografia*, 17, 1, 6, tradução e grifo nosso)¹⁵

O primeiro conjunto de elementos denotam uma paisagem alexandrina litorânea. Ressalta-se a menção à Faros e, posteriormente, ao primeiro edifício relacionado às atividades marítimas desenvolvidas no local: a torre de Faros. O farol, homônimo da ilha e emblema da cidade (SNAPE, 2014, p. 216), é descrito como uma torre com vários andares, construída em mármore branco, erigida pelo arquiteto

¹³ O prefeito, ordem equestre, era responsável pela coleta de impostos e pelo comando de legiões, assim, combinando funções fiscais, militares e judiciais (BRUNT, 1975, p. 124-128).

¹⁴ Essa trajetória também se aplica ao interior dos territórios quando existem rios. A descrição do Egito, para além do seu litoral mediterrânico, pode ser considerada um exemplo dessa linguagem, já que Estrabão descreve o território seguindo o curso norte-sul do rio Nilo.

¹⁵ “ἐντεῦθεν δ’ ἐπὶ Φάρον τὴν νῆσον ἄλλοι στάδιοι πενήκοντα πρὸς τοῖς ἑκατόν. ἡ δὲ Φάρος νησίον ἐστὶ παράμηκες, προσεχέστατον τῆ ἡ πείρω, λιμένα πρὸς αὐτὴν ποιῶν ἀμφίστομον. ἦν γὰρ ἐστὶ κολπώδης, ἄκρας εἰς τὸ πέλαγος προβεβλημένη δύο: τούτων δὲ μεταξὺ ἡ νῆσος ἴδρυται κλειούσα τὸν κόλπον, παραβέβληται γὰρ αὐτῷ κατὰ μῆκος”.

Sóstrato de Cnido, “para a proteção dos marinheiros, como diz a inscrição” (*Geografia*, 17, 1, 6, tradução nossa)¹⁶, isto é, para que aqueles que vêm do alto mar alcancem a entrada do porto com segurança, tendo em vista os baixios e recifes. Também é válido considerar que, nessa passagem, Estrabão identifica e faz o registro das atividades cotidianas do lugar, tanto no passado como no seu próprio tempo. A configuração espacial é completada com a adição de portos e do *Heptastadio*, uma passagem que liga Faros ao continente¹⁷, denotando o potencial da cidade para o comércio marítimo (BOWMAN, 1986, p. 204).

Alexandria foi fundada em 7 de abril de 331 a.C. (CAPPONI, 2011, p. 52). Conta-se que, Alexandre, o Grande, escolheu o lugar pelas vantagens climáticas (ABDELWAHED, 2015, p. 11). Estrabão, assim como outros autores que descreveram a cidade¹⁸, enuncia que Alexandre escolheu o local em razão das suas vantagens naturais. Mas apesar de a anedota do traçado da fundação da cidade estar inserida no discurso¹⁹, Estrabão enfatiza os aspectos geográficos e o porquê da pólis ser considerada um lugar vantajoso, corroborando para com o desenvolvimento econômico e a riqueza da cidade. Ele afirma que:

O território é banhado por dois mares, um ao norte chamado mar do Egito, outro ao sul, o lago Marea, também chamado Mareótis. O Nilo flui por muitos canais, tanto ao sul quanto dos lados, através dos quais transitam um volume de importações muito mais importante do que o que chega pelo mar, de modo que o porto lacustre é, de fato, mais rico que o porto marítimo; [...]. Além da riqueza das mercadorias que chegam dos dois lados, no porto marítimo e no porto lacustre, a qualidade do clima também merece destaque, uma vez que é o resultado da presença de dois mares e da oportunidade da enchente do Nilo. [...] Mas em Alexandria,

¹⁶ “ὡς φησιν ἡ ἐπιγραφὴ”. O enunciado é interessante porque denuncia as fontes de informação utilizadas por Estrabão que estão, de um modo indireto, relacionadas à experiência pessoal do geógrafo no lugar que descreve.

¹⁷ Estrabão (*Geografia*, 17, 1, 6) enuncia que essa passagem também funcionava como um aqueduto quando a ilha era habitada, situação que se modifica com o “deus César” que, na guerra contra os alexandrinos, devastou a ilha, a qual permanece sendo ocupada no período de habitação do geógrafo apenas por alguns marinheiros. Essas comparações entre períodos continuam ao longo da seção, particularmente, com o episódio da fundação da cidade.

¹⁸ Como, por exemplo, Plutarco (46-120 d.C.) em *Vidas Paralelas (Vida de Alexandre)*.

¹⁹ “os arquitetos estavam marcando o contorno do recinto quando o giz acabou quando o rei chegou; seus administradores, então, forneceram-lhes parte da farinha dos grãos de cevada destinada aos trabalhadores, graças à qual puderam cortar a superfície em uma rede bastante densa de ruas; eles teriam, portanto, interpretado esse fenômeno como um bom presságio.” (*Geografia*, 17, 1, 6, tradução nossa).

quando o Nilo enche no início do verão, ele também enche o lago e não deixa nenhuma área pantanosa que possa provocar essa exalação ruim. Ao mesmo tempo, os ventos de verão também sopram do norte e do mar aberto, de modo que os alexandrinos desfrutaram de uma vida muito agradável no verão. (*Geografia*, 17, 1, 7, tradução nossa)²⁰

A cidade é predominantemente marítima, privilegiada pelos portos naturais, pelo lago Mareótis e pela comunicação com o interior por meio do Nilo (SNAPE, 2014, 207). Estrabão considera os aspectos climáticos e atmosféricos de um determinado mundo-tempo de Alexandria, os quais são captados pelos sentidos do geógrafo em sua autópsia²¹ e por aqueles que habitam o lugar cotidianamente. Os aspectos econômicos também são inseridos na paisagem, denotando uma paisagem-trabalho. Em vista dessas características podemos concluir que os romanos e os alexandrinos não estavam separados geograficamente ou comercialmente da *kehora*, isto é, do restante do Egito (ABDELWAHED, 2015, p. 7), haja vista os ventos favoráveis e toda a rede hidrográfica que integrava o território.

Destacadas as vantagens que dizem respeito aos aspectos geográficos próprios do local em que se situa a cidade e os elementos que indicam a realização de determinadas atividades comerciais e navais, portanto, uma paisagem-trabalho, Estrabão se volta para a organização espacial da cidade. Alexandria, a segunda maior cidade do Mediterrâneo (CLÍMACO, 2012, p. 104) e a maior do Egito (ROWLANDSON, 2010, p. 237), é descrita como possuindo a forma de uma clâmide,

²⁰ “ἀμφικλυστόν τε γὰρ ἐστὶ τὸ χωρίον δυοῖ πελάγεσι, τῷ μὲν ἀπὸ τῶν ἄρκτων τῷ Αἰγυπτίῳ λεγομένῳ τῷ δὲ ἀπὸ μεσημβρίας τῷ τῆς λίμνης τῆς Μαρεΐας ἢ καὶ Μαρεῶτις λέγεται: πληροὶ δὲ ταύτην πολλαῖς διώρουζιν ὁ Νεῖλος ἄνωθεν τε καὶ ἐκ πλαγίων, δι’ ὧν τὰ εἰσκομιζόμενα πολλῶ πλείω τῶν ἀπὸ θαλάττης ἐστὶν ὥσθ’ ὁ λιμὴν ὁ λιμναῖος ὑπῆρχε πλουσιώτερος τοῦ θαλαττίου [...] πρὸς δὲ τῷ πλούτῳ τῶν καταγομένων ἐκατέρωσε εἰς τε τὸν κατὰ θάλατταν λιμένα καὶ εἰς τὸν λιμναῖον καὶ τὸ εὐάερον ἄξιον σημειώσεως ἐστίν, ὃ καὶ αὐτὸ συμβαίνει διὰ τὸ ἀμφικλυστόν καὶ τὸ εὐκαιρὸν τῆς ἀναβάσεως τοῦ Νεῖλου. [...] ἐν Ἀλεξανδρείᾳ δὲ τοῦ θέρους ἀρχομένου πληρούμενος ὁ Νεῖλος πληροὶ καὶ τὴν λίμνην καὶ οὐδὲν ἔῃ τελματῶδες τὴν ἀναφορὰν ποιῆσον μοχθηρὰν: τότε δὲ καὶ οἱ ἐτησίαι πνέουσιν ἐκ τῶν βορείων καὶ τοῦ τοσοῦτου πελάγους, ὥστε κάλλιστα τοῦ θέρους Ἀλεξανδροεῖς διάγουσιν.” O argumento sobre as virtudes ou vantagens de Alexandria é retomado em uma seção posterior de forma resumida: “A principal vantagem da cidade reside no fato de ser o único local no Egito cuja situação natural é duplamente favorável: ao comércio marítimo graças aos seus bons portos, e ao comércio interno por causa do rio que permite transportar com facilidade todo tipo de mercadorias e reuni-las em tal lugar, que é justamente o principal porto comercial do mundo habitado.” (*Geografia*, 17, 1, 13, tradução nossa).

²¹ O mesmo que “inspeção pessoal” (DUECK, 2000, p. 186). A autópsia é um elemento presente na historiografia grega relacionado à apreensão do real por testemunho ocular ou pela participação do sujeito nos acontecimentos que relata (SEBASTIANI, 2016, p. 31).

com ruas largas o suficiente para o tráfego de cavalos e carruagens, dentre as quais se destacam duas²² de mais de um pletro²³ de largura que se cruzam em ângulo reto.

A descrição topográfica feita por Estrabão foi a primeira do tipo a sobreviver (ABDELWAHED, 2015, p. 11). Mais do que um exame do traçado urbano viário, o geógrafo construiu a paisagem da cidade enfatizando os espaços públicos e os palácios reais, os quais “constituem um quarto ou um terço da superfície total” (*Geografia*, 17, 1, 8, tradução nossa)²⁴. São registrados os palácios em contato com a área do porto e com a zona extra portuária, o *Mousetion* ou Templo das Musas, instituição científica e religiosa que compreendia uma das bibliotecas de Alexandria²⁵ e reunia os estudiosos alexandrinos, os quais eram exportados para Roma para servirem como tutores (CAPPONI, 2010, p. 181), e o *Sema*, local dos túmulos reais e onde Alexandre, o Grande, foi sepultado.

Depois de citar cada lugar, as atividades e funções realizadas cotidianamente, Estrabão explicita o ordenamento dos mesmos, enunciando, novamente, uma paisagem litorânea alexandrina marcada pelos estabelecimentos da realeza. Ele enuncia que:

Na entrada do Grande Porto encontramos, à direita, a ilha de Faros e sua torre, e, do outro lado, os recifes e o cabo Loquias comportando um palácio. Quem chega de barco vê, à sua esquerda, os palácios interiores seguindo aquele do Loquias, onde encontramos muitas residências e jardins de todos os tipos. Abaixo está o porto artificial e que pode ser fechado para uso privado da família real, bem como Antirrodes, uma ilhota localizada em frente ao porto artificial que atua tanto como residência real e como um pequeno porto (*Geografia*, 17, 1, 9, tradução nossa)²⁶

²² A rua Canópica, no sentido oeste-leste, e a rua *Soma*, que se estendia do porto oriental ao porto do Lago Mareótis (SNAPE, 2014, p. 210).

²³ Aproximadamente 30 metros.

²⁴ “τέταρτον ἢ καὶ τρίτον τοῦ παντὸς περιβόλου μέρος”.

²⁵ A segunda biblioteca de Alexandria estava localizada no *Serapeum*, o Templo de Serápis (CAPPONI, 2011, p. 59).

²⁶ “ἔστι δ’ ἐν τῷ μεγάλῳ λιμένι κατὰ μὲν τὸν εἰσπλοῦν ἐν δεξιᾷ ἡ νῆσος καὶ ὁ πύργος ὁ Φάρος, κατὰ δὲ τὴν ἐτέραν χεῖρα αἱ τε χοιράδες καὶ ἡ Λοχιάς ἄκρα ἔχουσα βασιλεῖον. εἰσπλεύσαντι δ’ ἐν ἀριστερᾷ ἔστι συνεχῆ τοῖς ἐν τῇ Λοχιάδι τὰ ἐνδοτέρῳ βασιλεῖα, πολλὰς καὶ ποικίλας ἔχοντα διαίτας καὶ ἄλλα: τούτοις δ’ ὑπόκειται ὁ τε ὀρυκτὸς λιμὴν καὶ κλειστός, ἴδιος τῶν βασιλέων, καὶ ἡ Ἀντίρροδος νησίον προκείμενον τοῦ ὀρυκτοῦ λιμένος, βασιλεῖον ἄμα καὶ λιμένιον ἔχον”.

Após a explanação que segue as mesmas características discursivas das seções anteriores, acrescentando-se elementos de flora, o geógrafo continua elencando os demais edifícios e construções na área do Grande Porto: o teatro, o *Poseideion*, o *Cesareion*, o Empório, os armazéns e os estaleiros próximos ao *Heptastadio*. Depois desta, o porto Eunostos, o porto artificial, nomeado Ciboto, e seus estaleiros.

Apesar de focar na paisagem costeira, a descrição não separa os lugares, pois os mesmos são integrados: “Dentro do porto há um canal navegável que flui até o lago Mareótis.” (*Geografia*, 17, 1, 10, tradução nossa)²⁷. Além do canal, o geógrafo situa uma pequena área que pertence à pólis e apresenta os elementos que constituem a mesma: o subúrbio da Necrópole com jardins, sepulturas e instalações para o embalsamamento dos mortos, o *Serapeum* e outros recintos sagrados. De forma geral, compreende-se a afirmação do geógrafo quando ele enuncia que “a cidade é cheia de monumentos públicos e templos: o mais belo deles é o ginásio, com longos pórticos de mais de um estádio, seu tribunal e seus bosques sagrados.” (*Geografia*, 17, 1, 10, tradução nossa)²⁸. Esses elementos não são inovação romana, pois os vários templos e santuários se desenvolveram desde o início do período ptolomaico com a celebração de divindades gregas, egípcias ou greco-egípcias (BOWMAN, 1986, p. 216), emaranhadas. Mas um dos lugares de destaque na paisagem é o hipódromo, pois se estende ao longo do canal Canópico e pode ser considerado um “marco”, isto é, um componente espacial e arquitetônico da cidade (ABDELWAHED, 2015, p. 10) que delimita Alexandria de Nicópolis, portanto, uma fronteira.

É possível afirmar que Estrabão seleciona os elementos que constituem a paisagem, deixando de lado outros que, na sua perspectiva, não são dignos de registro e, dessa forma, não constituem a paisagem. Considerando as distintas percepções da paisagem, não devemos excluir a ideia de que, na Antiguidade, predomina um modo de vista verticalizado em que os objetos não são vistos em conjunto (BEK, 2007, p. 200-201). Esse modo de ver pode ser identificado na descrição do geógrafo,

²⁷ “ἐνδοτέρω δὲ τούτου διῶρυξ πλωτὴ μέχρι τῆς λίμνης τεταμένη τῆς Μαρεώτιδος”.

²⁸ “ἡ πόλις μεστὴ ἐστὶν ἀναθημάτων καὶ ἱερῶν: κάλλιστον δὲ τὸ γυμνάσιον μείζους ἢ σταδία εἶχον τὰς στοάς”

particularmente, na paisagem litorânea em que cada elemento é visto de forma particular e em sequência. No entanto, uma outra passagem merece destaque.

Há também o Paneu, uma elevação cônica erigida pela mão do homem, parecida com uma colina rochosa e que é acessada por um caminho em espiral; *do seu cume desfrutamos de um panorama de toda a cidade que se estende por baixo.* (*Geografia*, 17, 1, 10, tradução e grifo nosso)²⁹

Percebe-se que Estrabão opera uma inversão na percepção da paisagem ao considerar Alexandria como um todo, vista a partir de um local que possibilita uma maximização do olhar, mesmo sem a distinção particular dos elementos que compõe essa paisagem. Portanto, podemos considerar que o modo de vista predominante nesta passagem específica é a horizontalidade.

Depois de uma seção que, notadamente, pode ser considerada uma digressão histórica³⁰, Estrabão apresenta os dados etnográficos da população que habita a cidade. Ele afirma que uma das três legiões militares romanas estabelecidas no Egito está estacionada em Alexandria³¹, junto com três coortes de infantaria das nove existentes que estavam espalhadas pelo território. A *Geografia* é a primeira fonte que menciona as unidades auxiliares na guarnição romana do Egito (POLLARD, 2010, p. 454). Essa menção às forças militares ou autoridades romanas evidencia como a paisagem alexandrina – e de, certa forma, a do Egito romano – explicita a solidificação do controle da província (ABDELWAHED, 2015, p. 7)³². A inserção desses elementos na paisagem denota um contexto administrativo e político da província, pois as tropas estavam distribuídas por todo o Império Romano. Mas, no caso do Egito, em razão da relativa situação de ordem social, as legiões e as coortes cumpriam

²⁹ “ἔστι δὲ καὶ Πάνειον, ὕψος τι χειροποίητον στροβιλοειδὲς ἐμπερὲς ὄχθῳ πετρῶδει διὰ κοχλίου τὴν ἀνάβασιν ἔχον· ἀπὸ δὲ τῆς κορυφῆς ἔστιν ἀπιθεῖν ὅλην τὴν πόλιν ὑποκειμένην αὐτῷ πανταχόθεν.”

³⁰ A *Geografia* de Estrabão possui uma natureza histórica, isto é, ao longo da descrição existem digressões históricas que dialogam, particularmente, com a nova realidade ecumênica romana (ANDREOTTI, 2009, p. 143). A seção 11 é exemplar, pois é dedicada à genealogia da dinastia ptolomaica até a conquista de Augusto.

³¹ Essa legião, situada em Alexandria segundo Estrabão, de fato, estava estacionada em Nicópolis (POLLARD, 2010, p. 453).

³² No entanto, cabe considerar que esse controle não se deu apenas com a presença militar, mas também pela urbanização (ABDELWAHED, 2015, p. 7), o que, por um lado, não é enfatizado por Estrabão na descrição da cidade, pois o geógrafo somente destaca alguns edifícios, como o teatro e o hipódromo, em detrimento das novas construções em Nicópolis que diminuiriam o papel central da área dos palácios ptolomaicos (BOWMAN, 1986, p. 207).

o papel de policiamento interno e supervisão dos interesses de Roma (POLLARD, 2010, p. 452).

Alexandria foi uma cidade fundada e concebida a partir dos critérios e de uma forma de governo que não eram egípcios (DAVOLI, 2010, p. 351). Esse caráter helênico deve ser considerado, pois as paisagens que são constituídas no discurso por Estrabão, nesse lugar, diferem das cidades e metrópoles egípcias da *kehora*. Nesse sentido, com relação à administração da pólis, ele menciona uma série de agentes específicos que atuavam antes do domínio romano. São eles:

o *exegeta*, que veste púrpura, goza de privilégios ancestrais e se encarrega das necessidades da cidade, o *hipomnematógrafo* (secretário encarregado do registro dos arquivos), o *arquidicastes* (chefe da justiça) e, em quarto lugar, o comandante da guarda noturna (*nykterinosstrategos*). (*Geografia*, 17, 1, 12, tradução nossa)³³

De acordo com Estrabão, esses cargos já existiam antes do domínio romano, mas suas ações não eram efetivas em razão da má administração lágida. O discurso atribuído à administração ptolomaica um aspecto negativo em contraposição à administração romana. Podemos considerar essa visão como consequência dos eventos ocorridos desde o século II a.C. que marcaram o domínio ptolomaico no Egito: as brigas dinásticas, a resistência dos nativos egípcios ao poder estrangeiro e uma economia estagnada (CLÍMACO, 2012, p. 105). Não obstante os conflitos, Alexandria se tornou o eixo administrativo do Egito durante o período ptolomaico e continuou a sê-lo nos períodos romano e bizantino (BOWMAN, 1986, p. 205).

Por fim, um aspecto considerado digno de registro é a apresentação dos habitantes da cidade. Apropriando-se de Políbio³⁴, o geógrafo enuncia que a cidade é habitada por três grupos: a população egípcia nativa, agitada e não civilizada; os mercenários; e os alexandrinos que, mesmo não respeitando a ordem social, são

³³ “τῶν δ’ ἐπιχωρίων ἀρχόντων κατὰ πόλιν μὲν ὅτε ἐξηγητῆς ἔστι, πορφύραν ἀμπεχόμενος καὶ ἔχων πατρίους τιμὰς καὶ ἐπιμέλειαν τῶν τῆ πόλει χρησίμων, καὶ ὁ ὑπομνηματογράφος καὶ ὁ ἀρχιδικαστής, τέταρτος δὲ ὁ νυκτερινὸς στρατηγός.”. Dentre outros que atuavam em todo o território estavam o *epistrategoí*, o supervisor de um grupo de nomos, e o *grapheion*, responsável pela manutenção dos arquivos resultantes das atividades da burocracia administrativa (CAPPONI, 2010, p. 183).

³⁴ Políbio (203-120 a.C.), general de origem grega que atuou a serviço de Roma e produziu a obra *História Pragmática*.

considerados como mais comportados que os outros “porque mesmo misturados, eram de origem grega e lembravam dos costumes comuns aos gregos.” (*Geografia*, 17, 1, 12, tradução nossa)³⁵. A perspectiva etnocêntrica do geógrafo prevalece na abordagem, mas não deve ser considerada como um apanágio de Estrabão, já que essa diferença e hierarquia está explícita na própria estrutura legal e administrativa romana. Nesse sentido, ser alexandrino, grego ou egípcio, significava possuir ou não determinados privilégios sociais, políticos e econômicos (ABDELWAHED, 2015, p. 4)³⁶. Além disso, vale considerar que, apesar do bilinguismo³⁷, a linguagem administrativa era o grego (CRUZ-URIBE, 2010, p. 492-493). Essa reorganização da província foi extensiva e afetou não só a estrutura social mas, também, a aparência dos assentamentos, hierarquizados em (1) poleis gregas, (2) metrópoles da *khora* ou capitais dos nomos e (3) aldeias (SNAPE, 2014, p. 204).

No caso de Alexandria, o que enfatizamos é como esses povos distintos foram percebidos e compõem as paisagens da cidade que, tal como o próprio Egito, possuía uma sociedade etnicamente diversa onde egípcios, gregos e outros imigrantes conviviam e se afetavam mutuamente (ABDELWAHED, 2015, p. 4). Todavia, ao descrever a cidade como se todos habitassem e transitassem os mesmos espaços, Estrabão omite diferenças marcantes. Essa omissão é interessante porque, desde o período ptolomaico, a cidade estava dividida em cinco bairros identificados pelas cinco primeiras letras do alfabeto grego (BOWMAN, 1986, p. 209; SNAPE, 2014, p. 210) conforme os agrupamentos étnicos (DAVOLI, 2010, p. 353; SNAPE, 2014, p. 210). Nesse sentido, alexandrinos, gregos, egípcios, e o próprio Estrabão, no caráter de um estrangeiro grego que habitou o lugar, são elementos essenciais na constituição da paisagem.

³⁵ “καὶ γὰρ εἰ μὴ γὰρ εἰ μὴ γὰρ, Ἕλληνας ὅμως ἀνάκαθεν ἦσαν καὶ ἐμὲμνητο τοῦ κοινοῦ τῶν Ἑλλήνων ἔθους”.

³⁶ Dentre os privilégios garantidos aos gregos de Alexandria e das demais poleis do Egito estavam a participação nos jogos, as reduções no pagamento de impostos e um melhor tratamento no sistema judicial (BOWMAN, 1986, p. 209). Nesse sentido, o Egito se tornara um país helenizado e os romanos mantiveram a situação privilegiada dos gregos ao assumirem o domínio do território (CRUZ-URIBE, 2010, p. 497).

³⁷ O grego para helenos e romanos e o demótico para egípcios.

4. Conclusão

A *Geografia* de Estrabão é uma fonte profícua para se conhecer o Egito romano (30 a.C.-395 d.C.), particularmente, sob o principado de Augusto (27 a.C.-14 d.C.). A descrição de Alexandria, uma das pólis gregas edificadas no território egípcio, configura-se em um relato que resulta tanto do conhecimento construído sobre o lugar por historiadores e geógrafos gregos, helenísticos e romanos anteriores à Estrabão como de sua própria autópsia. A exploração desse aspecto relacionado à experiência pessoal do sujeito que empreende uma apreensão visual, ora vertical ora horizontal, é uma chave de leitura essencial no debate acerca da produção espacial do lugar, concretizado no discurso, e compreendido como paisagem.

Consideramos que a noção de paisagem não deve ser limitada a um determinado período histórico. O conceito pode e deve ser instrumentalizado para a produção de conhecimento historiográfico sobre a Antiguidade. Nesse sentido, cabe ressaltar o uso de uma definição de paisagem desenvolvida de modo a incluir vários elementos que complexificam a “imagem” que é comumente percebida como natureza ou como obra da mente. Além disso, destacam-se os demais níveis de apreensão do mundo definidos pelas ideias de paisagem-trabalho e de mundo-tempo. A paisagem de Alexandria não é uma paisagem finalizada, mas em construção conforme Estrabão se movimenta e habita a cidade. De fato, podemos falar em mais de uma paisagem alexandrina: uma litorânea marcada por elementos que denotam uma atmosfera marítima e comercial e uma mais urbanizada evidenciada pelos edifícios que constituíam o centro da administração, religiosidade e intelectualidade local.

Essas paisagens alexandrinas enfatizam os aspectos geográficos como a hidrografia e o clima, os aspectos socioeconômicos relativos à administração, atividades, os costumes e locais específicos como portos, palácios e templos. Portanto, Alexandria é construída como um lugar histórico, mas sua construção também deve ser compreendida no processo social de habitação, de formação de paisagem. Ela é denotada por uma constante interação dos povos entre si e com o

meio natural e atmosférico que os envolve, abrangendo a dimensão físico-espacial, considerando o plano da cidade, sua organização em bairros, seus prédios e jardins. Soma-se a isso, por fim, os aspectos subjetivo e sensorial resultantes das experiências de Estrabão.

REFERÊNCIAS

- ABDELWAHED, Youssri. City Layout, Urban Space, and Public Buildings. In: ABDELWAHED, Youssri. **Egyptian Cultural Identity in the Architecture of Roman Egypt (30 BC-AD 325)**. Oxford: Archaeopress, 2015, p. 10-48.
- ANDREOTTI, Gonzalo. La naturaleza histórica de la Geografía de Estrabón. **Euphrosyne**. Lisboa, n. 37, 2009, p. 131-144.
- BARROS, José D'Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 16, dez. 2004, p. 17-35.
- BEK, Lise. Sight, object, space. The notion of landscape in Antiquity as a functional or an aesthetic category. HALLAGER, Erik; JENSEN, Jesper (Ed.). **Proceedings of the Danish Institute at Athens**. v. V, Athens, 2007, p. 199-212.
- BOWMAN, Alan. Alexandria, Queen of the Mediterranean. In: BOWMAN, Alan. **Egypt after the pharaohs. 332 BC-AD642 from Alexander to the Arab Conquest**. USA: University of California Press, 1986, p. 203-233.
- BRUNT, Peter. A. The Administrators of Roman Egypt. **The Journal of Roman Studies**. V. 65, 1975, p. 124-147.
- CAPPONI, Livia. The Roman Period. In: LLOYD, Alan (Ed.). **A companion to Ancient Egypt**. Volume I. USA, UK: Wiley-Blackwell, 2010, p. 180-198.
- CAPPONI, Livia. Alexandria. In: CAPPONI, Livia. **Roman Egypt**. USA, UK: Bristol Classical Press, 2011, p. 52-62.
- CLÍMACO, Joana Campos. Alexandria no século I a.C.: uma ameaça a Roma no Mediterrâneo? **Mare Nostrum**. São Paulo, v. 3, n. 3, 2012, p. 104-114.
- CRUZ-URIBE, Eugene. Social Structure and Daily Life: Graeco-Roman. In: LLOYD, Alan (Ed.). **A Companion to ancient Egypt**. USA: Blackwell, 2010, p. 491-506.
- DAVOLI, Paola. Settlements – Distribution, Structure, Architecture: Graeco-Roman. In: LLOYD, Alan (Ed.). **A companion to Ancient Egypt**. Volume I. USA, UK: Wiley-Blackwell, 2010, p. 350-369.

DESANGES, Jehan. Strabo's Libya. In: DUECK, Daniela (Ed.). **The Routledge Companion to Strabo**. London, New York: Routledge, 2017, p. 102-110.

DUECK, Daniela. **Strabo of Amasia**. A Greek Man of Letters in Augustan Rome. London; New York: Routledge, 2000.

DUECK, Daniela. Introduction. In: DUECK, Daniela. **Geography in Classical Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 1-19.

INGOLD, Tim. The picture is not the terrain. Maps, paintings, and the dwelt-in world. **Archaeological Dialogues**, vol. 4, n° 1, Cambridge, Cambridge University Press, may, 1997, p. 29-31.

INGOLD, Tim. The temporality of landscape. In: INGOLD, Tim. **The Perception of environment**. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill. Routledge, 2000, p. 189-208.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LIDELL, Henry; SCOTT, Robert. **A Greek-English Lexicon**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

MASIP, Vicente. **Manual introdutório ao grego clássico para falantes de português**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

POLLARD, Nigel. Military Institutions and Warfare: Graeco-Roman. In: LLOYD, Alan (Ed.). **A companion to Ancient Egypt**. Volume I. USA, UK: Wiley-Blackwell, 2010, p. 446-466.

ROWLANDSON, Jane. Administration and Law: Graeco-Roman. In: LLOYD, Alan (Ed.). **A companion to Ancient Egypt**. Volume I. USA, UK: Wiley-Blackwell, 2010, p. 237-254.

SEBASTIANI, Breno Battistin. **Políbio: História Pragmática**, livros I a IV. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2016.

SNAPE, Steven. Graeco-Roman Egypt. In: SNAPE, Steven. **The Complete Cities of Ancient Egypt**. London: Thames & Hudson, 2014.

STRABO. **Geographica**. Editor A. Meineke. Leipzig: Teubner, 1877.

STRABON. **Géographie**. Tome XIV. Livre XVII. 1^a partie. L'Égypte et l'Éthiopie Nilotique. Traduit par Benoît Laudenbach. Paris: Les Belles Lettres, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. A perspectiva da Experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WARMINGTON, E. (Ed.) **The Geography of Strabo, VIII**. The Loeb Classical Library, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967.

ESPAÇO E MICRO-HISTÓRIA: uma relação dialógica

Francisco Wellington Gomes Filho¹

Artigo recebido em: 12/09/2022.

Artigo aceito em: 17/02/2022.

RESUMO:

A intenção é traçar um diálogo analítico e metodológico, entre o conceito de espaço e a abordagem micro-histórica com o propósito de desbravar formas de lidar com essa relação. Para isso foi importante discutir o que é o evento histórico e como ele se insere numa perspectiva micro. Desse modo, alinhando o pensamento de diferentes autores pudemos perceber a complexidade que essa relação dialógica pretende ser. Esse estudo caminhou para mapear variações, regularidades, práticas, interações, intencionalidades e simbolizações que encontramos quando se direciona um olhar microanalítico. Com tudo isso, pudemos perceber a importância da dialogia entre espaço e micro-história, tomando como exemplo pesquisas realizadas com narrativas de assombração.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço. Micro-história. Evento.

SPACE AND MICRO-HISTORY: a dialogic relationship

ABSTRACT:

The intention is to trace an analytical and methodological dialogue between the concept of space and the micro-historical approach with the purpose of exploring ways of dealing with this relationship. For this, it was important to discuss what the historical event is and how it fits into a micro perspective. In this way, by aligning the thoughts of different authors, we were able to perceive the complexity that this dialogical relationship intends to be. This study aimed to map variations, regularities, practices, interactions, intentions and symbolizations that we found when directing a

¹ Mestre pelo Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL), da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1503779192127091>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5051-3312>; E-mail: wellingtonf20@gmail.com. Na época da produção do artigo foi bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

microanalytical look. With all this, we were able to perceive the importance of the dialogue between space and micro-history, taking as example research carried out with haunting narratives.

KEYWORDS: Space. Micro-history. Event.

1. Introdução

Como Espaço e Micro-história podem ser articulados? Esse é a pergunta central para essa investigação, porém os enlaces entre aquele conceito e essa abordagem histórica podem ir mais além. O que desejo aqui não é me centrar no conceito de espaço e percorrer um caminho de análises em escala micro, ou seja, fazer apenas uma microanálise do espaço.

Com certeza essa proposta de análise estará presente, mas não quero me restringir a um debate tão específico, isso não significa que o específico não estará nesse texto, significa que é um conjunto de especificidades que darão um teor maior para a discussão entre Espaço e Micro-história. As singularidades estão exemplificadas pelos confrontos entre as bibliografias. Será através de um percurso de discussão bibliográfica que teceremos aqui as análises.

Dito isso, a intenção é ampliar os percursos analíticos, no sentido de buscar mais possibilidades de diálogo entre esses dois conceitos. Vou me referir a Micro-história como um conceito também. Aqui o uso dessa forma para facilitar a escrita analítica. Todavia, entendo a micro-história como uma abordagem para operacionalizar uma prática de produzir história, conforme se refere Giovanni Levi (1992).

Nos remetermos à micro-história é adentrar em um campo de produção histórica já bem conhecido. Carlo Ginzburg em *O fio e os rastros* (2007) já nos mostrou os primórdios dos estudos micro-históricos e como essa abordagem se consolidou no campo da História, sendo ele mesmo um dos expoentes. Ronaldo Vainfas (2002), por outro lado, percorreu um caminho de diferenciação entre a História das Mentalidades

e a Micro-história, trazendo uma série de análises dos usos metodológicos, suas narrativas e influência da antropologia interpretativa de Clifford Geertz (2008). Henrique Espada Lima (2006), foi mais além e esmiuçou, as singularidades dos três principais autores de uma primeira geração de micro-historiadores italianos: Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovane Levi, assim como os usos metodológicos e operatórios das perspectivas de cada um desses autores.

Embora tenha ressaltado esse caminho já trabalhado por Ginzburg em *O fio e os rastros* (2007), não está no escopo desse texto se deter em algo semelhante ao seu percurso no livro citado. De todo modo nos ancoramos em suas perspectivas, assim como nas de Giovanni Levi, Jaques Revel², Frederik Bath, Clifford Geertz e vários outros historiadores com amplas pesquisas em micro-história, microanálise e análise dos espaços.

Esses dois últimos antropólogos, com trabalhos relevantes à microanálise ou análise microscópica, têm trabalhos proeminentes para o debate que desenvolvemos aqui. O olhar mais detalhado deles sobre aspectos da cultura contribuiu para consolidar novos modos de lidar com as fontes de estudo em perspectiva micro.

Ademais, essa convergência de estudiosos para trabalharmos o micro se mostra pertinente, isso porque,

é preciso, antes, como o fazem os micro-historiadores ou certos antropólogos, determinar zonas sensíveis, isolar artificialmente momentos, configurações, espaços, que podem estar localizados naquilo que nos aparece tanto como o centro quanto como a periferia de uma sociedade, e dissecá-los (ABÉLÈS, 1998, p. 115).

As zonas sensíveis serão os pontos ou percursos de análise onde a escala micro prevalecerá. Não como escala mais preponderante do que a macro, mas como estratégia analítica para dialogarmos com o conceito de Espaço. O isolamento artificial, a que Abélès se refere, significa que no decorrer das análises uma perspectiva

² Refiro-me aqui tanto aos textos de sua autoria como o livro organizado por ele, *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*.

mais teórica pode prevalecer, isso não significa que irá comprometer ou dificultar o entendimento, o que queremos é facilitar o entendimento teórico-metodológico aqui aplicado.

As configurações que Abélès menciona são sobre as interações e ações dos sujeitos dentro de um espaço por ele experienciado. Aqui a configuração do espaço não pode se restringir a si mesma. O tempo e seu decorrer, sua duração, também entram nessa configuração. Espaço e tempo são uma inevitabilidade do sujeito, não temos como escapar deles. Eles nos circunscrevem e nós os escrevemos na nossa experiência cotidiana. Dissecar essas configurações do espaço é também nos remeter para além dele.

Como dissemos anteriormente o tempo está intrínseco, utilizarei com alguma frequência a terminologia espaço/tempo justamente para remeter a inevitabilidade que mencionei antes. O espaço/tempo tem seu começo, meio e fim, isso nos remete a pensarmos um passado, um presente e um futuro respectivamente. Nisso encontramos a formulação de um evento e esse é concebido como histórico, justamente, porque dentro do evento há sempre um espaço/tempo, há sempre um passado, um presente e um futuro no evento³ (KOSELLECK, 2014).

Reinhart Koselleck ressalta bem essa construção temporal no evento, pois para ele “a singularidade de uma sequência de eventos pode ser vista empiricamente onde se experimentam surpresas. Ser surpreendido significa que as coisas não aconteceram da forma esperada” (KOSELLECK, 2014, p. 23). Não nos deteremos apenas em singularidades, mas também em regularidades. Intercambiar essas perspectivas dos eventos (singularidades e regularidades) como componente da configuração do Espaço pode nos levar a pensar que “a história sempre tem a ver com o tempo, com

³ O adjunto adnominal “no evento” não é aleatório. Aqui me refiro aos referentes temporais passado, presente e futuro que estão dentro do evento. Quero salientar que todo evento inclui pelo menos um sujeito e um espaço e tempo. O “tempo” no evento é a duração e esta duração tem um começo, um meio e um fim que são o passado, o presente e o futuro que existe e atravessa (perpassa) o evento.

tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente” (KOSELLECK, 2014, p. 9).

Essa empiria do tempo e do espaço como podemos perceber não se desvincula, ela está lá com o sujeito e com suas ações, criando uma experiência no cotidiano. Nesse sentido, a configuração do Espaço como podemos ver não é restringida, pois os sujeitos criam uma interação quando adentram um espaço e/ou um lugar específico. A interação além de configurar, reconfigura. Isso se daria através das constantes mudanças e variações que um sujeito pode ter com o espaço que ele adentra ou com o lugar praticado.

Apesar de concordarmos com Michel de Certeau que o “espaço é o lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202) e que os lugares se configuram como posições, como delimitações fixas, não podemos confundir o que ele quer dizer com tudo isso. Esse caráter fixo do lugar, não significa que ele é inerte, imóvel ou imutável. Como o lugar é e está sendo praticado, a maneira como isso se dá na duração temporal dessa prática, pode mudar. Lembremos que existem ações feitas pelos sujeitos nesses lugares: observações; gestos; movimentações, na circunscrição do próprio lugar que fazem modificar a percepção; e a interação que se tem com os lugares. Se essa interação muda então ocorre uma alteração na configuração do lugar, há uma reconfiguração.

Desse modo, vemos que estabelecer uma relação dialógica entre Espaço e Micro-história nos leva a percorrer uma trajetória desafiadora em termos teórico-metodológicos de análise. E que tentar situar essa relação de diálogo entre micro-história e espaços numa tentativa de fazer micro-história espacial é bastante relevante para uma historiografia que pretende dar ênfase à espacialidade, mas não de forma apartada da temporalidade que caminha de forma conjunta.

Espaço e tempo: análises de uma espacialidade e uma temporalidade devem ser fundamentais na pesquisa historiográfica. E aqui tentaremos desbravar um percurso analítico que auxilie na operação histórica. Para isso procederemos por uma

análise conceitual do evento e logo depois iremos trazer análises de micro-história, espaço e lugar como uma forma de intercambiar e convergir esses conceitos.

2. Evento, espaço e lugar na escala micro

O evento pode ser concebido como uma ocorrência em um momento particular, ele está inscrito no tempo e no espaço. Esta acepção nos remete a pensar o evento como histórico, já que uma ação humana na história está circunscrita e inscrita em um tempo e espaço específicos.

O evento histórico seria um recorte temporal e espacial: uma delimitação, uma duração-limite e ele também é intencional. Como diz o historiador Paul Veyne: “em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por *tekmeria*, por indícios” (VEYNE, 1998, p. 18). A narrativa história se deteria e se construiria no estudo do que restou, por isso que para Paul Veyne o estudo histórico, sua narrativa, nunca conseguiria copiar o evento totalmente com todos os seus detalhes.

O evento é enxergado por esse historiador francês como o dado factual em sua completude e como o estudo da história se faz com documentos o historiador ficaria impossibilitado de se alcançar um conhecimento direto do caso. De igual modo podemos dizer que o evento é uma individualidade histórica com suas diferenciações, o evento é o acontecimento inalcançável, já a história seria um estudo que nunca se repete mesmo quando se quer contar sobre um mesmo evento (VEYNE, 1998).

Percebemos assim, a mobilidade do evento em termos da circunscrição: o evento pode ser facilmente moldável a depender do que queremos compreender com ele. Vemos que uma singularidade está presente nessas remodelações e escolhas. Porém também podemos perceber regularidades nas análises de um evento. Estou me referindo às singularidades e regularidades não como fazendo parte intrínseca do

evento, não que não seja, mas como um olhar metodológico que podemos usar para identificar e remodelar o evento (KOSELLECK, 2014).

O singular, o que é surpreendente e o regular, algo que de alguma forma se assemelha ao que já ocorreu, são partes do evento também. Como menciona Reinhart Koselleck: “mas essas singularidades são apenas parte da verdade. Vista como um todo, a história também repousa em estruturas de repetição que não se esgotam nas singularidades.” (KOSELLECK, 2014, p. 21). Porém essa fala do historiador alemão não se refere ao evento como ocorrência intrínseca, dentro de si mesma, mas como uma experiência ou um conjunto delas em um determinado espaço-tempo.

Assim, temos duas acepções distintas para o evento: uma em que ele está encerrado nas experiências de algum sujeito, grupo, comunidade ou sociedade dentro de um espaço-tempo, essas experiências seriam uma singularidade. Já a outra acepção é a regularidade, o que se assemelha, que é onde a experiência em dado momento anterior refunda um evento, trazendo consigo traços comuns.

Consequentemente, dentro da perspectiva da primeira acepção, um indivíduo, um grupo e uma multidão podem ser sujeitos de um mesmo evento. Cada sujeito dentro de sua ótica tem sua própria trajetória, ele a produz, assim, a duração do evento está ligada a ação desses sujeitos. “Bastavam um homem e um momento propícios para provocar um evento completamente inesperado” (KOSELLECK, 2014, p. 216).

Aqui começa a se constituir um entendimento e práticas de se escrever e pensar a história. Se lidamos com o singular em suas múltiplas significações podemos partir para um percurso onde o detalhe tenha proeminência, como bem faz as análises micro-históricas. A micro-história, como ressalta Levi, é um “método [que] está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador.” (LEVI, 1992, p. 133).

Os sujeitos em termos de ações realizadas em um dado espaço/tempo produzem seus eventos ou participam de eventos para além de si mesmos. Porém em

nenhum dos dois modos o caráter micro-histórico é negligenciado, porque a ótica está na escala analítica de observar o sujeito. Também não significa que o sujeito é exclusivamente nosso objeto de estudo, mas podemos nos atentar a desbravar os seus percursos, o de um grupo ou uma comunidade no intuito de compreender melhor os detalhes que se revelam na escala micro. Dessa forma, a duração e a trajetória percorrida por um sujeito são fundamentais para a compreensão de um evento histórico, como também para sabermos mais sobre o espaço e os lugares que ele percorreu.

Exemplos notórios na micro-história são o de Menocchio em *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg (2006), onde o historiador percorre uma trajetória individual que o leva para outras trilhas em busca de construir esse imaginário peculiar que era o do moleiro que tanto deixou perplexos os inquisidores que o interrogavam. Outro exemplo, é o de Giovan Battista Chiesa, vigário na cidade de Santena, em *A herança imaterial*, de Giovane Levi (2000). Levi nessa investigação tenta traçar os impactos das ações do reverendo, como exorcista e curandeiro, na cidade onde residia e nas comunidades vizinhas. Esses são apenas alguns exemplos dos desdobramentos que um sujeito pode ter para a construção singular de um trabalho historiográfico e que a micro-história ajuda a desnudar e a traçar um novo panorama de análises que revelam outras compreensões e explicações para os eventos percorridos por esses sujeitos. Eles são os fazedores e participantes do evento analisado pelos historiadores.

Mas como delimitamos a duração do evento? Podemos ver um evento se iniciando e se encerrando talvez com maior facilidade, mas podemos, através de fontes, perceber também desdobramentos. É o olhar analítico do historiador quem delimita o desdobramento. Tenhamos em mente que é na leitura analítica das fontes que poderemos perceber com mais clareza o vai e vem do decorrer de um evento e do percurso de um sujeito nele. Entender um pouco sobre a duração e a flexibilidade do evento ajuda na compreensão das categorias de espaço e lugar nessa discussão e, desse modo, na compreensão da trajetória que um sujeito percorre por esse espaço e lugar.

Vimos que o tempo não está desvinculado de um espaço. Porém queremos perceber como o espaço e lugar são apreendidos dentro de um evento histórico. Para isso podemos recorrer uma pergunta, já a muito tempo lançada pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, que parece ajudar a elucidar essa questão: “de que maneira as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar?” (TUAN, 1983, p. 5).

A significação atribuída a um espaço e a um lugar advém primeiramente da experiência, ou seja, da capacidade de agência do sujeito. São as ações de um sujeito que contribuem para a construção de um espaço social e cultural. Isso ocorre porque a experiência ao se realizar deixa indícios de que algo aconteceu ali, por exemplo: marcas, rastros, objetos. Esse tipo de ação é fruto de uma interação do humano com o ambiente a sua volta e de suas escolhas, naquele espaço e lugar. As interações modificam os significados do lugar em um espaço, assim como contribuem para elucidar as várias simbolizações que podemos encontrar no lugar, no espaço, nos sujeitos e no ambiente espacial envolta.

O *significado* é uma relação entre uma configuração ou signo e um observador, e não alguma coisa sacramentada em uma expressão cultural particular. Criar significado requer ato de conferi-lo. (...) precisamos ligar um fragmento de cultura e um determinado ator (a) à constelação particular de experiências, conhecimentos e orientação desse/dessa ator (a) (BARTH, 2000, p. 128).

As atribuições de significado que o antropólogo Fredrik Barth designa são voltadas para o particular, para o micro, para o singular. Porém não de forma solta, onde cada particular seria um significado absoluto na cultura, mas sim que cada significado está relacionado a um contexto.

A cultura é um aglomerado, ou como ele fala, uma constelação de experiências onde as variações são interdependentes. É nesse aglomerado de experiências que vemos a relação do sujeito com a cultura que ele experiencia. É nessa relação que conseguimos estabelecer um significado interativo entre sujeito e sua experiência. Mas fica a pergunta: como isso ocorre?

A organização, que menciona a pergunta de Yi-Fu Tuan, mostrada anteriormente, surge de uma intenção criadora para o espaço. Essa intenção advém da maneira como os sujeitos interagem com o lugar ou com os lugares e como aqueles participam desses. As respostas podem ser encontradas em uma investigação sobre a interação direta do indivíduo no espaço e nos lugares.

O próprio espaço chega a moldar uma maneira de ser para um indivíduo que o adentra, por outro lado o indivíduo ao participar se vê confrontado com o que o espaço te revela, o que te propõe. Assim, para a interação/fluxo entre espaço e indivíduo ocorrer tem-se necessário uma participação entre a dualidade (espaço e sujeito).

Toda essa atribuição para pensar o espaço, nos leva a pensá-lo como social. Através dessa perspectiva podemos considerar que “a idéia central é que existir em um espaço, ser um ponto, um indivíduo em um espaço, é diferir, ser diferente” (BOURDIEU, 1996, p. 23). Pensar o diferente é trazer uma série de novas perspectivas para entendermos como o espaço pode se multiplicar de significados, assim como os sujeitos modificam seus significados quando em interação com o espaço. Aqui temos uma mudança recíproca entre espaço e sujeito, forjada na capacidade dos sujeitos de atribuírem sentido as si mesmos e ao ambiente a sua volta quando são agentes de suas ações.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu se refere a um espaço social, porém não menciona o lugar como categoria que está presente nesse espaço. Porém não devemos nos furtar a pensar o lugar como parte integrante do espaço até porque entendo que “o espaço é um cruzamento de móveis” (CERTEAU, 1998, p. 202) onde os personagens executam sua caminhada, definem seus movimentos. Cada pausa aqui é um lugar, onde a ação é um movimento do corpo, do olhar ou da fala e que dá significado a esse lugar.

O lugar é uma circunscrição dentro de um espaço, seja uma casa, uma rua, um quintal. É um ir e vir, é um lá e cá onde os sujeitos executam movimentos, estabelecem

percursos e criam desdobramentos no espaço praticado. Os desdobramentos surgem de um caráter de agência, o sujeito executa uma ação e assim, anima o lugar e o espaço onde ele está: os desdobramentos, nesse sentido, são significações. Desse modo, a ação do sujeito é um fazer-se de si e do espaço onde está, por isso que Michel de Certeau fala que “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202).

Praticá-lo significa interagir com o espaço e os lugares que a ele, os sujeitos, são pertencentes, e estão circunscritos. Praticar nos remete a configurar e a configuração se dá de modo social e cultural. Como vimos, o espaço é social justamente por ter ao menos um indivíduo nele. Vimos, conforme a perspectiva de Bourdieu, que é possível existir uma interação entre o sujeito, sozinho, com o espaço e lugar, porém, também, podemos pensar a interação entre sujeitos. Só em haver mais de um sujeito as práticas já se modificam.

De estar sozinho para estar com outros sujeitos compartilhando um mesmo espaço e lugar, os modos de atribuição de significados podem já se diferenciar. O espaço, nesse sentido, já é percorrido de forma variada. As intencionalidades para com o espaço e o lugar se reconfiguram: constrói-se, assim, uma nova configuração.

Desse modo também podemos perceber o espaço como praticado quanto movimento. E se temos um espaço social, também temos o lugar social, já que o lugar é circunscrito pelo espaço. Aqui o social tem o sentido de uma interação dos sujeitos e essa é diferenciadora no sentido de que cada interação é um ponto em que o sujeito o preenche como ser participante do espaço e do lugar. Para a interação entre espaço e indivíduo ocorrer tem que existir uma participação (que é uma ação) que faz a dualidade (espaço e sujeito) interagirem e produzirem uma organização de interações e significados (TUAN, 1983).

A experiência de mover-se em um espaço o designa como fluido, aqui o lugar é delimitado como uma pausa, onde a relação entre espaço e lugar é dialógica. O espaço circunscreve o lugar e este é local de ação do sujeito onde “cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar.” (TUAN, 1983,

p. 6). É nessa relação que a experiência ocorre, que ela se cria conforme o lugar vai sendo praticado. A prática é aqui entendida como a interação-ação de um sujeito.

Desse modo, o lugar não tem como não ser “uma configuração instantânea de posições” (CERTEAU, 1998, p. 201) e assim, cada ação do sujeito configura seu lugar no espaço, cada sujeito que a executa constrói uma experiência com o lugar praticado e cada experiência dos sujeitos nos leva a uma interação. Configurando assim um espaço onde os movimentos e as ações é o que define a diferença entre espaço e lugar (CERTEAU, 1998). Os lugares definem novos usos, modos de sentir e praticá-los, usos dos lugares, para os lugares e com os lugares. Assim, podemos pensar em um conjunto de análises microssociais se encadeando.

O conjunto analítico microssocial não se desliga da abordagem micro-histórica, não somente pelo caráter micro, mas também porque como fala Levi (1992) o historiador não se limita a uma interpretação dos significados por si mesmos, também se debruça sobre as diferenciações simbólicas, os confrontos, as disputas que ocorrem em meio às múltiplas formas de interpretar esse emaranhado de relações e suas possibilidades, que podem ocorrer nas interações entre os sujeitos. É adentrando essas perspectivas que ampliamos as interações com os espaços e os lugares. Assim, toda aquela discussão sobre o evento fica repleta de complexidade para análise.

O evento em sua duração contém esses espaços e lugares praticados por sujeitos. O que queremos com tudo isso é demonstrar que o evento em escala micro e o percurso do sujeito por um espaço e praticando lugares constrói uma quantidade significativa de diferenciações, singularidades que dão um tom diferente ao evento. Porém uma segunda questão que envolve o evento nos remete a regularidade do mesmo. Como Koselleck (2014) menciona, não é só de singularidade que é feito o evento, algo de regular existe.

O que existe são as reminiscências de experiências anteriores e símbolos que podem ser encontrados e assemelhados a outros eventos. Para demonstrar esses traços regulares partirei para análises historiográficas de dois símbolos comuns e que

se intercambiam: a noite e o medo. Esses símbolos fazem parte da minha pesquisa sobre narrativas de assombração, por isso proeminência em demonstrar seus usos para pesquisas que dialogam com a Micro-história e Espaço (GOMES FILHO, 2023; GOMES FILHO; ALENCAR, 2022).

Os símbolos da noite e do medo, por exemplo, tão comuns para as sociedades, nos remetem a pensarmos como várias culturas as experienciaram. Escolhi esses dois símbolos por também manterem uma relação dialógica. Vamos ver como essa regularidade simbólica é perceptível dentro do escopo de nossas análises sobre espaço, lugar e a interação social dos sujeitos trazendo exemplos de como os símbolos aparecem em um contexto histórico.

A noite em muitos casos é ligada ao medo, a insegurança ou a algo temível que se esconde na escuridão tendo a luz como sua antítese. A noite como elemento do mundo natural parece aumentar a insegurança sobre os espaços e lugares por onde sujeitos percorrem e tem esse elemento natural como predominante. Desse modo, a noite, as trevas, o escuro simbolizam ações maléficas, que estão ligadas “a agitação, a impureza, ao barulho” (DURAND, 2012, p. 92). Escutar sons que não se reconhecem à noite podem deixar uma pessoa minimamente surpresa, se não apavorada. Era o que acontecia, por exemplo, na cidade Francesa de Gévaudan quando no início da década 1760, a cidade foi aterrorizada por ataques do que se dizia ser um lobisomem. A fera atacava mulheres e crianças, principalmente, conforme nos esclarece o historiador francês Jean Delumeau (2009).

A noite, desde os tempos antigos, era experimentada pelos homens e estes eram suscetíveis aos seus ataques que vinham das sombras ao redor. “O medo *na* escuridão é também aquele sentido de repente por uma criança que adormece sem dificuldades”. (DELUMEAU, 2009, p. 141). Adormecer, significaria vulnerabilidade e a noite poderia ser o momento propício para isso, onde a escuridão domina as possibilidades de visualização (no sentido de enxergar) por parte das pessoas. Comprometer a visão parece uma função muito simples para a noite, sua imposição

força os outros sentidos e deixa a pessoa mais alerta. Para os sujeitos, a agitação desenvolvida pelas trevas “é feita desse sentimento de que alguma coisa de temível vai lançar-se sobre eles, saindo da sombra, ou os espregueira, invisível” (DELUMEAU, 2009, p. 141).

A noite também é momento propício para afastar os males, esperar pela manhã e pela luz do dia não parece ser o ideal. A noite apressa o sujeito a realizar práticas de afastar temores que sabe que podem estar à espreita. Assim, fazendo um paralelo com o símbolo do lobisomem que mencionamos, em várias regiões do Brasil para quebrar a transformação de um lobisomem é preciso uma “bala que se unte com cera de vela que ardia em três missas de domingo ou na missa-do-galo, na meia-noite do Natal” (CASCUDO, 1999, p. 518). O horário-limite é um designador da prática. A noite não abre consenso, tem que ser naquele momento específico para quebrar a transformação.

Também é à noite, na região de Jürgensburg, na Lituânia do final séc. XVII que um sujeito idoso chamado Thiess, diante dos tribunais de inquisição, dizia transformar-se em lobisomem, para combater o diabo no local que ficava para além do mar, o que seria o inferno, essa luta era em favor de boas colheitas. Se perdesse o confronto as colheitas seriam devastadas, se vencesse essas seriam abundantes (GINZBURG, 1988).

A escolha da noite não é aleatória “a noite tem uma existência simbólica autônoma” (DURAND, 2012, p. 67). E como Delumeau (2009) ressalta, com frequência fantasmas e outros males se faziam presentes na noite. A noite parece ser um período propício para que o medo se instale nos ambientes onde as pessoas estão. Apesar de ser autônoma, vemos que é na inserção do sujeito em um espaço e lugar onde predomina a escuridão que vemos intensificar os significados da noite e dos medos sentidos. A interação simbólica entre sujeito, noite, medo, espaço e lugar demonstram uma complexidade na interação-ação nos espaços percorridos e nos lugares praticados.

Com esses exemplos vemos uma regularidade analítica em termos de análise dos símbolos. Esse tipo de regularidade é diferente do que menciona Koselleck (2014) quando fala em estruturas de repetição. Nesse caso, o autor se detém em um plano macro de análise conjuntural. No nosso caso trago essa discussão de regularidade para a escala micro, onde fica mais perceptível os detalhes das ações dos sujeitos. Também conseguimos demonstrar que essa regularidade não é somente intrínseca ao evento, mas também a uma ótica de operação teórico-metodológica: definimos quais símbolos analisar para demonstrar a regularidade, depois percorremos um caminho teórico e histórico para reforçar o diálogo não só dos pares de conceitos (noite e medo) como também para mostrarmos que eles têm uma historicidade e que estão presentes em outras culturas e sociedades separadas tanto temporalmente, como espacialmente.

3. Espacialmente micro

A redução da escala que desenvolvemos aqui destrinchando percursos de eventos, sua duração, as ações dos sujeitos e suas interações no espaço e nos lugares contribui para aprofundarmos a discussão sobre uma micro-história dos espaços. As análises anteriores deixaram claro que o espaço não é entendido apenas como meio ou um mero dado geográfico, mas também com um elemento ativo, dinâmico, onde os sujeitos nas suas ações contribuem na sua configuração.

O que uma escala reduzida faz é detalhar mais o cenário, a ambientação, a atmosfera, que encorpa o lugar e a presença ou ausência de um sujeito que é espacialmente importante para os detalhes. Os traços finos que Jaques Revel (1998) refere-se ao falar da micro-história como abordagem para observar o que não se poderia em uma escala macro marca bem uma das propostas do saber-fazer de uma pesquisa micro-histórica.

Não significa que o micro historiador somente trabalha com a micro-análise, com o detalhe, mas que essa escala é fundamental para ele perceber nuances importantes para uma análise mais complexa. Intercambiar macro e micro dentro de

uma narrativa historiográfica é importante para qualquer pesquisador. Não podemos tomar o macro pelo macro ou o micro pelo micro. Dialogar com as duas formas parece ser um caminho que adentra a narrativa e fortalece os argumentos de uma compreensão/explicação histórica (GADDINS, 2003).

É dentro do percurso do estudo da relação da micro-história e do espaço que estamos estabelecendo essa investigação. Perceber como as análises de símbolos e ações se constituem por meio dos traços finos e como eles se diferenciam e se assemelham quando os relacionamos na perspectiva micro ajuda a revelar variações e compreensões antes não conhecidas. Vemos muito disso no trabalho de Ginzburg (2006): *O queijo e os vermes*. Aqui adentrando os meandros da inquisição nos foi revelado mecanismos religiosos cosmológicos criados por um moleiro.

Quando Ginzburg relaciona suas análises com os estudos tradicionais já realizados sobre a inquisição ele percebe uma série de variações no tecido social e cultural do Friul: a circulação de livros que poderiam ser considerados pela igreja como profanos e uma articulação pelos caminhos por onde uma rede de relações entre o moleiro Menocchio e amigos estabeleciam trocas sobre suas crenças. Tudo isso pode nos revelar que a inquisição tinha suas brechas em termos de fiscalização literária. Uma espacialização porosa onde a inquisição nem sempre estava presente de forma excessiva para exercer uma inspeção

Desse modo vemos uma célebre articulação entre micro e macro em uma série de eventos que circundam a vida de um sujeito. Espacialmente poderíamos dizer que o sujeito refunda os significados para o seu lugar de sociabilidade. O lugar onde habita é configurado por suas crenças, percepções, gostos e intencionalidades. Um sujeito que se embrenha no espaço realiza suas ações, não fica inerte. O espaço o engloba, o absorve. Um espaço em micro envolve um contexto de articulações e conexões.

Essas articulações e conexões podem ser abstratas no sentido que é o olhar do historiador que vai estabelecer conexões de análises e isso pode ocorrer através de comparações. Articular lugares e conectá-los não ocorre de qualquer jeito é preciso

estabelecer semelhanças e diferenças entre as categorias de análise. Pensarmos como um sujeito interage com o espaço onde ele está e estabelecermos conexões analíticas sobre os detalhes que se assemelham com outras interações de outros sujeitos é reorganizar essas conexões em um contexto comum (DE VITO, 2020).

A articulação só procede se existir pontos que possam ligar uma interação com outra. Antes mencionamos os símbolos da noite e do medo e traçamos um breve elo histórico onde esses símbolos se articulam para encontrarmos alguns significados de seus usos. Também podemos fazer isso com os espaços praticados. Se uma determinada prática é realizada em um local podemos estabelecer conexões e articulações entre as práticas. Isso pode ocorrer dentro de uma análise dos documentos ou de uma discussão historiográfica sobre temas que se alinham.

Alinhar-se não significa que as análises concordam uma com a outra, mas que ambas têm aspectos semelhantes. Por exemplo, em meus estudos sobre narrativas de assombração (GOMES FILHO, 2023) encontrei práticas de transformação de pessoas em lobisomens no período da noite. Sendo que o elo comum é o ato de transformar-se em meio a escuridão noturna. Porém, também encontrei que essa transformação pode ser nas camas onde os animais dormem ou, como trazem algumas historiografias: em encruzilhadas, estradas ou próximo a árvores. Aqui, como vemos, também continua existindo um elo, pois ainda existe o ato de transformação, só que ele se diferenciou. Essa variação é importante justamente para sabermos se os espaços têm alguma relação no ato de transformar-se, se a escolha do local é deliberada, ou se é fruto de alguma cultura “folclórica” ainda não conhecida.

O que posso afirmar é que “um aspecto decisivo para a análise das conexões reside em reconhecer a natureza diferenciada delas” (DE VITO, 2020, p. 112). Articulações e conexões existem entre elos comuns e também entre aspectos que variam. Quando variam podemos ver os elos de diferenciação, mas os comuns ainda existem lá. Por isso é importante e imprescindível fazer conexões entre práticas que variam tanto espacialmente como temporalmente.

A temporalidade nos fala sobre aspectos específicos de uma época, de uma cultura. Já a forma de interagir com o espaço e no espaço varia conforme uma dada temporalidade. Tudo isso nos propõe pensar questões micro que envolvem a pesquisa histórica quando articulamos as análises de nossas documentações com a historiografia.

Fazer uma micro-história dos espaços e dos lugares é se embrenhar nessa complexidade de conexões que podem existir entre os cenários, a ambientação, a atmosfera do espaço, como também das sensações, das percepções e dos movimentos dos sujeitos. Tudo isso complexifica uma microanálise e a feitura de uma micro-história dos espaços. Aqui, por fim, vemos que a relação de diálogo entre espaço e micro-história está na capacidade de interligarmos variáveis; estabelecermos conexões entre elos comuns e diferenciados; assim como quando articularmos relações onde os espaços são vistos como criadores e criados por sentidos atribuídos pelos sujeitos. É nas suas ações que os sujeitos contribuem para uma nova configuração dos espaços.

Uma outra perspectiva é a de pensar o espaço com a ausência do sujeito. Como seria uma dada situação histórica sem os sujeitos que ali não estivessem nela? Como seriam esses espaços? Como eles seriam configurados sem a presença direta do humano interagindo e praticando o espaço e os lugares?

O espaço de uma casa, por exemplo, pode ter muitos significados, pode ser um abrigo, pode ser uma defesa, pode significar conforto ou até medo. Conseguimos imaginar isso quando pessoas experienciam a casa como espaço, nela incorporam-se sensações e percepções bem pessoais. Gaston Bachelard em sua poética do espaço designa a casa como um elemento primordial, para ele “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela.” (BACHELARD, 1978, p. 200).

Essa é uma visão benfeitora da casa, assim, como um viajante poderia encontrar em uma casa abandonada um lar para seu descanso em uma jornada. A casa

como nosso primeiro espaço, que podemos afirmar sendo nosso, na ótica de Bachelard, ajuda a pensar as expectativas que criamos dela. O que proponho é pensarmos as ausências de sensações e percepções em uma interação do sujeito com a espacialidade.

Nas histórias de assombração com que trabalho os espaços surgem de forma muito variada: além das casas, têm-se quintais, estradas, beiras de rios. E de forma mais delimitada quartos, alpendres, salas, carros. Todos esses são espaços: lugares praticados pelos sujeitos em interação com uma assombração, no instante que essa é percebida visualmente ou não (GOMES FILHO, 2023).

Agora pensemos nesses espaços de assombração sem a pessoa estando naquele local. A ausência de interação nos faz pensar que o local poderia não ser sequer assombrado. Isso só mudaria caso houvesse relatos de que naquele lugar apareciam assombrações. Porém em uma boa parte dos relatos que colhi os assombros surgem de forma surpreendente. É como se as pessoas não soubessem que fossem ver, ouvir ou sentir a assombração quando estão naqueles lugares (GOMES FILHO; ALENCAR, 2022).

Caso pensemos em uma assombração não estando ali veremos apenas estradas comuns, casas comuns e os demais espaços igualmente comuns. Os espaços de assombração surgem com a interação entre sujeito e assombro em um dado lugar no espaço. Sem essa configuração o caráter daquele espaço como assombrado não existiria. Mesmo quando alguns relatos me falam que aquela casa é conhecida por ser assombrada, só posso confirmar que é quando ocorre ou já ocorreu alguma interação entre sujeito e assombro (GOMES FILHO; ALENCAR, 2022; GOMES FILHO, 2023).

Dessa forma vemos que os espaços não se constituem como algo definido, mas podem ser definíveis no tocante às possibilidades que podem existir ou não. Pensar a ausência mesmo quando existe a presença é remontar todo o contexto das narrativas de assombração. Não é negar a existência, mas sim fazer um exercício de

pensar os modos de ser e não ser de um espaço quando o sujeito está praticando-o. Fazer isso é remontar os usos e modos de ser de um espaço, é uma forma de reconfigurá-lo. Imaginar ausências é enfatizar a presença e as ações que existem no espaço e como essas contribuem para fazer existir significados.

No contexto da ação dos sujeitos vemos como esses se relacionam com o espaço em que estão, vemos suas intencionalidades postas em prática. A análise do pesquisador é quem remodela os usos e as relações que os sujeitos remetem com o espaço. A contextualização é um emaranhado de práticas que podem se combinar ou não, se divergir ou convergir. O contexto é formado pela interação entre sujeitos e entre esses e os espaços. Vimos que pensar ativamente a ausência dos sujeitos é reconfigurar o espaço para conseguirmos perceber de forma enfática sua presença e impacto no mesmo.

Por isso usei como exemplo minha pesquisa para demonstrar como uma análise microespacial pode ser desenvolvida com conexões. É importante que o diálogo entre micro-história e espaço não se detenha apenas em um tipo de análise. Os desdobramentos de uma interação humana se dão também entre as várias experiências que encontramos na documentação. No meu caso, tenho uma variedade extensa de narrativas que posso cruzar e perceber diferenças e semelhanças entre elas, observar as intersecções, as práticas, as simbolizações e as características de cada assombração e os espaços onde essas habitam momentaneamente ou não (GOMES FILHO; ALENCAR, 2022; GOMES FILHO, 2023).

Fazer um cruzamento das fontes (dos tipos de relatos sobre assombrações) parece ser essencial para diferenciar espaços, lugares e o ato das assombrações aparecem para as pessoas, assim como estabelecer regularidades entre as tipologias, as ações e as interações. Todas essas formas de estabelecer uma análise se fundamenta no diálogo entre espaço e micro-história.

4. Conclusão

Pensar em uma relação dialógica não é uma tarefa simples. Em primeiro lugar temos que supor que duas coisas podem dialogar, mesmo que essas não pareçam facilmente se alinhar. Deter-se num intercâmbio entre espaço e micro-história é caminhar numa tentativa de conceber uma prática analítica que se propõe diferente. Nesse meio do caminho vimos que o evento como situação histórica engloba delimitações temporais e espaciais e que a forma como manejamos o evento, através da documentação, depende de nossa ótica como historiador.

O evento micro com seus desdobramentos é constitutivo para um estudo micro-histórico, porém a escala reduzida não é fator por si mesma de excelência. Não devemos analisar o micro pelo micro. Os detalhes devem ser percebidos para complexificar o estudo, procurar por aspectos e perspectivas não vistos em outra ótica: a macro. Com isso entendido, podemos ter em mente que quando nos detemos no micro o espaço não pode ser negligenciado. Um olhar espacial pode nos ajudar a esquadrihar aspectos, contextos, ações, simbolizações e conexões que poderiam não ser vistos em uma escala macro.

Por isso o espaço em micro tem sua relevância. Fazer uma micro-história dos espaços de forma conjunta com uma microanálise dos mesmos se constitui em duas tarefas diferentes, mas que se aliam. A primeira é percorrer uma trajetória tomando o micro como caminho e revelando as variações que podemos encontrar dentro de um contexto que pode ser passível de generalização, ou seja, que podemos dialogar com uma perspectiva macro. O segundo é submeter cada parte do espaço a uma análise profunda: o cenário, a ambientação, os sujeitos, as práticas, as interações, as intencionalidades e as simbolizações.

Através desse tipo de operação historiográfica podemos delinear e ramificar uma série de análises e construir uma narrativa histórica complexa e inteligível. O pensar espacialmente micro ajuda a articular o objeto de estudo e a documentação. Isso faz com que se proponha conectar semelhanças e variações e, assim, estabelecer um estudo histórico onde as variáveis são interdependentes: as diferenciações não se

divergem, mas convergem. Um evento com seus múltiplos detalhes: sujeitos, espaços, lugares, ações, práticas, símbolos e intencionalidades se interpenetram produzindo significados através do olhar do pesquisador.

Assim, o evento analisado através do diálogo entre espaço e micro-história produz uma narrativa diferenciada e que se junta a uma plêiade de outras perspectivas de abordagens historiográficas de se fazer história. Esse diálogo não é para se tornar um campo de estudo autônomo até porque não é essa a intensão desse breve estudo, mas sim de adentrar os estudos teórico-metodológicos da história e iluminar um pouco o aparato instrumental do fazer do historiador.

REFERÊNCIAS

ABÉLÈS, Marc. O racionalismo posto à prova da análise. In: REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-120.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: BACHELARD, Gaston. Col. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 181-354.

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 107-139.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, Sp: Papirus, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo, Sp: Letra e Voz, 2020. p. 101-120.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia de bolso, 2009.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução a arquetipologia geral. 4. ed. São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2012.

GADDINS, Jonh Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Editora Companhia das Letras, 1988.

GOMES FILHO, Francisco Wellington; ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. Assombrações: silêncios, barulhos e onde habitam. **Métis - História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 21, n. 41, p. 92-108, jan./jun., 2022. Semestral. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/11198/5323> Acesso em: 01 fev. 2023.

GOMES FILHO, Francisco Wellington. **Histórias de Assombração**: narrativas de um imaginário do sertão. 2023. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História e Letras, Mestrado Interdisciplinar de História e Letras, Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Quixadá, 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre História. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014.

LEVI, Giovane. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

REVEL, Jaques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

RECINFERNÁLIA, A CIDADE QUE NOS GUARDA: condições de existir no Recife em meados dos anos 1960 e 1970

Iago Tallys Silva Luz¹
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito²

Artigo recebido em: 17/10/2022.

Artigo aceito em: 12/04/2023.

RESUMO:

A presente análise se propõe a empreender uma leitura sobre parte das movimentações culturais do Recife-PE, do entremeio entre os anos 1960 e 1970, enquanto elemento representativo do próprio cenário nacional da época. De maneira mais precisa, a proposta se desenvolve em função da análise de trechos de jornais, como *O Lidador* e o *Diário de Pernambuco*, e do filme *Recinfênália*, produzido por Jomard Muniz de Britto em 1975, enquanto forma de pensar o embate entre manifestações de defesa de uma moral tradicional e processos de fuga identitária, de expressão de outras condições de existir na cidade. Como suporte teórico e bibliográfico, se faz uso de nomes como: Michel de Certeau, Tomaz Tadeu da Silva, Antonio Paulo Rezende, Edwar de A. Castelo Branco e Fábio L. Castelo Branco Brito.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; Cidade; Contracultura; Jomard Muniz de Britto.

*RECINFERNÁLIA, THE CITY THAT KEEPS US: conditions of existence in
Recife in the mid-1960s and 1970s*

ABSTRACT:

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9929058628313070>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5778-4307>. E-mail: iagotallys1999@gmail.com. Integrante dos grupos de pesquisa: “História, Cultura e Subjetividades” (UFPI/DGP/CNPq).

² Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da mesma instituição. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0216271040048140>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3228-3696>. E-mail: fabioleobrito@hotmail.com. Integrante dos grupos de pesquisa: Colíder do GT - “História, Cultura e Subjetividades” (UFPI/DGP/CNPQ) e membro do GT - Nacional de “História Cultural” (UFU/DGP/CNPQ).

The present analysis proposes to undertake a reading about part of the cultural movements of Recife-PE, between the 1960s and 1970s, as a representative element of the national scene of the time. More precisely, the proposal develops according to the analysis of excerpts from newspapers, such as *O Lídador* and *Diário de Pernambuco*, and the film *Recinfernália*, produced by Jomard Muniz de Britto in 1975, as a way of thinking about the clash between defense demonstrations of a traditional morality and processes of identity flight, of expression of other conditions of existence in the city. As theoretical and bibliographic support, names such as: Michel de Certeau, Tomaz Tadeu da Silva, Antonio Paulo Rezende, Edwar de A. Castelo Branco and Fábio L. Castelo Branco Brito are used.

KEYWORDS: History of Brazil; City; Counterculture; Jomard Muniz de Britto.

1. Introdução

No sábado, dia 03 de junho de 1933, o jornal pernambucano *O lidador* publica uma matéria intitulada *O homem falsificado*, da qual podemos atentar para o seguinte recorte:

O homem falsificado vai entrar em cena. Começou o ensaio com o cabelo. O *la garçonismo* se iniciou com escrúpulos, porém venceu. E hoje em dia, pela cabeça, existem muito poucas filhas de Eva, tudo é homem, quase, por cima, pelo alto, queremos dizer, pelo cabelo. Depois, o modo de cruzar as pernas. A liberdade. O direito às funções públicas. O voto. Agora as calças e, talvez, em pouco o bigodinho à Carlito. A mulher declarou guerra à mulher. E o homem, coitado do homem! Só lhe resta ser mulher. (O LIDADOR, 1933, p. 01).

A matéria, de maneira mais geral, utiliza-se do pretexto da exibição das artistas Margarida Max e Sonia Veiga no Rio de Janeiro, para comentar sobre as transformações emergentes sobre o papel/espço/liberdade feminina em sociedade. Para o jornal o início do século XX é marcado pela “extinção do sexo frágil”, a mulher para o mesmo resguardaria o desejo de “ser homem”, posto em prática com cada vez mais força através do corte de cabelo *la garçonne*, dos gestos, das calças, do direito ao voto e competição a funções no espaço público. A mulher, ou o “Homem falsificado” emerge como perigo, como prejudicial à moral e sugere perguntas na matéria sob o destino: da família, do lar, do marido, dos filhos, o que serão destes? “coitado do homem!”. Outro elemento que ganha destaque é o movimento contrário, na opinião do jornal, realizado pelo homem, que “só lhe resta ser mulher”:

O pobre sexo forte declinou desde que, por elegância ou por achar interessante o lirismo das cousas femininas, extinguiu o bigode, lustrou as unhas, intrigou-se com o chapeo, empoou a cara, e adonzelou-se nos modos. (O LIDADOR. 1933, p. 01).

No Recife, tal qual outras regiões, este tipo masculino, ganha o nome de “almofadinha” e tal como a “melindrosa”, seu homônimo feminino, fazem parte do imaginário social acerca das modernizações que irrompem pela cidade (REZENDE, 1997, p. 66). Ambos aparecem como oposição moderna à tipos tradicionais de representação, como o “cabra macho” e a “mulher pura”. Nota-se ainda na matéria, que a mulher, sob o investimento de “homem falsificado”, ao aspirar novas possibilidades de se viver, aparece sempre sob a alcunha de “filhas de Eva”, o que remonta o lastro do “pecado” estar intrínseco a tais movimentações de abertura efetiva do feminino ao espaço público. A reportagem termina por “dar graças”, evocar como uma “vitória” o fato de “o homem falsificado ainda não ter chegado por completo” à capital pernambucana.

De modo geral, a análise da matéria *O homem falsificado* nos leva a pensar acerca do papel das transformações industriais, tecnológicas, nas próprias condições de existir nas cidades brasileiras, em um processo que se inicia ainda na passagem dos séculos XIX ao XX e que encontra no espaço recifense traços particulares. Como é perceptível através dos estudos de Antonio Paulo Rezende (1997), o Recife das décadas iniciais do século XX é atravessado pela falência da cultura açucareira e a necessidade de se adequar a condições modernas de se produzir e viver à cidade, ou seja, a cidade é imersa em um processo de redefinição de eixos econômicos e sociais, que não deixará de sentir-se seus efeitos também na esfera cultural.

Espaço de destaque nacional durante parte do século XIX, Recife vê sua “coroa” ser passada ao eixo centro-sul do país, com destaque para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que serão exemplos nacionais ante o processo de adesão às modernizações na passagem do século. Nesse ínterim, podemos pensar o Recife enquanto um espaço marcado por uma intensa dicotomia, atravessada de um lado, por um movimento nascido sob suas ruas e sujeitos, o chamado movimento

regionalista, que perpassa especialmente pelo nome de Gilberto Freyre e, de outro, o nomeado Modernismo, com Joaquin Inojosa como sua principal representação neste início de século. Tais movimentações ganham novos traços com os anos 1960/70, sob a qual procuramos compreender através das produções do professor, *pop filósofo*, poeta e *filmmaker* Jomard Muniz de Britto, mais especificamente, em função do filme *Recinfernália* (1975), que é utilizado aqui, juntamente com jornais como *O Lidador*, já citado, e o *Diário de Pernambuco*, como chave de leitura da capital pernambucana de tal recorte temporal.

Jomard Muniz de Britto, filho de paraibano, José Muniz de Britto e de mãe pernambucana, Maria Celeste Amorim Muniz de Britto, nasce no Recife, Rua Imperial, bairro São José, que em suas palavras seria “muito mais popular do que aristocrático”. Popular, mais nem tanto, não podemos dizer que Jomard Muniz de Britto fazia parte de uma classe pobre, estaria mais para classe média, o que se vislumbra pela própria capacidade de frequentar cinemas, a Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife – atual Universidade Federal de Pernambuco – e, nesse meio, ter acesso à máquinas modernas, como a câmera Super-8, uma novidade dos anos 1960 no Brasil e que se abria na década seguinte como uma nova possibilidade de produção de filmes no cenário nacional (MONTEIRO, 2017).

Traçar um perfil do personagem, Jomard Muniz de Britto, não parece uma tarefa muito simples, nem mesmo para si próprio. Sua identidade é um tema caro e aparece diluída em suas performances como ator, diretor, poeta, professor, de modo que não podemos dizer que o intuito seja uma captura, uma definição, mas muito mais um processo de experimentação, do seu corpo, da sua sexualidade, da sua vivência/experiência na cidade do Recife, nos anos 1960 e 1970, lapso central deste trabalho. Nas suas palavras:

O autor continua perplexo – mesmo assim divertindo-se – com a questão de sua identidade geográfica. Um paraibano quase olindense? Um londrino de Natal, no Rio Grande do Norte? Um baiano sem régua nem compasso? Um nordestino afrancesado e quase desnordestado pelos jogos de linguagem – entre a poesia, a política e a pedagogia, nova língua dos três ppês? Um nômade pós-moderno? (BRITTO, 2002a, p. 07).

O discurso autobiográfico jomardiano nos leva, tanto quanto suas produções em geral, a entender a construção de um perfil que se busca estar “aberto”, aberto há transformações culturais, mudanças sociais, entendê-lo como um sujeito que, em suas palavras, “procura estar sintonizado como as linguagens contemporâneas” (BRITTO, 2002a, p. 309). Assim, ao observa-lo enquanto alguém que atravessa diversos campos de atuação, nos defrontamos com uma percepção sobre sua personalidade que em vários sentidos nos remete a compreensão de tal ser como uma figura multifacetada, que flana sobre diversas áreas, diversas esferas da cultura e da contracultura social. Abrangendo, ou, atravessando assim inúmeros contextos ao longo da sua trajetória cultural, como desde os tempos de parceria com Paulo Freire, perpassando cenários como a emergência, consolidação e vitrinização do movimento do Cinema Novo, encabeçado por Glauber Rocha, como “a forma profícua de se fazer filmes no Brasil” e indo até mesmo as lutas enquanto “tropicalista pernambucano” e filmmaker superoitista, questionando o que seriam os “cânones da cultura brasileira” e os modelos de comportamento social.

Desse modo objetiva-se dar visibilidade a movimentações culturais, tais como as empreendidas por Jomard Muniz de Britto, que em seus entremeios exprimem outras possibilidades de se existir, de se viver a/na cidade. Por conseguinte, o presente estudo atravessará um constante conflito, entre traços de uma cultura legitimada, autorizada – sob condições do que Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), concebe como o investimento de uma identidade nordestina sobre seus sujeitos – e elementos de uma contracultura, que através de ferramentas modernas para a época, como a câmera Super-8, meio tecnológico a qual o filme é produzido, promovem uma via alternativa de embate cultural, de releitura dos espaços, práticas, dos investimentos identitários coletivos, pensando sempre sob o norte, se é a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela.

2. Novas linguagens invadem a “cidade lendária”

Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano* (1994), dedica sua escrita ao “homem ordinário”, ao sujeito comum, em suas palavras:

Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. [...]. Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas. (CERTEAU, 1994, p. 57).

Certeau, em sua escrita um tanto que poética neste recorte, nos remonta o desejo que atravessa sua obra, de deslocar os “holofotes”, de homenagear não mais deuses e musas, mas o sujeito inominável, comum, que com a modernidade se perderia em uma multidão móvel, aglomeração quantificável e substituída em suas expressões por termos como “cultura popular”. Conceitos e expressões que são, para Certeau, “outorgados de fora”, por sujeitos que seriam detentores de poder, de legitimar como de marginalizar seus desígnios. No Recife, Jomard Muniz de Britto, reconhece tais “sujeitos de poder”, enquanto pessoas que alçam a plataforma de instituições, que no seu pensamento:

Porque isso tem o livro e não só livro, mas tem uma visão crítica das instituições, para mostrar que o problema não era só as personalidades, mas a “egolombra”... de Ariano ou do Gilberto... O problema são das instituições. Pessoas que se transformaram em instituições. No caso de Gilberto, ele tem uma obra imensa, grande obra ensaística dele, mas ele se transformou numa instituição... inicialmente a “Joaquim Nabuco”, que agora tem a “Fundação Gilberto Freyre”. E Ariano é uma instituição também... (OLIVEIRA, 2012, p. 06)

Nesse sentido, o pensamento de Certeau, nos oportuniza enxergar na trajetória de Jomard Muniz de Britto, o “espectro que paira que sobre a cidade”, sujeitos, que como os citados Gilberto Freyre e Ariano Suassuna, se propõem a “falar pela multidão inominável”, dizer o que seria a chamada “cultura popular” e assim demarcar suas expressões de identidade e, por conseguinte, o que seria “o outro” nesse processo. Entretanto, tal qual Certeau, nos voltamos não aos “deuses”, mas à rede de antidisciplina, à proliferação de criações marginais a “cartilha autorizada”, entendendo que abaixo da “superfície visível” é possível vislumbrar um microcosmo complexo e com outras possibilidades de existência.

Gostaríamos de deixar claro, de partida, que nosso guia pelo microcosmo marginal, Jomard Muniz de Britto, aparece nesta produção não como um

desqualificador da obra de Gilberto Freyre e Ariano Suassuna, para referirmos a sujeitos já citados, mas enquanto representação de outras expressões da cidade, nem melhores, nem piores, mas válidas, tanto quanto as demais. Nosso personagem, longe de desmerecer as contribuições das obras em si de grandes nomes, ataca exatamente às suas transformações em “instituições de verdade”, de poder, partiria de uma “lógica de sangramento de ídolos” para empreender uma linha de fuga para suas próprias experimentações e releituras da cidade (BRITO, 2018, p. 196). Nesse empreendimento, observa-se que o olhar de Jomard Muniz de Britto para a cidade transparece um entendimento de investimento de captura mas ao mesmo tempo sua impossibilidade de finitude, em suas palavras:

Uma cidade é mutação desejanse /mesmo resumindo-se /na poeira da esperança. /Seu desejo é o desejo do Outro / pelos outros, agora, outrora. Uma Cidade dos Navios não é /o que sobre ela se possa /escrever: / nem mesmo *Escrevivendo /cinevivendo /cenarivendo /parangolando*. /Uma cidade recifenda /é sua invenção permanente. (BRITTO, 1994, p. 27).

O poema transcrito exalta a condição de elaboração de um discurso comum, espectral, manifestação desejos “mas sempre de outros” em torno da cidade, entretanto, mesmo quando se “escreve e vive”, “escrevivendo” ou “cinevivendo”, ou ainda, “parangolando”, a cidade não se mostra por inteira, assim, “na poeira da esperança [...], uma cidade recifenda é sua invenção permanente”. Ainda a tomar palavras de Certeau, a cidade e seu cotidiano, se fazem “com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1994, p. 38). Uma dessas “formas não autorizadas”, seria o próprio investimento na invenção de novas linguagens, o que ganha forma em nossa passagem acima, em função de neologismos, do jogo de bricolagem, de recorte e cola, criando novos signos e conceituações, na tentativa de abarcar novas experiências com o social.

No pensamento de Teresinha Queiroz: “as linguagens são as mediadoras do sonho, do desejo, do medo, de todas as formas de poder. Dessa maneira, novas palavras e novos significados constroem novas relações de poder e corporificam a emergência de formatos novos para as relações sociais” (QUEIROZ, 2005. In: CASTELO BRANCO, 2005, p. 22). Por conseguinte, o investimento jomardiano em

novas expressões de linguagem, exalta um sentimento de falência, de não pertencimento, como uma tentativa de resolver, ultrapassar, uma angústia de não se sentir representado nos elementos de uma identidade comum, sendo os embates, confrontos entre gerações, entre sujeitos com linhas de pensamento divergentes, um traço marcante desse processo de caracterização da cidade (REZENDE, 1997, p. 129).

No pensamento de Edwar de Alencar Castelo Branco, o entremeio entre as décadas de 1960 e 1970 é marcado justamente por essa “crise da linguagem”:

Neste universo de crise da linguagem – não apenas da linguagem poética, ou artística, mas crise, inclusive, da linguagem cotidiana, como vamos ver –, a cidade emergirá, – no Brasil e no mundo – não apenas como centro das atividades humanas, mas também como destacado objeto de desejo e de reflexão. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 58).

Assim, espaço de contradições, de lutas e desejos a cidade “como a grande moradia dos homens”, é vista como uma espécie de ser vivo, na qual seus cidadãos transferem para ela, seus medos, ansiedades, angústias e desejos dos mais diversos. “Objeto de desejo e reflexão”, Edwar Castelo Branco exalta justamente esse espaço de cuidados que se instaura sobre a cidade, fazendo com que sujeitos que “ameaçam” a ordem vigente, que visam transformá-la, vistos quase como “novos bárbaros”, invasores, “bandidos”, elementos estranhos ao cotidiano (REZENDE, 1997, p. 190). Entretanto, o mesmo lega as novidades modernas, tais como a própria difusão da pavimentação asfáltica, novas modalidades de transporte, a maior amplitude das mídias, especialmente, com a televisão, o papel de difusão, experimentação e mesmo, descobrimento de outros indivíduos, que partilhando do mesmo espaço e tempo, vivenciam modos de existência/vivência distintos.

Nesse sentido, Edwar Castelo Branco chega a afirmar que: “Neste período, quem ouve uma música, lê um romance ou aprecia um quadro, na maioria das vezes está sendo desafiado a participar numa crescente escala sensorial, emprestando seu corpo, seu ‘eu’ como requisito construtivo da obra de arte” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 40). Todavia, o processo de estranhamento não passaria sem fortes reações

no período, fazendo que o signo de liberdade que as experimentações na linguagem, sejam acompanhadas de maneira próxima pela censura, nas suas mais diversas expressões. O que pode ser melhor entendido se recorrermos a reportagens de jornais da época, tais como o *Diário de Pernambuco*.

No ano de 1961, o referido jornal pernambucano destacava em sua coluna de notícias nacionais a matéria intitulada *O exemplar serviço de censura de diversões*, nesta tal como na matéria que abre nosso estudo, o Rio de Janeiro é tomado como espaço de exemplo ao cenário pernambucano, expressando neste caso a atuação, a nível nacional, por parte do presidente da República João Goulart e estadual, em nome do Serviço de Censura do Estado da Guanabara, em função da preservação da moral pública. Nos termos da reportagem:

Para melhor atender às determinações presidenciais, o Serviço de Censura do Estado da Guanabara baixou normas exigindo que todos os programas de espetáculos com fins de diversão pública (peças teatrais, novelas, esquetes, números humorísticos) para rádio e televisão, sejam submetidos à censura prévia com cinco dias de antecedência. [...]. Finalmente, é obrigatória a exibição, elas emissoras de televisão, do certificado de censura dos filmes incluídos em sua programação e a cotação da censura das representações teatrais. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1961, p. 10).

A matéria do *Diário de Pernambuco* é “exemplar”, também ao demonstrar que quando falamos em “censura”, mesmo que em aportes institucionais, não se pode ficar restrito ao lapso do Regime Militar no Brasil (1964-1985), esta em si, tal como aponta Edwar Castelo Branco, não seria uma “entidade que paira acima da sociedade brasileira”, mas sim uma instituição desejada, fruto do processo de estranhamento que se eleva do cotidiano, do campo microscópico, ao macro, à manifestação institucional de tal processo de “defesa da moral pública” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 94). Nesse sentido, sob o estandarte de defesa da família, da moral e bons costumes, se legitimam as mais variadas formas de censura, que podem ser exemplificadas ainda na mesma matéria:

As instruções dadas pelo Chefe do Serviço, sr. Ascendino Leite, descem a importantes detalhes, até hoje criminosamente ignorados por quantos foram responsáveis pela defesa da moral pública. Assim, na transmissão de competições de nataçao e demais atividades esportivas é proibida a

exploração de efeitos plásticos inconvenientes, através de “close-ups”, o mesmo se observando com referência a exposições de igual gênero, fixadas em balneários, praias, piscinas, etc. Também é terminantemente proibida, nas emissoras de televisão, em programas de caráter comercial, a exibição, através de modelo vivo, de maiôs e peças íntimas de uso feminino. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1961, p. 10).

A prescrição detalhada das proibições em transmissões, são representações que nos permitem exemplificar, cartografar, os traços de uma moral vigente na época. Fica claro no trecho uma preocupação com a visibilidade dos corpos, prescrevendo o que se pode ou não ver, o que se aceita ou não, a preocupação com a sexualidade insubmissa dos corpos ganha novos traços com a difusão do elemento televisivo, funcionando como elemento difusor do contato com outras expressões de vivência. Programas como o Chacrinha, apresentado pelo pernambucano José Abelardo Barbosa de Medeiros, sucesso nacional entre as décadas de 1950-1980, promoviam uma releitura tanto das formas de atuação no meio televisivo, como exemplificava movimentações plurais no seio social.

Ao final do excerto, observa-se o destaque para uma vestimenta em especial, a ser evitada em “elementos vivos”, o maiô. A reportagem, apesar de intencionalmente adotar uma linguagem direta e que evita demarcações de gênero, dá especial destaque a peça feminina, abrindo espaço para a compreensão de que as preocupações com a visibilidade dos corpos, são especialmente direcionadas ao elemento feminino. Tal possibilidade de leitura é reforçada quando lembramos da escrita de Margareth Rago e seu entendimento de que “nas entrelinhas dos discursos” que advertiam as senhoras, sobre os usos exagerados de perfume, de roupas decotadas, ou coladas ao corpo como o maiô, se encontravam intrínsecas o espectro da prostituição. “Fantasma”, que segundo a autora funciona como limite ao gênero feminino no seio social, fazendo com que os maiôs variados traços de sua imagem, gestualística e conduta em geral, necessitem ser calculados com precisão (RAGO, 2008, p. 41-45).

Porém, não será apenas no campo das apresentações/espetáculos que as manifestações de censura se proliferarão, estas na verdade funcionam como

representações de práticas cotidianas, que aparecem nos jornais da época, em função tanto de matérias mais específicas, mas que em seu volume constante de denúncias abarcam uma diversidade de situações problema, como de eventos como o carnaval que leva a observação a cada ano da publicação das “recomendações” da polícia, acerca da conduta dos foliões, sob a qual a preservação da moral pública suscitaria ou necessitaria de ações. Como representação destas, podemos atentar para uma dessas prescrições anuais em defesa da moral e decoro no carnaval, publicada no jornal mais antigo da América Latina, o *Diário de Pernambuco*:

O secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições, com o propósito e interesse de melhor garantir a manutenção da ordem pública e o decôro da sociedade, durante os dias dedicados aos folguedos carnavalescos, RESOLVE: “1.º – PRIMEIRO – PROIBIR: a) – o uso de pós e líquidos de qualquer natureza; b) – a exibição de qualquer conjunto carnavalesco não licenciado pela polícia; c) – o uso de símbolo da Cruz-Vermelha ou, de qualquer instituição pública e da bandeira de qualquer nação; d) – a execução do “Hino Nacional” de qualquer país; e) – o ultraje a qualquer crença religiosa e aos seus símbolos e as instituições nacionais ou estrangeiras; f) – dísticos e canções ofensivas às autoridades, as corporações militares e instituições religiosas; g) – o encontro de conjuntos carnavalescos; h) – o uso de fantasias que, pelo seu feitio se assemelhem ao fardamento das corporações armadas, ou instituições religiosas; i) – o uso de qualquer traje atentatório à moral pública, inclusive “biquínis”, calções de banho, falta de camisa etc.; j) – a venda, nos recintos e nas proximidades dos clubes e estabelecimentos diversionais de “lança-perfumes”; k) – o motorista transportar passageiros que conduzam pós ou líquidos ou, que use trajes atentatórios à moral pública (mencionados na letra “i”); l) – aspirar éter etílico (lança-perfumes); m) – vender bebidas de qualquer espécie; I – a menor de dezoito anos; II 0 a quem se achar em estado de embriaguez; III – a pessoa que sofrer das faculdades mentais; IV – a pessoa que estiver proibida judicialmente de frequentar lugares onde se consome bebidas de tal natureza; n) – nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro e 1.º de março vender aguardante. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1960, p. 11).

A matéria publicada em 1960, trata-se de maneira específica das recomendações do então Secretário de Segurança Pública, o coronel Costa Cavalcanti, no intento de livrar o Carnaval dos perigos de “substâncias inebriantes”, que ao entender do secretário, enquanto representativo da corporação policial, causam alterações da ordem pública, “não só durante o ano, como no período pré-carnavalesco e no Carnaval propriamente dito” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1960, p. 11). O tópico 8, último da lista de recomendações é destinado a tais ressalvas

frente às proibições de “pós ou líquidos nos festejos carnavalescos”, justificando-as através de uma preocupação com a ordem e a saúde da população.

Entretanto, como é possível observar no primeiro tópico de prescrições, destacado acima, tais proibições não se limitam a tais substâncias, abarcando um conjunto mais amplo e detalhadamente nomeados na matéria. Exaltando assim uma preocupação que atenta desde a possibilidade de incidentes, “desrespeitos” à instituições internacionais e nacionais, como ao próprio Governo em si, como observa-se nas passagens de proibições ao uso de bandeiras e hinos, trajes de corporações, entre outros. Neste ponto, observa-se ainda a introdução da preservação aos cultos religiosos e seus símbolos, enquanto parte de tais instituições a serem preservadas. Chegando, nesse percurso, até a um policiamento da imagem mais direta dos foliões, que além das já citadas, frente aos símbolos institucionais e religiosos, observa-se as proibições de biquínis, calções de banho e que é complementada ainda em um tópico específico, o terceiro dentre estes, que atenta para o uso de máscaras que “deverá ser proibido a partir das 18:00 horas”.

Tais “recomendações”, nos elucidam de maneira mais precisa, não exatamente sobre os “valores” dos elementos abarcados, mas sobre uma preocupação, um policiamento da conduta e imagem dos sujeitos na sociedade pernambucana. De modo a expressar sob uma diversidade de discursos legitimadores, seja de ordem judicial ou médica, um cerco de cuidados que perpassa a cidade e que se choca com expressões, especialmente da juventude do período, de outras linguagens, de outras possibilidades de identidade e vivência no meio urbano.

Dessa forma, se as transformações da vida urbana, a partir de 1960, proporcionavam uma maior liberalização das práticas, dos corpos, oferecendo um maior espaço de visibilidade para outras possibilidades de identidade, de existir no espaço, não se pode dizer que tais expressões não sejam acompanhadas de uma vigilância crescente e institucionalizada no período. O que faz com que compreendamos quando Edwar Castelo Branco acentua que o autoritarismo é

desejado por grande parcela de sujeitos da época, enquanto expressão, instrumento de defesa contra a velocidade, o ritmo, das mudanças, ao passo que projetam uma reinvenção das tradições (CASTELO BRANCO, 2005, p. 94).

3. *Recinfernália*: outras leituras da cidade

Após realizarmos um sobrevoo sobre o período pós anos 1960, atentando para a convivência de processos identitários distintos e possíveis manifestações de defesa e embate entre condições de existência, cabe nos voltarmos de maneira mais direta à nossa fonte basilar de análise, o filme *Recinfernália*, produzido em 1975. O mesmo se enquadra na lógica de conflito entre leituras e vivências da cidade, exaltada em função de jornais da época, de maneira mais direta a produção figura como parte de uma “guerrilha semântica”, que instaura entre correntes de pensamento atuantes no contexto pernambucano.

Para Antonio Paulo Rezende, os movimentos que ganham maior notoriedade no espaço cultural e que polarizam os desígnios de suas expressões pela cidade a partir das décadas iniciais do século XX, são de um lado o Movimento Regionalista, e de outro o Modernismo inspirado nas movimentações paulistas de 1922. O profundo embate entre as correntes regionalista e modernista, promovem leituras cada vez mais particularizadas do espaço, encontrando um no outro suas fronteiras, seu “outro”, o que nos leva ao entendimento que se observamos uma produção, uma invenção de uma “identidade nordestina” nos termos de um regionalismo para Durval Muniz de Albuquerque Júnior, esta perpassa um movimento de confronto entre expressões dissidentes que aprofunda cada vez mais seus conceitos e argumentos nas décadas seguintes. O estabelecimento da “diferença”, nesse sentido, é parte essencial dos sistemas classificatórios, da conformação de identidades e, por conseguinte, base das expressões culturais de sujeitos em um dado tempo e espaço (SILVA, 2014, p. 40). Entretanto, essa diferença não se baliza sob condições equitativas de poder, nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a

relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2014, p. 81).

Ou seja, se as relações sociais são marcadas por relações de poder não podemos entender os processos de construção/conformação de identidades e diferenças como processos inocentes, insetos destas manifestações de poder. Tal como vimos, anteriormente, com expressões de uma cartilha moral institucionalizada, especialmente no caso das recomendações sobre o carnaval de 1960, tais manifestações atravessam uma diversidade de elementos, mas em nossa análise não podemos ficar presos apenas a sua repressão, ou seja, procuramos não esquecer da lição de Certeau, que a cidade e seu cotidiano, se fazem “com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1994, p. 38), sendo o filme *Recinfernália*, vista aqui enquanto expressão do que o mesmo chama de “engenhosidades do fraco” (CERTEAU, 1994, p. 45).

O filme em questão, dirigido por Jomard Muniz de Britto, se enquadra na trajetória cultural que ocuparia lugar na cidade, especialmente sob a influência da *Tropicália*, que ganha no espaço pernambucano traços próprios a partir de 1968, chegando a ser descrita/legitimada enquanto *Pernambucália* pelo próprio Caetano Veloso em 1999 (VELOSO, 1999). Logo, enquanto parte de uma movimentação contracultural na cidade do Recife, o filme é produzido sob traços de experimentalismo fílmico, sem muitos investimentos e amparo técnico/material, a obra é produzida em formato Super-8 e aproveita-se de maneira central do imaginário, da subjetividade, de seu diretor para sua conformação.

Logo, por enquadrar-se em uma lógica experimental, a obra possui um grau de liberdade que permite o diretor realizar jogos de linguagem, brincar com as palavras e leituras da cidade. Um dos primeiros exemplos dessa manifestação é o próprio título do filme, *Recinfernália*, que parece unir o nome da cidade, Recife, à *Tropicália* ou *Pernambucália*, mas também pode fazer referência a ideia de “parafernália”, transparecendo a premissa que o espaço citadino é constituído por um amontoado de “coisas” das mais diversas (BRITO, 2018, p. 196). Por último, uma terceira via de

leitura do título, uniria o nome da cidade com a ideia de “infernália”, fazendo menção do espaço ser a “cidade do inferno”, enquanto representativo dos cerceamentos dos mais diversos que por ela ocorrem. Entre tais leituras, pode-se observar que o signo da pluralidade da cidade será um elemento central na obra, exaltado em função de uma outra leitura do espaço, tendo como primeira representação desse desejo de fuga as próprias cenas de abertura e encerramento da obra.

A primeira cena da produção, antes mesmo do surgir do título e dos créditos da mesma, é a imagem de Gilberto Freyre que surge diante do espectador; já idoso, o mesmo é filmado descendo do seu carro de luxo e adentro um ambiente fechado, ao passo que é acompanhado de perto por familiares e sujeitos que o aguardam no local. A cena é compreensível quando aliamos a mesma com a que encerra a produção, que é justamente à saída de Freyre do local, que pode ser lida em seu uso pelo diretor, como uma referência a influência, que Jomard Muniz de Britto chega a chamar em seguida de “Fantasmal”, adentrando o espaço e exercendo sua influência espectral sobre o mesmo (BRITTO, 2002b, p. 181). Mas ao término do filme e seu retorno ao carro, parece significar tanto que a influência acompanhou persistentemente os espaços e o filme por inteiro, mesmo que intrinsecamente, mas também que a obra faz retrair o “fantasma freyriano”, fazendo com o que o mesmo retorne ao seu lugar de “confinamento”.

Figura 01: Gilberto Freyre adentra o espaço.



Fonte: Recinfernália, 1975.

São leituras possíveis para cenas que fogem a uma captura única, mas que resguardam a posição de seus criadores de assumir o debate, o embate cultural,

enquanto elemento participante antes mesmo de suas experimentações com a película superoitista. Após assumir o debate e os devidos créditos aos produtores, a obra se inicia com uma atenta observação de um espaço, o que seria um bar é visto sob diversos ângulos, tendo como elemento central uma televisão e o aglomerado de sujeitos que a cercam. Visto sob diversas tomadas, misturando *close-ups*, *medium shots* e *long shots*, o diretor procura capturar os rostos atentos, as vestes com repetidas camisas da seleção brasileira de futebol, os corpos mais diversos, entre crianças, adultos e idosos, o televisor os une sob a imagem da partida de futebol, sob a música de fundo sonoro na película, *Para frente Brasil*, música tema da copa mundo de futebol de 1970.

A seleção perde a copa de 1974, mas o que parece ser exaltado na película, longe de ser exatamente as partidas é, possivelmente, a expressão de um momento sociabilidade que se desenvolve sob a capacidade de aglutinar, defronte o televisor, um conjunto diversificado de pessoas. Com a junção do fundo sonoro e o *close-up* em uma “placa” com os dizeres: “Povo desenvolvido é povo limpo”, atenta-se para o discurso desenvolvimentista que atravessa o imaginário brasileiro desde governos como o de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o “Plano de metas” e ganhando novos traços no Regime Militar com o chamado “milagre econômico brasileiro”, tendo seu dado ápice sob o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) (NAPOLITANO, 2014, p. 101).

A ideia de tempos de “milagre econômico” evocada nessa perspectiva é contraposta na obra tanto pelo *long shot* na qual observa-se um local periférico da cidade, na qual é provável que tais sujeitos estejam ali aglomerados pela própria falta de acesso ao aparelho de televisão em suas casas; como pela cena seguinte, que se desloca do dado estabelecimento para um parque de diversões itinerante, com simples instalações, balanço, carrossel, um homem forte sem camisa a comer uma marmita, uma casa simples ao fundo, a cena se encerra com o foco na placa de trânsito que aponta a direção do centro da cidade.

Nossa terceira cena é a confusão de pessoas, carros, ônibus, propagandas que tomam a tela, o foco recai em perceber as manifestações e imagens dos cidadãos, com um jogo entre *close-ups* e *long shots*, atenta-se para as aglomerações e faz aproximações de modo a perceber diferenças entre os mesmos. Tal qual a cena do bar, a variedade, a pluralidade entre sujeitos são destacadas, mas o espaço que a envolve é economicamente diverso, fazendo com que o lado comercial ganhe destaque, seja pelos traços físicos do ambiente, como pela economia da imagem dos sujeitos, suas vestes, sua conduta, sua visibilidade, atendem a modos de comportamento próprios daquele espaço. Estabelecendo assim marcas de identidade e fronteiras, diferenças, entre os ambientes, que se matizam nos próprios corpos que os vivenciam.

Assim, observa-se de partida um questionamento social, contrapondo um discurso nacional desenvolvimentista, que toma a própria vitória da seleção brasileira de futebol em 1970, como ponto de suporte propagandístico, mas que encontra na periferia, uma outra realidade, o suposto “milagre” choca-se com aqueles que os “espera”, com a pobreza e suas mazelas, que circundam o centro das cidades. Ainda sobre o que chamamos de cena 2, no momento de deslocamento entre espaços no filme, o fundo sonoro também se altera, passando-se para a música de Alceu Valença, *Borboleta*. A mesma, utilizada na obra enquanto metáfora sobre o social, nas palavras de Fábio Leonardo Castelo Branco Brito:

A voz de Alceu Valença entoava *Borboleta*, e essa metáfora do desejo, passa a imbricar a cidade ao próprio tesão que a envolve, na forma metafórica de uma figura feminina cujos olhos de ressaca, de cigana, “obliquos e dissimulados”, se cruzam, provocantes, com um homem de feições simples, que devora um prato de macarrão. Sendo um espaço plural, babélico, a cidade do Recife passa a se apresentar, como na canção de Alceu, ao mesmo tempo “pequenina feiticeira” e uma “feiticeira descarada”, [...]. (BRITO, 2018, p. 200-201).

Através da análise de Fábio Brito, podemos nos atentar para uma outra possibilidade da cena, o lado do desejo e sexualidade. Em sua análise, o mesmo evoca a troca de olhares, a sensualidade que se constrói em cena através dos cortes rápidos de imagem, entre o já citado sujeito forte sem camisa que está comendo sua marmita e uma mulher, que é acompanhada pela câmera em seu deslocamento de uma casa

simples até os brinquedos do parque, conduzida em seus passos pelo próprio olhar do homem, a cena ganhar ares de uma sensualidade provocante. Entretanto, a relação entre a música e os sujeitos citados ganha ainda especial contraponto, quando se observa um outro elemento, um novo sujeito em seu meio, aqui há um novo jogo de imagem, o jovem cabeludo é contraposto a um desenho de um alienígena:

Figuras 02 e 03: O cabeludo e o Alienígena.



Fonte: Recinfernália, 1975.

A ficção erótica construída na cena nos faz pensar em linhas alternativas de desejo e seu estranhamento no seio de uma moral sexual. Para entendermos melhor o que poderia significar a introdução deste terceiro elemento e seu contraponto representativo, o alienígena, pode-se recorrer à descrição feita por Edwar de Alencar Castelo Branco, sobre o que significaria ser “cabeludo” a partir dos anos 1960:

Ser cabeludo, neste momento histórico, não é, portanto, apenas fazer opção por uma estética com a qual o sujeito escolhe ornamentar seu corpo. É acima de tudo uma posição de sujeito que oferece tanto prazer quanto riscos. Usar cabelos compridos, no período, significa desinvestir na linha padrão de desejo e investir numa linha de fuga. O cabeludo é alguém que quer empreender uma fuga identitária. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 93).

Nesse sentido a percepção de não ocasionalidade da introdução de um cabeludo na cena ganha força e pode representar a emergência de outras possibilidades de vivência do desejo, da sexualidade, ao passo que adentra o contexto da sensualidade produzida em cena, mas evoca de maneira mais precisa um “tempo de corpos sensibilizados pelas novas experiências de tempo e espaço” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 15-16), o movimento de elaboração de novas linguagens, de

outros signos culturais para dar vazão e significado à outras possibilidades de identidade que surgem no período. Todavia, essas linhas de fuga empreendidas através de elementos de resistência, como é o caso da leitura empreendida por Edwar Castelo Branco dos cabeludos, não deixa de ser acuada, marginalizada pelas expressões de poder do modelo tradicional de moral, o que possa exemplificar a introdução do alienígena “ao lado” do jovem cabeludo.

Nesse sentido, a ficção erótica construída por Jomard Muniz de Britto, nos faz pensar o espaço urbano também como lugar do imaginário, da expressão do desejo, da sexualidade insubmissa, ou, nas palavras de Margareth Rago, “a cidade, transformada num grande cabaré, é o lugar dos marginais, boêmios, prostitutas, gigolôs, ladrões e das ‘massas macambúzias’ sem rumo (RAGO, 2008, p. 242). Lugar onde convivem as “famílias tradicionais” e as “massas policiáveis”, através da obra podemos pensar em uma cidade que se desdobra em outras tantas, sempre em movimento, em intercâmbio, em fluidez, impossível de ser capturada em sua totalidade.

Tal qual o *flâneur* de Walter Benjamin (1989, p. 199), o filme avança, a câmera continua seu “passeio” pela cidade, realizando em seu trajeto a construção de uma dicotomia entre o moderno e o tradicional, entre traços de um “Recife velho” e elementos modernizantes, tendo especial expressão pela movimentação e volume de carros, assim como, pelas propagandas. O fundo sonoro corrobora tal ideiação, ao passo que serve como guia representativo das cenas, de maneira mais específica, a ausência de música, juntamente com o uso da já citada, *Pra frente Brasil*, são exemplares dos momentos onde as movimentações de sujeitos, carros e a própria ambientação do centro é requerida à captura; já a música *Borboleta* retorna quando se desloca do centro para outras zonas periféricas, sob a qual o nicho de pobreza e sensualismo ganham destaque. Por fim, uma terceira trilha sonora adentra o filme, a música de composição de Capiba (Lourenço Barbosa) e cantada por João Gilberto, *Recife, cidade lendária*, como o próprio título sugere é evocada como sugestão de espaços ligados à tradição da cidade, com destaque para os sobrados coloniais e palácios do governo.

Ou seja, a relação imagem e som, guardam profundas marcas na construção de sentido da produção, sugerindo ideias, aproximações e fronteiras entre os espaços da cidade.

Entretanto, será através do uso de *close-ups* em propagandas e letreiros de estabelecimentos que vemos uma outra forma de intervenção no espaço recifense. Esta outra releitura dos traços e espaços é empreendida pelo retorno do jogo com as palavras, apresentada pelo próprio título da produção e ganhando forma em suas cenas em torno de termos como: “O fim dos televisores frios” em diálogo com um outdoor onde se lê “preferência nacional” e “vamos limpar esse mundo” em mais um. O que nos leva a um entendimento de uma tomada de posição do diretor frente aos programas televisivos. O “quebra-cabeças” proposto as vezes pode mostrar-se de difícil compreensão ao espectador, quando se intercala focos de duplo sentido como os citados, com imagens menos claras de uma continuidade de sentido, como a cena onde se tem o diálogo entre *close-up* de um rosto de um jovem, a propaganda de um spray aromático com os termos “belo ar” e outra de um pacote de coco ralado, em dizeres “a senhora continua ralando coco?”.

A construção de sentido nessas cenas da obra é dificultada se esquecermos de um intento que atravessa a obra como um todo, que é justamente o “olhar sobre a cidade”. Mas não um olhar de captura dos “cartões postais” da cidade, mas sob o intento de perceber outras possibilidades da cidade que muitas vezes podem ser estranhas a si mesma, aos seus próprios sujeitos, cria-se assim um movimento desterritorialização sob a qual a tradição e o movimento de resgate, defesa de seus termos, dá lugar à bricolagem de seus signos, a maquinações de desejos outros (BRITO, 2018, p. 205). O jogo de palavras ganha contornos “finais” na obra, com os *extreme close-ups*:

Imagens 05, 06, 07 e 08: Nós amamos Chacrinha contra a rotina.



Fonte: Recinfernália, 1975.

Tal qual o jogo de imagem, tal como realizado entre o cabeludo e o alienígena, o “quebra-cabeças” proposto toma a figura e o programa do Chacrinha em si, ícone nacional televisivo, como representação de novas relações com a cidade, de um movimento que mesmo posto a condição de “outro”, de fronteira entre os “cidadãos de bem e os policiáveis”, procura problematizar mitos, signos, discursos, figurando,

tal como no pensamento de Antonio Paulo Rezende, enquanto “ameaça a formas de viver que se repetem, monotonamente, mas que representam a segurança de andar por territórios já conhecidos” (REZENDE, 1997, p. 58).

Nesse sentido, podemos entender tal mensagem como uma representação da “luta”, mas não em função de uma corrente partidária, metamorfoseado na ideia de Edwar Castelo Branco de “corpo-militante-partidário” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 83). Mas sim como exemplo de uma outra margem, de outras formas de investir em transformações no Brasil da época, que é através da margem cultural. Tal como vimos anteriormente, a “segurança de andar por territórios já conhecidos” é garantida pelas movimentações de poder, pela via de imposição, que se repete cotidianamente e se translada ao macro político. Portanto, evocar Chacrinha “contra a rotina” na produção, pode significar pensar o espaço e o campo cultural do período enquanto parte dessa outra margem de insurreição, de confronto, que não deixa os desejos, a sexualidade, o corpo e suas manifestações pelo espaço em segundo plano frente o cenário político, mas sim, assumindo seus corpos e elementos identitários como “armas” que incomodam, que provocam reações pela cidade.

Será através de uma estética contracultural, sintetizada sob o conceito de “corpo-transbunde-libertário” na obra de Edwar Castelo Branco (2005, p. 83-84), que os corpos “requebrantes, desbundantes, promovem não só um contraponto a ideia tradicional de militância, mas representa um esforço em produzir “outras palavras, outras políticas, novos e diferentes laços entre o *eu* e o *mundo*” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 86). Nesse sentido, o filme *Recinfernália*, enquanto elemento representativo de sujeitos que como Jomard Muniz de Britto, procuram expressar uma outra cidade dentro dela mesma, ou seja, não apenas estabelecer fronteiras entre uma “cultura tradicional” e outra marginal, entre “nós e eles”, mas dar vazão a novas possibilidades entre o “eu e o mundo”, a outras condições de existir que emergem a partir dos anos 1960.

4. Considerações finais

No presente estudo, procuramos empreender uma leitura sobre parte das movimentações culturais do Recife-PE, do entremeio entre os anos 1960 e 1970, enquanto elemento representativo do próprio cenário nacional da época. De maneira mais precisa, a proposta se desenvolve em função da análise de jornais publicados na capital pernambucana, tais como *O Lídador* e o *Diário de Pernambuco*, de modo a realizar uma introdução ao contexto político e cultural da época, com destaque para as manifestações autoritárias de defesa da moral pública. Em seguida, tomando o filme *Recinfênalia*, de 1975, como fonte, se aprofunda não nas disposições repressivas, mas nos processos de fugas identitárias, nas práticas de resistência e expressão de outras possibilidades de leitura da cidade.

Assim, deste trabalho de análise, podemos ficar com a compreensão de um Recife, que entre as décadas de 1960 e 1970, vivencia um processo de descobrimento de outras condições de existência imersas sob um mesmo espaço e tempo. O que faz com que se expressem reações das mais diversas, tanto de sujeitos que procuram a preservação de signos identitários já estabelecidos e aceitos no espaço, como de outros que procuram uma releitura da “norma”, através da criação de novas linguagens e vias de embate cultural e político no cotidiano, enquanto meio de se sentirem representados, de criar novas relações e expressões com o espaço cidadão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz De. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2º edição. São Paulo: Intermeios, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 199.

BRITTO, Jomard Muniz de. **Arrecife de Desejo**. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994.

_____. **Atentados Poéticos**. Recife: Bagaço, 2002a, p. 07.

_____. Crueldades e Confraternizações: Breve Ensaio de Psicanálise Selvagem. In: Dantas, Elisalva Madruga; _____. (org.). **Interpenetrações do Brasil: Encontros e Desencontros**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002b.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo: Invenções da Cultura Brasileira em Jomard Muniz de Britto e seus contemporâneos**. Teresina: Edufpi, 2018.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e invenção da Tropicália**. São Paulo: Annablume, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v. I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

EXEMPLAR SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 de set. 1961, p. 10.

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA DURANTE OS DIAS DE CARNAVAL. **Diário de Pernambuco**. 07 de fev. de 1960, p. 11.

MONTEIRO, Jaislan Honório. **Arte como experiência: cinema, intertextualidade e produção de sentido**. Teresina: EDUFPI, 2017.

NAPOLITANO, Marcos (org.). **História do Regime militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

O HOMEM FALSIFICADO. **O Lidador**, Recife. 03 jun. 1933. p. 01.

OLIVEIRA, Aristides. Jomard Muniz de Britto ou Inquérito Cultural Doméstico: sob protestos do próprio. **Desenredos**, Teresina (PI), ano IV, n. 13, abr./maio 2012.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RECINFERNÁLIA. Direção: Jomard Muniz de Britto e Carlos Cordeiro. Recife, 1975. 15min. 25s. son. Color.

REZENDE, Antonio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX**. Recife: FUNDARTE, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

VELOSO, Caetano. Dostoiévski, Ariano e a Pernambucália. **Folha de S. Paulo**, 02 nov. 1999. Folha Ilustrada. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0211199915.htm>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

QUANDO O SERTÃO É UMA OPÇÃO: a ocupação de Cantagalo e o desenvolvimento de uma atividade econômica nos anos finais do XVIII e início do XIX.

Manuel Affonso Ornelas¹

Artigo recebido em: 10/01/2023.

Artigo aceito em: 01/06/2023.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão acerca da formação econômica social em Cantagalo, cidade do Estado no Rio de Janeiro, no início da sua ocupação por colonos, nos anos finais do século XVIII e início do XIX. Uma atividade econômica diferente da que foi pensada com a “miragem do ouro” era o que encaminharia as famílias pioneiras à formação de riqueza e acumulação de capital, contribuindo para a formação e acentuação da divisão hierárquica no local, constituindo a primeira elite social da localidade. Tempos depois essa área pertenceria ao Vale do Paraíba Fluminense, um núcleo de grandes fazendas que se tornaram a principal fonte econômica por anos no Império do Brasil. Utilizo os registros eclesiásticos e inventários *post-mortem* da época.

PALAVRAS-CHAVE: Produção; Elite; Economia; Sociedade; Local.

WHEN THE HITERLAND IS NA OPTION: The occupation of Cantagalo and the development of an economic activity in the late 18th and early 19th years.

ABSTRACT:

This article aims to provide a reflection on the economic and social formation in Cantagalo, a city in the state of Rio de Janeiro, at the beginning of its occupation by settlers, in the late 18th and early 19th centuries. An economic activity different from what was thought with the “golden mirage” was what would lead the pioneer families to the formation of wealth and capital inheritance, prevailing for the formation and accentuation of the hierarchical division in the place, constituting the first social elite of the locality. Later this area would belong to the Vale do Paraíba Fluminense, a

¹ Mestrando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Bolsista do programa CAPES/PROEX. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8005048008227563>; E-mail: affonso_ornelas@hotmail.com.

nucleus of large farms that became the main economic source for years in the Empire of Brazil. I use ecclesiastical records and post-mortem inventories of the time.

KEYWORDS: Production; Elite; Economy; Society; Local.

1. Introdução

Na História econômica de Cantagalo (cidade do Estado do Rio de Janeiro) existem duas épocas que são exponenciais para uma série de estudos sobre a região, uma, anterior ao ano de 1786, que enuncia o período da extração de pedras preciosas, tida como ilegal pela Coroa portuguesa no chamado Sertão de Macacu, e outra, entre os anos de 1830 e 1870, referente ao momento de alta produtividade cafeeira nas *plantations* escravistas da zona territorial que ficou conhecida como Vale do Paraíba Fluminense. O escritor Clélio Erthal, natural de Cantagalo, em seu livro “Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café”, que ficou muito conhecido na história regional, faz menção direta aos dois períodos supracitados, que atravessam da Colônia ao Império do Brasil.²

Contudo, é interessante salientar que no entremeio desses dois períodos, há um espaço de aproximadamente 44 anos, em que aconteceu a regularização dos aparelhos políticos e administrativos, e a fixação das primeiras famílias na localidade. A análise inclusiva desse intervalo temporal evidencia importantes questões para a construção do cenário econômico e social em Cantagalo, como já foi assunto no artigo de Sheila de Castro Faria, intitulado, “Ouro, Porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)”.³

Na primeira parte do artigo, trato de aspectos relacionados às primeiras atividades produtivas exercidas no território, um movimento ainda considerado ilegal

² ERTHAL, Clélio. “Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café. 2. ed. Niterói: Nitpress, 2008.

³ FARIA, Sheila de Castro. “Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). ANAIS DO MUSEU PAULISTA, v. 26, p. 1- 42, 2018.

pela coroa portuguesa. Na época, a região considerada “Sertão de Macacu”, era uma zona que se localizava entre a Capitania de Minas e do Rio de Janeiro, que na concepção das autoridades coloniais, predominantemente, eram habitadas por indígenas.

Na segunda parte, estabeleço uma relação dos primeiros habitantes da região com a esperança no passado aurífero da região, realizando um breve levantamento das fontes e cruzando com outros trabalhos da região. A família nesse momento torna-se uma das bases para o desenvolvimento do sistema de produção dos agentes no território.

Na terceira e última parte, analiso os empreendimentos da época, contido nos seis inventários que tive acesso até o ano de 1820, recolhidos no acervo digital do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo, uma unidade vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2. O “sertão” como uma opção aos planos expansionistas coloniais.

O processo de expansão português no Novo Mundo privilegiou a princípio a formação de núcleos de povoamento em regiões litorâneas e terras que oferecessem recursos para a exploração e o fortalecimento das rotas comerciais no Atlântico. Essa particularidade dizia muito sobre as estratégias dos ideais de Conquista, e a implantação de unidades políticas locais na América portuguesa.⁴

O território de Cantagalo experimentou o efetivo estabelecimento de pessoas e a criação de um movimento ocupacional nas últimas décadas do século XVIII. Antes disso, a região era considerada área de “sertão”, que estaria localizada entre as Capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Exprime-se no contexto colonial que os sertões seriam terras predominantemente indígenas, que se formavam com a

⁴ Ver “CARDIM, Pedro e HESPANHA, António Manuel. “A estrutura territorial das monarquias ibéricas”. In: XAVIER, Ângela B.; PALOMO, Federico e STUMPF, Roberta (orgs.). *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada* (sécs. XVI-XVIII). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 51-96.

interiorização dos ibéricos, e a criação de centros populacionais nas áreas onde melhor e mais rápido fornecesse resultados aos interesses do poder central.

No caso do Sertão de Macacu, a ocupação indígena era composta pelos grupos Coroados, Goitacazes, Chopotó, Coropó e Puris, segundo os levantamentos de (FARIA, 2018, p. 7 *apud* MALHEIROS, 2008, p. 145). No livro de batismos mais antigo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, que tenho acesso através do arquivo digital do CMPD-CAN, observo a realização do ritual com integrantes de algumas dessas tribos, a exemplo de Coroados⁵ e Coropó⁶. Esse fato demonstra a presença desses grupos no início da composição da ordem colonial na região.

Segundo o dicionário reformado por Antônio Moraes Silva, do padre Rafael Bluteau, sertão é “o interior, o coração das terras (...) o sertão toma-se por mato longe da costa”⁷. No contexto expansionista português, podemos dizer que o sertão é um “vazio” jurisdicional entre uma região e outra, e que mesmo não sendo composto diretamente de um aparelho político e administrativo, poderia fazer parte dos planos coloniais, por representar na maioria das vezes uma porção de terras com ocupação indígena. Como aponta Renata Araujo (2014, p. 78) “é recorrente referir-se que as vicissitudes do processo de ocupação do território tinham redundado numa visão arquipelágica do Brasil onde coexistiam áreas efetivamente ocupadas que se encontravam, no entanto, separadas umas das outras pelos diversos sertões”.⁸

Entretanto, por mais que considerado “áreas proibidas”, muitos colonos, principalmente das áreas limítrofes, adentravam os sertões, motivados por novas descobertas e melhores condições de vida. Esse movimento seria facilitado pelo desconhecimento das autoridades nessas regiões, que a priori não estava incluída nos

⁵ Acervo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Livros de batismos. CMPD-CAN (Arquivo digital). IMSSC-LB040A-201

⁶ *Ibidem*. IMSSC-LB040A-213v

⁷ Dicionário composto do P. D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio Moraes Silva, v. 2, p. 396

⁸ ARAÚJO, Renata Malcher de. “As configurações internas: as fronteiras entre as capitanias”. *Promontoria*, a. 11, n. 11, 2014. pp. 71-87.

planos expansionistas coloniais, tornando-se algumas vezes, uma verdadeira área de ordem social indesejada.

No Sertão de Macacu, o pedido de Maurício José Portugal, na década de 1760, para minerar nos sertões, inaugura a série de documentações que informam sobre a presença de colonos no sertão, e apresenta uma situação que deveria ser comum aos que habitavam os arredores dessa porção territorial. A justificativa de Maurício aos governadores interinos (que atuavam na Capitania do Rio pelo advento da morte do Conde de Bobadela) para fazer o “descoberto do ouro”, partiu da premissa que “tendo praticado com alguns índios brabos daqueles sertões, o tinham informado que, por ali, havia abundância daquele metal, trazendo, por duas vezes algumas amostras” (SOUZA, 1980, p. 22).⁹

O relato de Maurício expõe a sua aproximação recorrente com os indígenas, muito provavelmente baseado por relações de trocas que poderiam acontecer de maneira geral às pessoas que tinham sítios ou fazendas próximos a região “proibida”, o que terminava por facilitar o fluxo de informações e de pessoas, não só para dentro do sertão, mas entre as jurisdições de Minas e Rio, mesmo sem o aval da coroa. Para (ARAUJO, 2014, p. 78) o sertão se constituía em “uma aproximação virtual de áreas que poderiam estar distantes, mas que mantinham uma relação privilegiada ou, mais especificamente, um canal privilegiado de comunicação”.

A carta topográfica de Manoel Vieyra Leão, de 1767, intitulada “Certão ocupado por índios bravos”, está inserida no contexto de descoberta das autoridades coroa da presença de contrabandistas do ouro no Sertão de Macacu, necessitando que se produzissem maiores informações sobre essa região, facilitando no processo imposição da ordem no território.

⁹ SOUZA, José Antônio Soares de. “As Minas do Sertão de Macacu”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 326, jan./mar. Brasília: Rio de Janeiro, 1980.

Figura 1: “Certão ocupado por índios bravos”



Fonte: “Certão ocupado por índios bravos”. Manoel Vieira Leão. Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro mandadas tirar pelo III^o e Ex^o Sr. Conde da Cunha Capitam Genreal e Vice Rey do Estado do Brazil. 1767. p. 4, 14, 15. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.

O sertão parecia ser uma zona territorial “esquecida” pela coroa no movimento expansivo colonial, pelo menos até representar um espaço conflitante com a ordem social pretendida para as localidades. No Sertão de Macacu o que provocou os olhares do poder central para essa região foram as atividades do garimpo e da faiscação do ouro realizadas pelos contrabandistas.

As tentativas de imposição da ordem no Sertão de Macacu podem ser caracterizadas em duas fases, a primeira, mais discreta e pacífica, que pretendia cessar o contrabando através da proteção das fronteiras e o arrasamento das áreas de acesso às “picadas”. E uma segunda, direta e intensiva, que programava a busca e prisão dos criminosos e a ocupação da região de maneira legal frente à coroa, ou seja, com a criação de um aparelho político e administrativo para o território.

A primeira fase de intentos não deu muito certo, tendo como uma das ações mais evidentes a devastação das fazendas, executada pelo Conde da Cunha, com foco na região da serra de Cachoeiras, logo após a autorização dada a Maurício José Portugal para minerar nos sertões, uma concessão que não foi bem vista pelo poder central, assim também, como pelo vice-rei que assumiu em 1763, o citado, Conde da Cunha. (SOUZA, 1980, p. 23)

A segunda fase dispara ao fim do governo do Marquês de Lavradio e a chegada do seu sucessor Luís de Vasconcelos e Souza, em 1779. O chegado vice-rei ainda insistiria em guardar os caminhos para o sertão, pensando que com a falta de abastecimento seria prejudicada a permanência dos contrabandistas na região. As prisões e as buscas por suspeitos nas fronteiras resultaram em um ponto importante, o recolhimento de relatos e depoimentos, que fizeram descobrir uma figura que ficou reconhecida como o grande organizador e líder das atividades ilegais do contrabando, o “Mão de Luva”. (SOUZA, 1980, p. 26)

Num primeiro período, a vedação do Sertão a qualquer tipo de presença humana e um segundo período, com uma “nova política” de invasão, prisão de contrabandistas e ocupação por mineradores e lavradores, esta

iniciada, na prática, a partir da chegada do vice-rei Luis de Vasconcelos, em 1779. (CARDOSO, 2022, p. 61)¹⁰

Um cotidiano ilegal feito pela entrada de pessoas em área de jurisdição irregular, que fez adaptar a dinâmica colonial para o funcionamento da localidade em direção aos interesses do poder central. Mas o que as autoridades na época pareciam não saber de início, era que a maioria dos contrabandistas não entrariam pela serra, mas sim, atravessando o rio Paraíba, em área de divisa com Minas, explicando em partes o fracasso dos primeiros intentos contra os contrabandistas partido pela Capitania do Rio. Como (SOUZA, 1980, p.38) diz que “em 1784 já se carteavam Luís de Vasconcelos e Luís da Cunha Menezes, sobre as minas de Macacu, por se verificar que, por Minas Gerais, se conseguiria chegar mais facilmente ao novo descoberto”.

O fim da trama foi proveniente do governo de Minas, com Luís da Cunha Meneses, que colocou o Sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho para liderar a diligência. Como apresenta (FARIA, 2018, p. 8):

São Martinho iniciou a inquirição de pessoas que transitavam pelos portos do rio Paraíba, em particular na localidade chamada de Porto do Cunha (hoje correspondente ao 3º Distrito do município do Carmo, no estado do Rio de Janeiro).

Em 1786, ocorreu a prisão de “Mão de Luva” e seu bando. Nessa ocasião a Coroa liberou as terras de Cantagalo para a habitação por colonos, organizando as questões necessárias para a ocupação do território.

Importante salientar que em dimensão, é incomparável o antigo território com o atual, o desmembramento de Cantagalo deu origem aos municípios de Nova Friburgo, Bom Jardim, Duas Barras, Trajano de Moraes, Teresópolis, Sumidouro, Santa Maria Madalena, Itaocara, Carmo, Cordeiro, Macuco e São Sebastião do Alto, além da atual Cantagalo.

3. O passado produtivo e a ocupação do território.

¹⁰ CARDOSO, Vinicius Maia. “Pouco conhecido, montuoso, e emboscado: poder e economia no sertão do Macacu 1786 a 1790”. Tese (Doutorado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2022.

A compreensão ampla do cenário que se desenvolve para o processo de migração no Arraial das Novas Minas do Sertão de Macacu é indispensável se quisermos entender quais eram as esperanças dos habitantes pioneiros da região. Primeiramente é importante frisar a figura dos antigos contrabandistas, destacando Manoel Henriques, ou “Mão de Luva”, que foi reconhecido por líder dos contrabandistas, a participação dessas pessoas na história e a atividade por eles desempenhada, contribui ao rótulo criado para a região na atração dos colonos.

Manoel Henriques viria de Minas Gerais, assim como muitos dos contrabandistas, parece ser bem evidente que ele já praticara a mineração por algum tempo dentro da legalidade, e, estava no sertão procurando melhores condições econômicas com a atividade ilegal. Fugia principalmente da cobrança do quinto do ouro, e como (GARCIA, 2018, p. 250) exhibe, do esgotamento dos veios, causado pelo aumento da população na Capitania de Minas Gerais, já que havia alta procura dos colonos para se estabelecerem em áreas econômicas promissoras.¹¹

“Mão de Luva” residia em Xopotó com sua família, uma localidade de Minas, que é fronteira com o sertão. Salienta (OLIVEIRA, 2008, p. 123-124) a partir das fontes “(...) que o próprio Manoel Henriques ficara em sua casa e teria passado para as lavras de Macacu sem ser incomodado pelas autoridades mineiras”¹². Esse trânsito de uma zona de jurisdição regular para outra irregular se traduziria em uma fronteira totalmente informativa sobre o potencial econômico daquela área proibida.

Através das fontes recolhidas por (OLIVEIRA, 2008, p. 138) considera-se que “Mão de Luva” seria uma pessoa bem posicionada socialmente, integrante da elite mineira, casado com Dona Maria de Souza, filha do Capitão Antônio de Souza Ferreira. Como evidenciado por (FARIA, 2018, p. 6) ele “se casou em uma família

¹¹ GARCIA, Romyr Conde. “O mão de luva e os sertões de Serra acima: Garimpos clandestinos e conflitos sociais no Brasil Colônia. Revista UNIFESO, v. 4, n. 4, p.246-268, 2018.

¹² OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “Mão de Luva e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII – Matas Gerais da Mantiqueira: 1775-1786. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

mais titulada que a dele, o que significava que tinha inserção nas famílias prestigiadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga”.

No pioneirismo do Arraial das Novas Minas de Cantagalo, entre os inventários mais antigos que tenho acesso, um é de Antônia Ferreira Soares, em 1816¹³. Ela era filha do Padre Vicente Ferreira Soares, que também estava na região no início da ocupação, sendo o dono da Fazenda do Bom Jardim. Segundo (FARIA, 2018, p.12) o padre teria se estabelecido com seu irmão José Ferreira Soares nos primeiros anos da década de 1790, e era natural de “São Caetano, bispado de Mariana, provavelmente São Caetano do Xopotó (ou Chopotó), região então sob a jurisdição de Guarapiranga”.

Coincidência ou não, Manoel Henriques tinha residência, no mesmo local que era indicada a naturalidade do Padre Vicente Ferreira Soares, se a perspectiva de (FARIA, 2018, p. 12) estiver certa. Acredito que sim. Friso que não tenho base para afirmar que Vicente continuava a morar no seu local de nascimento, mas uma reflexão no sentido de compreender que alguns habitantes pioneiros poderiam ter contato, mesmo que não muito íntimo, com os antigos contrabandistas, sugere um intenso fluxo de informações que justifica os anseios dos mineiros para o Sertão de Macacu, provocando a chamada “miragem do ouro”.

Outra questão, ainda da família de Vicente Ferreira Soares, é que no inventário de sua filha Antônia Soares, o mais antigo a que tenho acesso¹⁴, havia indicação de ouro e prata lavrado, o que pode indicar que a família por algum tempo realizou a atividade mineradora em Cantagalo. Os primeiros habitantes de Cantagalo pensavam em dar prosseguimento no passado da exploração de pedras preciosas. O anseio pelo ouro dos sertões provocou concupiscência nos habitantes de outros locais, principalmente das áreas limítrofes.

¹³ Acervo Keith Barbosa. Inventário de Antônia Teixeira Soares – 1816. CMPD-CAN (Arquivo digital).

¹⁴ Para a existência dos inventários na região após 1815, Sheila de Castro Faria (2018, p.10) encontra uma possível justificativa na ausência de tabelião residindo no local.

Quem iria para Cantagalo nos anos primordiais de autorização para a habitação pela Coroa, já tinha uma atividade produtiva em mente, pré-estabelecida, do qual imaginaria viver e se desenvolver. Até porque o plano de ocupação do território criado pelas autoridades da Coroa, também incluíam a distribuição e o desbravamento dos veios auríferos. Isso fica claro na exposição do secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro que (MARRETO, 2019, p. 52-53 *apud* ERTHAL, 2008, p. 52-53) comenta:

Vale lembrar que o objetivo de se iniciar o povoamento daquelas terras tão logo os bandoleiros fossem vencidos já constava no ofício de 1785, no qual se afirmava que seria necessário se “repartirem as ditas lavras e outras terras minerais daquele sertão por vassallos úteis e industriosos.”¹⁵

Todavia, apresentarei com a investigação dos inventários *post-mortem* que o ouro não foi uma atividade principal para a fixação dessas pessoas no momento de ocupação do local. Creio que algumas famílias podem ter se debruçado na exploração do ouro ao menos até os primeiros anos da década de 1800, insistindo nesse exercício mesmo com baixos ganhos, como foi o caso de Antônia Soares. Para ela e sua família, existia um bom potencial para arriscar uma atividade que não oferecesse resultados imediatos, muito devido à boa posição social e econômica apresentada pelos cargos e títulos logrados por Vicente Ferreira Soares¹⁶.

Mas o insucesso com o ouro foi procedido pelo cultivo de café em massa, inaugurando o período que é caracterizado por Clélio Erthal como o “esplendor do café?” Como que uma cultura de *plantations* é precedida em uma localidade? Refletir

¹⁵ MARRETO, Rodrigo. “O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019, p.37. *apud* Ofício do Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro ao Vice-Rei do estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 135, docs. 8, 4, 5.) – 8 de Janeiro de 1785. em ERTHAL, Clélio. “Da miragem do ouro ao esplendor do café”. Niterói: Nitpress, 2008, p. 52-53.

¹⁶ Vicente Ferreira Soares tinha vínculos com outros integrantes da ordem ritual e da elite social na localidade, que é comprovado através da participação nos primeiros batizados e óbitos realizados na região. A sua Fazenda do Bom Jardim, que contava com um cemitério e um oratório consagrado a São Francisco de Paula, serviu de espaço para alguns desses rituais. Ver no Acervo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Livros de batismos e de óbitos. CMPD-CAN (Arquivo digital).

sobre essas questões no estudo de caso de Cantagalo será o objetivo do tópico que segue.

4. Uma economia de subsistência e comércio interno.

Claramente o que impulsionou a ocupação da região foi a possibilidade de ganhos econômicos com as pedras preciosas, assim como, estimulou a coragem dos contrabandistas na realização da extração dentro dos sertões. E concordando com (FARIA, 2018, p. 13) “a extração do ouro (...) ultrapassou o século 18 e serviu como chamariz para ocupar a região (...)”.

Mas a realidade produtiva de Cantagalo não estava baseada na mineração, diferente de como foi por um grande tempo na região limítrofe de Minas Gerais. Essa proximidade territorial e o fato de não haver exploração de forma legalizada nessas terras por um grande período, também pode ter ajudado na mentalidade do ouro entre os habitantes pioneiros.

Optei por limitar-me aos inventários datados até o ano de 1820, que servirão como base para as investigações. Levando em conta que tal fonte é um registro dos bens após a morte do inventariado, o conteúdo é uma descrição da vida cotidiana daquele indivíduo. Nesse caso, a data limite de 1820 é posta no objetivo de estabelecer um marco para os acontecimentos, sem se importar se os herdeiros e meeiros dariam prosseguimento pelo mesmo caminho indicado na listagem.

Os inventários nos fornecem informações básicas sobre diversos aspectos da vida urbana e rural, permitindo-nos, por exemplo, reconstruir o movimento de uma fazenda: a origem de seu capital, o tamanho da propriedade, a produção e a produtividade, o número de escravos e animais, os instrumentos e equipamentos de trabalhos, despesas e dívidas dos fazendeiros, detalhes sobre seu modo de viver, sua moradia, etc. (FRAGOSO & PITZER, 1988, p. 32)¹⁷

¹⁷ FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. “Barões, Homens-Livres, Pobres e Escravos: Notas Sobre o Uso de Inventários Post-Mortem Na Pesquisa Histórica. ARRABALDES, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.

Uma questão que deve ser levantada é que o inventário não era feito a qualquer um, como indicado nas considerações de (FARIA, 1998, p. 226) “(...) somente pessoas que tinham um mínimo de relevância social e econômica, suficientes a desenvolver a escrituração, eram inventariadas”¹⁸. Ou seja, a análise aplicada a seguir, está direcionada aos membros da elite local.

Tabela 1: Inventários da região de Cantagalo até o ano de 1820.

Ano	Inventariado (a)	Inventariante
1815	Ana Joaquina do Amor Divino	José de Almeida Nunes
1816	Antônia Ferreira Soares	Antônio Teixeira de Lemos
1817	Dona Francisca Rosa da Câmara	Manoel Vieira do Espírito Santo
1819	Antônio de Oliveira Torres e Juliana Maria de Santa Clara	José Antônio de Oliveira Torres
1819	Francisco Ferreira Guimarães	Manoel Vieira de Souza Almeida
1820	Sebastiana Maria de Jesus	Antônio de Melo de Oliveira

Fonte: Acervo Keith Barbosa. Inventários *post-mortem*. CMPD-CAN (Arquivo digital).

Entre os seis inventários selecionados, ocorre uma questão curiosa desvendada por (FARIA, 2018, p. 11), ao menos três deles, haviam morrido anos antes da confecção do registro, são, Ana Joaquina do Amor Divino, com óbito datado de setembro de 1808, Sebastiana Maria de Jesus, em março de 1809, e, Antônio de

¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. “A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. v. 1.

Oliveira Torres, em 1808. Isso reforça a tese de (FARIA, 2018, p. 10) que talvez não existisse “tabelião ou notário residentes” no local nessa época.

Passando pela localidade em 1809, os relatos expressos pelo viajante inglês Johw Mawe, contido no trabalho de (MUAZE, 2011, p. 312), é esclarecedor ao pensamento do desenvolvimento de uma atividade econômica específica para as elites nesse momento na região. Entrando nas terras do “Arraial das Novas Minas de Cantagalo”, notou que a extração mineral se findara e a agricultura teria se tornado a prática principal de produção¹⁹.

Mas as escravarias registradas nos inventários não apontam para uma produtividade agrária de larga escala, destinada para exportação. Na classificação feita por (SALLES, 2008, p. 155) para um estudo sobre Vassouras, região também localizada no Vale do Paraíba Fluminense, utilizou-se como base, os inventários *port-mortem* entre os anos de 1821 e 1880, período expoente para a produção cafeeira no Vale. Segundo o autor:²⁰

Os microproprietários, que possuíam entre um e quatro cativos; os pequenos proprietários, donos de 5 a 19 escravos; os médios proprietários, que detinham de 20 a 49 escravos; os grandes proprietários, donos de 50 a 99 escravos; e os megaproprietários, com 100 ou mais cativos.

O território de Cantagalo para o período dos inventários, não sustentaria a produção de café em *plantations* com o baixo número de escravizados visto no cenário geral até 1820. Os proprietários se encaixariam ao modelo de Ricardo Salles como, microproprietários e pequenos proprietários, exposto na tabela a seguir.

Tabela 2: Escravaria dos inventários até o ano de 1820.

Inventariado (a)	Nº de escravizados
Ana Joaquina do Amor Divino	7

¹⁹ MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. In: Inventário de Fazendas, fase III, 2011.

²⁰ SALLES, Ricardo. “E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Antônia Ferreira Soares	6
Dona Francisca Rosa da Câmara	19
Antônio de Oliveira Torres e Juliana Maria de Santa Clara	1
Francisco Ferreira Guimarães	4
Sebastiana Maria de Jesus	3

Fonte: Acervo Keith Barbosa. Inventários *post-mortem*. CMPD-CAN (Arquivo digital).

Essa observação nos permite concluir que quando falava de agricultura, Johw Mawe se referia a médias e pequenas roças, um cultivo mais direcionado à subsistência e ao mercado interno, como (FARIA, 2018, p. 14) destacou para essa área. Contudo, empregando outra análise, considero que a produção agrária estava mais diretamente ligada ao sustento do indivíduo e sua família, e, ao empreendimento com certo risco, sem excedente considerável. O que realmente predominava era a presença de animais. Mais aqueles que serviriam para a produção de alimentos do que os de “uso da propriedade”, ou seja, para o transporte e auxílio no trabalho com a terra. Vejamos a tabela três.

Tabela 3 – Produção agrária e animais nos inventários até 1820.

Inventariado (a)	Produção agrária	Animais
Ana Joaquina do Amor Divino	X	10 vacas, 2 bestas, 1 mula, 16 porcos do campo e 6 leitões desmamados do campo.
Antônia Ferreira Soares	X	X
Dona Francisca Rosa da Câmara	X	15 bestas muares, 40 gados vacum, 2 cavalos de sela, 40 porcos de ceva em

		princípio de engorda, 100 cabeças de porcos de pasto e 10 carneiros.
Antônio de Oliveira Torres e Juliana Maria de Santa Clara	1 quartel de café plantado e várias árvores de espinhos.	1 besta.
Francisco Ferreira Guimarães	Cafés, Laranjeiras e bananeiras.	7 bois, 4 garrotes e 1 besta.
Sebastiana Maria de Jesus	6 mil pés de café.	1 mula, 1 besta, 6 gados e 22 porcos.

Fonte: Acervo Keith Barbosa. Inventários *post-mortem*. CMPD-CAN (Arquivo digital).

Os dados apontam alta presença de porcos e gados para as propriedades, provavelmente, itens destinados ao comércio na própria comunidade, já que pela quantidade, certamente o excedente sobre o consumo da unidade familiar aconteceria. Foi principalmente sobre essa atividade, que as primeiras famílias fincaram bases na região e realizaram a primordial acumulação de capital, em um sistema comercial e de pequena escala.

Eram agricultores e criadores, principalmente de porcos, com poucas cabeças de gado e animais de cargas, como mulas e bestas. Os porcos é que eram realmente numerosos. Criavam esses animais soltos no campo, indicados como “porcos do campo” ou “porcos de pasto”(…). (FARIA, 2018, p. 12)

Alguns dos inventariados uniram os empreendimentos agrários com os pecuários e arriscaram no café. Poderia indicar certa estabilidade econômica para tentar o diferente, mas na verdade, também representava uma tentativa de melhor se posicionar na hierarquia local. A presença de café acontece nos registros de Sebastiana Maria de Jesus, Francisco Ferreira Guimarães e Antônio de Oliveira Torres, com sua esposa, Juliana Maria de Santa Clara. Encontro uma justificativa para isso, já que o

poderio econômico por vias comerciais não era o necessário à ascensão social. Da mesma forma que, um grande proprietário de terras poderia não dispor dos mesmos ganhos que um comerciante. As elites não sobreviveriam somente por via econômica, e buscar atividades que rendessem prestígio social foi uma alternativa (FRAGOSO, 2013, p.16).²¹

Para esses inventariados pioneiros no processo de ocupação de Cantagalo, a importância do poder econômico era equivalente a aquisição de prestígio social. Era uma hierarquia social se constituindo em uma localidade. E como na historiografia vários trabalhos como os de (MONTEIRO, 2006)²², (MAGALHÃES, 2005)²³, (CHACÓN JIMÉNEZ, 2006)²⁴ e (RAMINELLI, 2008)²⁵ apontaram, a mobilidade social não está ligada ao poderio econômico nas sociedades de Antigo Regime. Começar a produzir café em larga escala e sair da atividade do comércio para esses casos analisados, poderia implicar uma inserção na “posição de mando”²⁶ da sociedade, abrindo espaço para o requerimento de títulos, sesmarias e outros benefícios distribuídos pela coroa portuguesa no processo de formação das

²¹ FRAGOSO, João. “Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro(1830-1888). 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

²² MONTEIRO, Nuno G. “Elites locais y movilidad social em Portugal a finales del Antiguo Régimen”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F & MONTEIRO, Nuno G.(orgs.). Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em la Península Ibérica (siglos XV-XIX). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp.247-284.

²³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os nobres da governança das terras”. In: MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. “Óptima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime”. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp.65-97.

²⁴ CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco. “Reflexiones sobre História y Movilidad Social”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F & MONTEIRO, Nuno G.(orgs.). Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em la Península Ibérica (siglos XV-XIX). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp. 43-58.

²⁵ RAMINELLI, Ronald. “A escrita e a espada em busca de mercê”. In: Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 17-60.

²⁶ Termo utilizado por João Fragoso em: FRAGOSO, João. “Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

localidades na América portuguesa. Entretanto, alcançar as estratégias das elites visando a mobilidade social em Cantagalo, é assunto para outro artigo.

5. Conclusão

A formação econômica e social na região de Cantagalo encontrou suas bases nas atividades de comércio interno e subsistência, por circunstâncias locais que fizeram os pioneiros da região adaptar uma atividade econômica que estivesse pautada na realidade produtiva local. Empreendimento que ofereceu estabilidade às famílias naquele tempo, e está diretamente ligado ao processo de acumulação de capital que originou a primeira elite social da região e talvez esteja ligado aos investimentos das elites senhoriais²⁷ na produção cafeeira de larga escala.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata Malcher de. As configurações internas: as fronteiras entre as capitânicas. **Promontoria**, a. 11, n. 11, 2014. pp. 71-87.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVIII**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CARDIM, Pedro & HESPANHA, António Manuel. “A estrutura territorial das monarquias ibéricas”. In: XAVIER, Ângela B.; PALOMO, Federico e STUMPF, Roberta (orgs.). **Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 51-96.

CARDOSO, Vinicius Maia. **Pouco conhecido, montuoso, e emboscado: poder e economia no sertão do Macacu 1786 a 1790**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2022.

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco. “Reflexiones sobre História y Movilidad Social”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F. & MONTEIRO, Nuno G. (orgs.). **Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em la Península Ibérica (siglos XV-XIX)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp. 43-58.

²⁷ Por elites me refiro àquelas famílias que estavam em posições cimeiras segundo os critérios de “status, poder e riqueza. Ver: BURKE, Peter. “Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVIII”. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 16.

ERTHAL, Clélio. **Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café**. 2. ed. Niterói: Nitpress, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. v. 1.

FARIA, Sheila de Castro. “Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)”. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, v. 26, p. 1-42, 2018.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. **Topoi Revista de História do Programa de Pós-graduação em História da Ufrj**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 45-123, 2000.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. “Barões, Homens-Livres, Pobres e Escravos: Notas Sobre o Uso de Inventários Post-Mortem Na Pesquisa Histórica”. **ARRABALDES**, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.

GARCIA, Romyr Conde. “O mão de luva e os sertões de Serra acima: Garimpos clandestinos e conflitos sociais no Brasil Colônia”. **Revista UNIFESO**, v. 4, n. 4, p. 246-268, 2018.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os nobres da governança das terras”. In: MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. **Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 65-97.

MARRETO, Rodrigo. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

MONTEIRO, Nuno G. “Elites locales y movilidad social em Portugal a finales del Antiguo Régimen”. In: CHACÓN JIMÉNEZ, F. & MONTERIO, Nuno G. (orgs.). **Poder y Movilidad Social. Cortesanos, religiosos y oligarquias em La Península Ibérica (siglos XV-XIX)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp. 247-284.

MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. In: **Inventário de Fazendas**, fase III, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “**Mão de Luva**” e “**Montanha**”: **bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas gerais no século XVIII – Matas Gerais da Mantiqueira: 1775-1786**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

RAMINELLI, Ronald. “A escrita e a espada em busca da mercê”. In: **Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008, pp.17-60.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, José Antônio Soares de. “As Minas do Sertão de Macacu”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 326, jan./mar. Brasília: Rio de Janeiro, 1980.

O PODER DE FELIPE II SOBRE A IGREJA CATÓLICA NO PERÍODO MODERNO: acordos e intervenções (século XVI)

Wilson Carlos da Silva¹

Artigo recebido em: 21/01/2023.

Artigo aceito em: 26/05/2023.

RESUMO:

Neste artigo buscaremos apresentar como Felipe II realizou uma série de intervenções em assuntos referentes à esfera eclesiástica em seus vice-reinos, de forma especial o vice-reino do Peru. Embasado em prerrogativas firmadas entre a Santa Sé e a Coroa espanhola, Felipe II fez da religião um elemento determinante de sua política para as possessões no Ultramar. Examinaremos, assim, como o monarca interferiu na execução do projeto evangelizador dos vice-reinados. Desenvolveremos este trabalho por meio de uma metodologia de caráter interpretativo que terá nas bulas, declarações e correspondências as fontes de análise, identificando, assim, as ações do monarca e de outros agentes contidas nestes documentos à luz da bibliografia da qual nos cercaremos para o desenrolar da proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Felipe II; Patronato; Relações entre Igreja e Estado.

THE POWER OF FELIPE II OVER THE CATHOLIC CHURCH IN THE
MODERN PERIOD: agreements and interventions (16th century)

ABSTRACT:

In this article, we will seek to present how Felipe II carried out a series of interventions in matters related to the ecclesiastical sphere in his viceroyalties, especially the viceroyalty of Peru. Based on prerogatives signed between the Holy See and the Spanish Crown, Felipe II made religion a determining element of his

¹ Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Bolsista CAPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1964188518072422>;

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9259-2120>; E-mail: wilson91.hist@hotmail.com. Orientador: Prof. Dr. Anderson José M. de Oliveira. Membro dos grupos de Estudo Manto- Núcleo de Estudos Coloniais e Ecclesia- Grupo de Estudos do Catolicismo (CNPq), ambos sediados da UNIRIO. Atua como professor tutor a distância na disciplina Estágio Supervisionado IV dos cursos de graduação em História, Turismo, e Geografia oferecidos pelo Consórcio de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj), da Fundação CECIERJ, em consonância com a Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ).

policy for overseas possessions. We will examine, therefore, how the monarch interfered in the execution of the evangelizing project of the viceroalties. We will develop this work through an interpretative methodology that will have the sources of analysis in the bulls, declarations and correspondences, thus identifying the actions of the monarch and other agents contained in these documents through the bibliography which we will surround ourselves with for the unfolding of the proposal.

KEYWORDS: Felipe II; Patronage; Relations between Church and State.

1. Introdução

Buscaremos ao longo das próximas linhas apresentar uma discussão sobre as formas como o monarca espanhol, Felipe II, interviu no campo eclesiástico que estava sob sua autoridade no decorrer da segunda metade do século XVI. Partimos da premissa de que a religião estava totalmente submetida ao poder filipino, sendo que, desta forma, a Igreja emprestou aspectos de sua organização para a conformação política do monarca sobre as novas possessões situadas no continente americano. Por meio de recomendações enviadas a seus agentes, a religião foi peça fundamental para a política do referido monarca. No que tange às suas intervenções na esfera eclesiástica, vale destacar que essa prática não foi inaugurada por Felipe II, pelo contrário, era algo que já estava estabelecido há algum tempo. Ressalta-se, portanto, a intensificação ocorrida ao longo do período em que este soberano esteve no poder. Nos atentaremos aqui à questão da confessionalização, observando alguns de seus desdobramentos que contribuem para uma melhor compreensão de nossa proposta, para depois explorarmos de fato como se deu essa intervenção real no projeto de evangelização dos vice-reinados americanos.

Dentro do contexto espanhol vivenciado ao longo do século XVI, que envolveu a conquista de novos territórios, é importante nos atentarmos, primeiramente, à noção de Império. Para Ronald Raminelli (2013, p. 25), especificamente no caso espanhol, a noção de Império diferia muito pouco da de Monarquia, pois Império era o governo independente de somente um sujeito sobre distintas comunidades políticas abarcadas em um amplo território. Expandindo esta concepção, de acordo com Romain Descendre (2015, p. 59), este vocábulo remete a

uma entidade política que passou a ser assim denominada a partir do momento em que exerceu uma dominação sobre territórios que não lhe pertenciam a priori. Assim sendo, o Império designa “o poder supremo de comando, qualquer que seja sua forma, e assim ele faz parte da definição do Estado, mas a própria temática imperial – a aquisição de novos territórios políticos, como “membros acrescidos do Estado” – não se distingue da reflexão sobre o Estado” (DESCENDRE, 2015, p. 59).

Vale destacar que dentro dessa argumentação apresentada por Descendre, baseada em algumas referências com as quais o autor trabalha em seu texto,² o Estado é pensado como um poder exercido sobre os homens, e não sobre os territórios (DESCENDRE, 2015, p. 60). Daí a ideia de que o Império faz parte da definição de Estado. Tais reflexões contribuirão para o trabalho que se seguirá nas próximas linhas.

Cabe ressaltar que no que tange à discussão espacial, aqui pensaremos e entenderemos o poder exercido pelo Estado sobre os homens como um espaço de relações de poder e de afirmações de identidades, sendo que “onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder” (SILVA, 2014, p. 81). Nesse sentido, a imposição de uma cultura de base cristã, que é o elemento que em muito contribuiu para a presença desse poder, perpassa a temática da qual trataremos aqui. Como bem observa Tomaz Tadeu da Silva,

o processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, classes [...]. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade” (SILVA, 2014, p. 82).

No contexto do processo colonizador essa questão da identidade ganha um papel determinante. Estava em jogo a imposição de um modelo que se nota estritamente ligado com aspectos culturais e ideológicos e que deveriam fazer parte da população que fora encontrada no continente americano. Esta, na visão da empresa colonizadora, teria de se tornar súdita do monarca espanhol, uma vez que no bojo desses acontecimentos, tomando as palavras de Silva (2014, p. 82), dividir e

² Nesta parte, Dante e Botero.

classificar também acaba[va] por significar hierarquizar, questão essencial para o Antigo Regime.

2. A confessionalização, o Estado Confessional e seus desdobramentos

Para iniciarmos a discussão, se faz necessário realizarmos uma análise sobre a questão da confessionalização e, conseqüentemente, os seus desdobramentos. Rui Rodrigues (2017, p. 7) nos esclarece que a origem dessa teoria se encontra em uma preocupação da historiografia alemã com as bases que teriam constituído o Estado Moderno. A partir dessa perspectiva, autores ligados à essa corrente historiográfica chegaram à conclusão de que houve

uma profunda imbricação entre o controle secular e o religioso, de modo que estruturas religiosas acabaram servindo para o controle do poder secular sobre os súditos, enquanto, em outros contextos, estruturas administrativas e burocráticas em surgimento se prestaram também a canalizar o controle religioso (RODRIGUES, 2017, p. 10).

Na esteira dessa conexão é que foram feitas as intervenções do poder secular em temáticas referentes às questões organizacionais da Igreja americana neste período da primeira modernidade. Conforme Federico Palomo, foi ao longo do século XVI que se assistiu a uma “progressiva intensificação da intervenção régia nos assuntos religiosos, sendo, em muitos casos, a principal promotora das reformas que se puseram em curso dentro das congregações regulares, assim como entre o clero secular” (PALOMO, 2004, p. 66). Vale enfatizar que esse processo de confessionalização foi plural, tendo cada Estado moderno suas especificidades.

Também se atentando à corrente historiográfica alemã, Pedro Miguel Plaza Simón pensa a confessionalização como ideia chave para a compreensão da cultura do período moderno. Em seu artigo (2014, p. 265-294) Plaza Simón investiga como essa ideia passou a fazer parte do organismo político e social da Espanha quinhentista. Entretanto, o autor chama a atenção de que a concepção confessional minimiza a realidade na percepção de que também há valores laicos que se institucionalizam. Dessa forma, é preciso recorrer a um conceito mais amplo, a saber, o de disciplinamento social, capaz de abarcar os processos sociais que geram

um maior controle sobre aquela sociedade em transformação (PLAZA SIMÓN, 2014, p. 268). O disciplinamento social será determinante para questões que trataremos aqui.

Além do que foi explicitado acima, podemos ainda pensar esse processo de disciplinamento que ocorreu no continente americano a partir da noção de dominação, um controle sobre as subjetividades, pois como analisa Aníbal Quijano, “com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminam também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental” (QUIJANO, 2005, p. 121). O autor destaca que na esteira desse novo padrão de poder mundial a Europa – e de forma mais específica aqui neste texto a Espanha – congregou no bojo de sua hegemonia o controle de toda a subjetividade, de toda a cultura e de toda a produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 121).

É preciso termos em mente ainda a singularidade trazida pela confessionalização no período moderno. Com o cenário posto pela Reforma Protestante, a Igreja Católica e os Estados se viram diante de uma situação em que se fez indispensável uma reordenação em suas relações, para serem capazes de manter em vigor seus privilégios que provinham do sistema de cristandade medieval. Essa relação, de caráter particular, entre Igreja e Estados pode ser melhor compreendida a partir das palavras de Francisco Gomes. Em sua perspectiva, enquanto o Estado assegurava à Igreja a presença privilegiada na sociedade, e em algumas conjunturas históricas a exclusividade sobre a produção de bens simbólicos, concebendo-a como aparelho de hegemonia³ do sistema, a Igreja assegurava ao Estado e ao grupo e/ou classes dominantes a legitimação de sua hegemonia e dominação. O peso religioso, portanto, era acrescido de um peso político-ideológico e econômico (GOMES, 1997, p. 34).

Essa configuração, que objetivava a manutenção das vantagens oriundas do medievo mencionadas nas linhas anteriores, não se estabeleceu de forma monolítica,

³ No referido autor hegemonia pode ser entendida como a direção moral e intelectual de toda a sociedade. Esta tendia a ficar sob domínio da Igreja.

ou seja, cada Estado [católico] moderno expressou essa organização de uma maneira própria. Surge, assim, o Estado Confessional,⁴ pautado no princípio de direito internacional *cuius regio illius et religio*. Tal desdobramento da confessionalização relacionava, a partir de então, Igreja e vários estados soberanos (GOMES, 1997, p. 53). Na esteira do Estado Confessional, o aparelho religioso permaneceu como assunto exclusivo da Igreja, ao passo que o aparelho eclesiástico era causa de disputas entre os Estados e a Igreja. Dessa forma, os Estados passaram a adotar uma jurisdição confessional sobre os instrumentos eclesiásticos (GOMES, 1997, p. 54).

No caso espanhol, Felipe II, conforme Fernando Nedredo Del Cerro (206, p. 396-397), soube empregar sabiamente os mecanismos que os padres conciliares haviam posto em marcha para impor-se sobre uma igreja agora mais hierarquizada e que só terá que substituir o papa pelo rei para que funcione como uma instituição, porém dentro da Monarquia.

Nessa lógica, no interior de cada Estado Confessional, a Igreja buscou mecanismos e meios para conseguir preservar “seus direitos de sé apostólica e seus interesses de Estado soberano” (GOMES, 1997, p. 54). Isto em muito se deve ao que nos apresenta José Pedro Paiva. Conforme este historiador (PAIVA, 2008, p.395), em relação ao plano institucional, a Igreja buscava preservar o seu monopólio de dominação e hegemonia, como também nos disse Francisco Gomes. Além, disso, a Igreja contava com o apoio do braço secular para a “aplicação de sua justiça e salvaguardar a preservação de um vasto conjunto de privilégios (honoríficos, militares, jurídicos, fiscais) de que usufruía, no fundo preservar a sua *jurisdictio*, as suas prerrogativas tal qual eram concebidas na sociedade estamental do tempo” (PAIVA, 2008, p. 395).

No tocante ao caso espanhol, o compromisso firmado entre Igreja e Estado foi o *Patronato*, a união entre Cruz e Coroa, que antecedeu a origem do Estado

⁴ Nosso foco aqui ao analisar o Estado Confessional é o caso espanhol, de religião católica. É importante dizer que o Estado Confessional não foi algo exclusivo do catolicismo. A natureza do Estado Confessional obteve variações, a depender do local e da religião a qual determinado Estado moderno se ligou.

Confessional. Este compromisso fora legitimado pela Igreja Católica ainda em inícios do século XVI por meio da bula *Universalis Ecclesiae*,⁵ outorgada pelo papa Júlio II⁶ em 28 de julho de 1508.⁷ Esta bula recuperou, abordou e, por conseguinte, expandiu direitos que foram ‘esquecidos’ por uma bula anterior, datada do ano de 1504.⁸ Ou seja, o processo de concessões por parte da Igreja à Coroa foi gradativo, pois em um primeiro momento Júlio II

buscou neutralizar o poder que os Reis Católicos exerciam sobre Roma. Solicitado a criar sés episcopais no Novo Mundo, ele designou, na bula *Illius fulciti presidio*, de 1504, três bispos sem o beneplácito da Coroa castelhana [...]. Mas quatro anos depois veio o contra-ataque, pois o mesmo papa concedeu à Monarquia poder ainda maior sobre a administração eclesiástica das Índias (RAMINELLI, 2013, p. 41).

Ronald Raminelli (2013, p. 25) pontua que os reis espanhóis exerceram seu *imperium* sobre o continente americano por meio de uma participação efetiva da Igreja, pois essa estreita relação fazia com que a cristandade se expandisse, sustentando a presença ideológica da Monarquia. Endossando essa perspectiva, Paiva expõe que

A Coroa reconhecia a influência da religião como mecanismo de dominação e subordinação dos indivíduos. No fundo, talvez sem este grau de formalização, entendia-se no centro político que a partir de um sistema central de crenças, criado e reproduzido por uma instituição dominante, neste caso a Igreja, seria mais fácil impor sua autoridade e exercer o mando (PAIVA, 2008, p. 391).

O *Patronato* obteve forte impacto dentro do processo colonizador depreendido no continente americano ao longo do século XVI, uma vez que o inimigo a ser combatido nas novas possessões fora o paganismo, expresso nas práticas dos nativos americanos. Nesse sentido, “os reis eram obrigados a promover a conversão ao cristianismo dos habitantes das terras recém-descobertas” (RAMINELLI, 2013, p. 41). Ademais, o catolicismo deveria triunfar sobre essas

⁵ *Universalis Ecclesiae* de Julio II (1503-1513), Concede a los reyes de España explícitamente el derecho del patronazgo sobre la iglesia en las tierras americanas conquistadas. Roma, 28.7.1508 Cf. Suess (2002, p. 127).

⁶ Detentor da cátedra de Pedro entre 1503 e 1513.

⁷ Cabe sublinhar, de forma breve, o contexto no qual essa concessão ocorre, a saber, a expulsão dos mouros da Península Ibérica efetivada no ano de 1492. Com o desejo de expansão da fé católica para além da Península Ibérica, a Igreja legitima aos reis católicos a defesa e a propagação da fé para as novas terras que fossem conquistadas.

⁸ A Bula *Illius Fulciti*, de 15 de novembro de 1504.

práticas e, dentro deste contexto, a fundação de igrejas tinha papel determinante. A bula⁹ explicita este ponto ao enfatizar o seguinte:

Nosotros, a fin de que en ella desaparezcan de una vez los falsos y perniciosos ritos y se implante la religión verdadera, a pedido incesante a los citados reyes erigimos para máxima gloria del nombre cristiano una iglesia metropolitana [...] y dos iglesias catedrales [...]; y, para que los espíritus, inbuidos de la nueva fe, comiencen alguna obra piadosa (JULIO II [1508], 2002, p. 127).

Por meio do *Patronato*,

Roma passou a fechar os olhos na medida do possível, às ingerências dos Estados soberanos nos aparelhos eclesiásticos, desde que esses Estados não perturbassem a vigência dos privilégios da Igreja católica enquanto religião oficial e exclusiva, mantendo intocável o sistema de cristandade (GOMES, 1997, p. 54).

De acordo com Fernando de Armas Medina, em linhas gerais podemos compreender o *Patronato*, no que se refere à execução deste projeto no Ultramar, como uma política de mútua proteção e ajuda nas Índias, segundo a qual o Papado entregou à Coroa [espanhola] a direção espiritual das missões, e em contrapartida os reis a protegeram (ARMAS MEDINA, 1953, p. 11-12). Raminelli destaca que o *Patronato* somente reforçou os vínculos estreitos existentes entre o poder monárquico e a religião católica, uma vez que permitia a indicação de bispos, concessão aos religiosos ao Ultramar e a cobrança de dízimos (RAMINELLI, 2013, p. 42). Já Charles Boxer (2007, p. 99) argumenta que por meio do sistema de *Patronato* os monarcas ibéricos foram autorizados a construir e permitir as construções de igrejas, catedrais, entre outros espaços religiosos, bem como apresentar uma lista de candidatos aos (arce)bispos à Santa Sé e encaminhar esses postulantes a dignidades e cargos eclesiásticos. Mariana Olson (2021, p. 283) enfatiza que em virtude da permissão que o rei passou a ter para nomear bispos por meio do *Patronato*, estes indivíduos ficaram dependentes da Coroa, o que fragilizava as tentativas do papa de conduzir a ação pastoral e reformadora do episcopado.

⁹ Convém sinalizar ao leitor que em relação aos documentos que ao longo deste trabalho serão apresentados e analisados, a escrita dos mesmos remete ao espanhol que era utilizado ao longo do século XVI. Deste modo, a grafia de algumas palavras se mostrará diferente ao serem comparadas com o espanhol contemporâneo.

Também foi permitido aos reis administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas. Em trechos da bula encontramos algumas das permissões que acabamos de elencar:

Concedemos [...] que ninguna iglesia, monasterio o lugar piadoso, tanto en los citados lugares e islas ya adquiridas, como en los que serán adquiridos, puedan ser erigidos o fundados sin el consentimiento de los citados reyes Fernando y Juana y sus sucesores en los reinos de León y Castilla.[...] Y les concedemos el derecho de Patronato y de presentar personas idóneas para las citadas iglesias Ayguacense Magüenense y Bayonense y cualquier otra iglesia metropolitana, catedral, monasterios y dignidades principales en las iglesias colegiadas, así como para cualquier otro beneficio eclesiástico y lugares piadosos, que resultaren vacantes en los dichos lugares e islas (JULIO II [1508], 2002, p. 127).

Essa concessão papal também não deixou de significar uma recompensa à fidelidade dos reis católicos à Igreja de Roma. Ou seja, em troca da preservação da fé assumida por esses reis, a Igreja buscou favorecer, conforme a bula, “la gloria, la belleza y tranquilidad de la citada isla y de los dichos reinos, cuyos reyes siempre fueron devotos y fieles a la Sede Apostólica” (JULIO II [1508], 2002, p. 127). Nessa esteira, John Elliot observa que este mecanismo acabou por conceder aos monarcas de Castela um poder sem precedentes, o que permitiu a eles se denominarem “vigários de Cristo” (ELLIOT, 2018, p. 296).

Para mais, Boxer (2007, p. 100) ainda ressalta que tais concessões significavam, na prática, que todo e qualquer religioso, independente se oriundo do clero regular ou do secular, somente poderia ser nomeado sob aprovação da Coroa. A Coroa só não tinha controle sobre as questões de dogma e doutrina. Em resumo, O *Patronato* permitiu a intervenção direta de Felipe II nos assuntos religiosos das suas possessões. Além disso, sobre tal mecanismo, determinante para o exercer o domínio sobre a população autóctone, Quijano (2005, p. 121) destaca que com isso, os colonizados tiveram as suas formas de produção de conhecimento, seu universo simbólico e seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade reprimidos. Para mais, esses indivíduos também foram forçados a aprender de forma parcial – e acrescentamos aqui gradativa – a cultura europeia de base cristã. Ou seja, “tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa” (QUIJANO, 2005, p. 121) foi considerado pelos colonizadores. Ademais, conforme Silva, “fixar uma

determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças” (SILVA, 2014, p. 83).

3. Relatos intervencionistas do monarca com base nas prerrogativas firmadas

Conhecemos, pois, o documento e o acordo que legitimou a intervenção de Felipe II na esfera eclesiástica. Após termos analisado a bula que autorizava os reis a fundarem igrejas, gerir a administração eclesiástica, entre outros pontos, vamos agora analisar como Felipe II se apropriou de tais concessões, no bojo desta política legitimada pelo *Patronato*. Dessa forma, evidenciamos que aqui o poder, a partir da perspectiva de Norberto Bobbio, é pensado especificamente como o domínio sobre outros homens, onde “um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento” (BOBBIO, 1998, p. 954). Dito de outra forma, “quem tem o poder de representar¹⁰ tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2014, p. 91). Assim sendo, eis uma declaração redigida pelo monarca datada de 1574.¹¹ Por mais que tenha sido algo destinado aos seus representantes do vice-reino da Nova Espanha,¹² podemos considerar que os encaminhamentos também se destinavam a todos os vice-reinados, guardadas as eventuais particularidades.

O primeiro ponto que chama a atenção é sobre a preservação do direito ao *Patronato*, em que o monarca deixou claro que tal privilégio, que era *in solidum* das Índias, fosse sempre reservado estritamente à Coroa, não podendo ser concedido ou passado a ninguém. Ficou restringido o uso deste mecanismo a qualquer pessoa que não o exercesse em favor da Coroa, por meio de sua autoridade e poder:

que ninguna persona secular ni eclesiástica, orden ni convento, religión, comunidad de cualquier estado, condición y calidad preeminencia que sean, judicial ni extrajudicialmente, por cualquier ocasión ó causa que sea, sea osado á se entremeter en cosa tocante á nuestro Patronazgo Real (DECLARACIÓN [1574], 2002, p. 372).

¹⁰ Tomando como base Stuart Hall, aqui Silva concebe a representação como um sistema de significação. Ver SILVA, 2014, p. 90.

¹¹ Declaración de Felipe II sobre las prerrogativas del patronazgo en las Indias. San Lorenzo el Real, 1.6.1574. Cf. Suess (2002, p. 372-374).

¹² Atual México.

A desobediência ou a não observância desta orientação levaria, no caso dos seculares, à perda das mercês, impossibilitando o recebimento de novas graças régias, podendo levar ainda ao desterro perpétuo do Reino. Nota-se também a mobilização das instâncias administrativas para a preservação do privilégio:

y los nuestros visorreyes, audiencias y justicias reales procedan con todo rigor contra los que así fueren y vinieren contra nuestro derecho é Patronazgo, procediendo de oficio, ó á pedimiento de nuestros fiscales, ó de cualquiera parte lo pidan, y en la ejecución dello se tenga mucha diligencia (DECLARACIÓN [1574], 2002, p. 372).

A declaração de Felipe II ainda dava instruções para o caso de vacâncias em vários espaços, como hospitais, igrejas ou ofícios eclesiásticos.

A administração dos sacramentos aos naturais também foi abordada na cédula. As orientações nesta temática foram destinadas àqueles religiosos que trabalhavam em espaços como as *doctrinas* e/ou os *repartimiento de índios*.¹³ A respeito das *doctrinas*, Josep Barnadas (2018, p. 529) nos diz que a elas cabiam as tarefas de civilização e proselitismo dos nativos, bem como o ensino das doutrinas cristãs a adultos e crianças. Em resumo, ficava a cargo das *doctrinas* organizar a vida social dos neófitos. A administração dos sacramentos foi muito enfatizada pelo rei, como vemos no trecho a seguir:

En las presentaciones y provisiones de todas las prelacías, dignidades y beneficios eclesiásticos, deseamos que sean presentados y proveídos los más beneméritos y que más y mejor se hubieren ocupado en la conversión de los indios é instruírlos en la doctrina cristiana y en la administración de los sacramentos; por tanto, encargamos mucho á los prelados diocesanos y á los de las órdenes y religiones y mandamos á nuestros visorreyes, presidentes y audiencias y gobernadores que en las nominaciones, presentaciones y provisiones que allá hubieren de hacer, según dicho es, en igualdad siempre prefieran en primero lugar á los que en vida y ejemplo se hubieren ocupado en la conversión de los indios y en los doctrinar y administrar los sacramentos (DECLARACIÓN [1574], 2002, p. 373).

Por que a ênfase na administração dos sacramentos aos naturais? Dentro deste período, o batismo era considerado a porta de entrada do neófito à fé católica. Por meio deste sacramento o nativo era acolhido na comunidade cristã e, na esteira

¹³ Sistema de exploração da mão de obra indígena realizada pelos colonizadores ao longo de um determinado período.

do *Patronato*, passava a se tornar membro do rebanho de Cristo e, no campo civil, se tornava súdito do rei espanhol. Em outras palavras, o batismo indicava uma pertença à Igreja e também ao Estado. Plaza Simón (2014, p. 272) analisa que a necessidade de ser cristão por meio do batismo, portanto, tenderá – ou tendeu – a se converter em uma necessidade também administrativa, com os propósitos da Igreja e do Estado se confluindo de forma decisiva. Isso nos leva a uma instituição ideológica ou cultural, expressão com a qual Plaza Simón (2014, p. 292) opera e que se refere àquela ideia capaz de alcançar um nível de projeção coletiva suficiente para influir na vida social. Nessa esteira, nos valendo da obra de Bobbio, ressaltamos a definição de poder ideológico, que contribui para a compreensão desse movimento feito pela administração régia. Nas palavras do referido autor, “o poder ideológico se baseia na influência que as ideias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consociados” (BOBBIO, 1998, p. 955).

No contexto do vice-reino do Peru, quando esta cédula foi emitida pelo monarca, o território vivenciava o período de implantação das diretrizes da segunda assembleia limense,¹⁴ sendo que dentre as suas orientações estava a recomendação de realizar o batismo dos naturais, uma vez que este sacramento, dentro do que ficou conhecida como a primeira evangelização, detinha um espaço de destaque em relação aos outros seis. A primeira evangelização, conforme Juan Carlos Estenssoro Fuchs (2003, p. 31), se iniciou no ano de 1532, com a chegada de Pizarro à região andina, e se encerrou no ano de 1583 com a promulgação das diretrizes da terceira assembleia limense.

Para o Estado espanhol, o batismo foi uma ferramenta que contribuiu para a burocratização do Estado, por meio dos censos que o rei solicitava, tanto é que dentre os decretos conciliares do período, alguns abordaram sobre o registro do nome dos batizados em um livro próprio para isso, como vemos a seguir:

¹⁴ Ocorrida entre os anos de 1567-68.

que los que se bautizan se escrivan en otro libro, poniendo nombre y sobre nombre del bautizado y de sus padres y del que le bautizó y de su aillo y parcialidad y del pueblo, señalando año y mes y día y la iglesia do que fue bautizado [...] (VARGAS UGARTE, 1951, p. 242).

Essa prática vinha sendo posta em curso desde fins do século XV e ganhou força com Felipe II a partir de meados de 1566 (PLAZA SIMÓN, 2014, p. 271-272). Para mais, “com a confessionalização pertencer à Igreja se iguala com pertencer ao Estado já que não só se desenvolvem paralelamente arquivos civis sólidos e a base censitária de uns e outros registros é a mesma” (PLAZA SIMÓN, 2014, p. 272).

Com efeito, percebemos que “os sacramentos se institucionalizam em atitudes sociais” (PLAZA SIMÓN, 2014, p. 269), uma vez que a partir do batismo o nativo americano deveria deixar as suas práticas, consideradas errôneas, e assumir o modo de viver europeu, se portar como um verdadeiro súdito do rei cristão. Ademais, “com esta forte influência do Estado na vida da Igreja, a monarquia tinha uma aguda percepção da importância de que esta assumia na sociedade e, por conseguinte, do peso estratégico que podia ter para a afirmação de sua própria autoridade” (PAIVA, 2008, p. 390).

O documento de 1574, portanto, não deixa de apresentar um disciplinamento para os religiosos a serviço da Coroa, orientados pelo rei. Tal disciplinamento acabava por recair também sobre os súditos. Por outro lado, observa-se uma centralização nas mãos do rei no tocante ao que seria posto em prática ou não no campo eclesiástico e como seria posto.

Passemos então a observar a intervenção do monarca no vice-reinado do Peru. Na segunda metade da década de 80 do século XVI, o vice-reino, no campo religioso, vivia um momento de consolidação do projeto evangelizador posto em curso desde o estabelecimento do *Patronato* na região andina da América do Sul. As diretrizes do Terceiro Concílio Provincial de Lima¹⁵ haviam sido promulgadas e,

¹⁵ Encontro realizado no vice-reino do Peru entre os anos de 1582-83 que contou com a presença de vários bispos de dioceses ligadas à Arquidiocese Metropolitana de Lima. O responsável pela convocação do encontro foi o arcebispo de Lima, Toribio de Mogrovejo.

após o encerramento da assembleia, os decretos precisavam da aprovação do soberano para serem postos em prática no território, o que ocorreu tempos depois.

No que tange à aprovação do rei sobre as questões relacionadas à Igreja no bojo do *Patronato*, o Conselho das Índias possuía um papel primordial. Órgão específico das questões ligadas ao Ultramar, era por ele que Felipe II exercia a sua política para as suas possessões situadas na América. Segundo Rodrigo Ceballos, o Conselho das Índias “era responsável pela produção de recomendações sobre as medidas a tomar nas possessões americanas, cabendo ao rei consultá-las” (CEBALLOS, 2009, p. 161). Para mais, Ronald Raminelli (2013, p. 32-33) destaca que o Conselho reunia funções de suprema corte de apelação, emitia pareceres e mantinha estreitos contatos com a Casa de Contratação de Sevilha.¹⁶ O Conselho das Índias, mesmo com a sua considerável independência, prestava obediência ao rei. Em outras palavras, podemos dizer que por meio do sistema de *Patronato* e do Conselho das Índias, que dentre suas funções também tinha responsabilidade sobre os assuntos da esfera religiosa, todo e qualquer assunto eclesiástico foi também tratado como assunto de interesse do Estado. A religião foi, assim, o ponto inicial da política do Estado, subordinando tudo a ela. Em resumo, Elliot analisa que o governo real na América era um governo real por consulta, “no sentido de que as decisões do rei eram tomadas com base em *consultas* que lhe deveriam ser enviadas pelo seu Conselho das Índias” (ELLIOT, 2018, p. 286). Tais consultas, segundo o historiador (ELLIOT, 2018, p. 287), eram atas formuladas a partir das discussões do Conselho, que vinham carregadas de uma série de recomendações.

De forma a melhor compreendermos a importância que o Conselho das Índias detinha dentro deste cenário, se faz relevante destacarmos que por meio de cédulas o monarca chegou a ordenar aos bispos da América espanhola que os documentos dos concílios provinciais ou sínodos, que eram encontros que ocorriam a nível diocesano, fossem enviados ao Conselho antes de serem publicados. Em uma

¹⁶ A Casa de Contratação de Sevilha, conforme Ceballos (2009, p. 161), era a responsável pela organização e controle do tráfego de homens, navios e mercadorias. Também era espaço de centralização de todo o comércio americano nas mãos de Castela.

dessas cédulas¹⁷ Felipe II, ao ter conhecimento de que alguns sínodos foram realizados por alguns prelados, tendo decretos acordados e ordenados de forma que feriam a jurisdição real, já que os mesmos não haviam sido aprovados pelo soberano, ordenou que as ações fossem feitas com extremo cuidado e prudência, sem causar escândalos e inconvenientes, sendo necessário o crivo do Conselho das Índias. E prescrevia aos prelados:

Por lo tanto yo les ruego y encargo que de aquí en adelante, cada vez y cuando hicieris sínodos en nuestros arzobispados y obispados, enviéis antes que a Nosotros al Consejo de las Indias para que, en lo visto, se provea lo que fuera conveniente y si hubieseis realizado algún sínodo, lo enviéis con el primer barco a nuestro Consejo (FELIPE II [1560], 2002, p. 150).

Os bispos foram notificados sobre o decreto do rei, ficando responsáveis de daquele momento em diante cumprirem fielmente as ordens reais. Com isso, o soberano mais uma vez fazia com que as decisões eclesíásticas não fugissem de sua autoridade e de seu domínio, por meio do poder que este exercia sobre a igreja através do Conselho.

Cabe dizer que a celebração de concílios provinciais¹⁸ foi muito impulsionada por Felipe II e foi parte constituinte de sua política para o Ultramar. Segundo Ángel Fernández Collado (1998, p. 448), tendo o monarca recebido os decretos do Concílio de Trento na Espanha em 13 de julho de 1564, a partir deste momento houve forte estímulo às celebrações dos concílios provinciais em seu reino – e também nas terras americanas sob sua jurisdição –, visando a construção de uma normativa básica e comum. Neste período os concílios provinciais buscaram pôr em prática as normas ditadas por Trento, observando e se adaptando, evidentemente, às realidades locais. Evidenciamos o que nos diz Federico Palomo sobre esta temática. Analisando questões ligadas à ação de Felipe II em Portugal quando da União

¹⁷ Felipe II a los prelados de América Española para que envíen los documentos sinodales al Consejo de Indias antes de publicarlos. Toledo, 31.8.1560. Cf. Suess (2002, p. 149-150).

¹⁸ Encontros convocados por um arcebispo e que contavam com a presença de bispos das dioceses ligadas à jurisdição daquela arquidiocese. A imposição da disciplina eclesíastica era um dos pontos principais discutidos nesses encontros. Os concílios provinciais também abordavam sobre a administração dos sacramentos, além de outros temas tidos como dignos de discussão pelo grupo reunido.

Ibérica (1580-1640),¹⁹ bem como a política sobre a igreja portuguesa impulsionada pelo soberano, o que contribui para a análise da presente pesquisa, Palomo destaca que

as celebrações conciliares e sinodais que, em quase todos os bispados e províncias eclesíásticas, tiveram lugar após o fechamento do Concílio de Trento respondiam à necessidade de incorporar os decretos estabelecidos na dita assembleia à legislação e realidades diocesanas, dando lugar, em muitos casos, à elaboração de novas constituições sinodais e provinciais (PALOMO, 2004, p. 83).

Os bispos, logo, possuíram um papel determinante para o êxito desse projeto político e religioso do monarca espanhol. Graças ao aparelho diocesano e às paróquias, a monarquia enxergou uma forma de penetração espacial, um canal privilegiado de comunicação no decorrer do período moderno que passava pela territorialização do poder episcopal (PAIVA, 2008, p. 391). Barnadas nos ajuda a compreender melhor a importância de uma diocese dentro deste contexto. A diocese,

em si mesma, constituía um centro administrativo autônomo, que cuidava de consagrações nomeações e do funcionamento judicial da Igreja. Entre outras coisas, era responsável pela obra missionária, pela legislação dentro do sínodo diocesano e pela instrução dos padres nos seminários (BARNADAS, 2018, p. 528).

Lembremos novamente que os prelados estavam totalmente subordinados à Coroa devido ao *Patronato*. Segundo Palomo (2008, p. 82), o poder episcopal foi um elemento insubstituível na política confessional assumida por Felipe II. Os bispos seriam os responsáveis por executarem as orientações do soberano, bem como zelar para o cumprimento das mesmas. Assim, foi preciso submetê-los à sua autoridade, pois “apenas com a total sujeição dos bispos poderia ser exercida sua autoridade e com isso, centralizar seu mando sobre igreja” (OLSON, 2021, p. 282). Outrossim, José Pedro Paiva (2008, p. 391) salienta que os bispos eram peças fulcrais que contribuíam para a afirmação da ordem e da própria autoridade régia em suas possessões. Estes

¹⁹ Período que em virtude de uma crise sucessória ao trono português, Felipe II ascendeu unificando as duas Coroas sob sua autoridade.

eram naturalmente pessoas da confiança dos soberanos, que facilmente reconheciam que os lugares que ocupavam, e cujo desempenho lhes fornecia consideráveis proventos [...], tinham origem no **arbítrio do monarca**, pelo que uma eventual promoção nas suas carreiras passava pela **manutenção de uma relação de fidelidade e submissão** a quem detinha o poder da mercê (PAIVA, 2008, p. 389).²⁰

Retomando a discussão sobre a situação do vice-reino em fins da década de 1580, o cenário local era de uma busca pela implementação das diretrizes conciliares, que também buscavam um disciplinamento social sobre a população local, indígenas e espanhóis. É dentro deste cenário que Felipe II enviou informações de como a Igreja deveria se organizar, atendendo às suas recomendações, uma vez que suas reformas e orientações não seriam somente uma imposição do catolicismo tradicional, como nos diz Olson. Mais que isso, suas recomendações contaram com “ações progressistas de reformas, que muitas vezes não estavam em consonância com Trento e a política papal, embora não negasse, em certos momentos, o apoio ao papado na hora de defender as fronteiras católicas” (OLSON, 2021, p. 282).

Além do explicitado no parágrafo anterior, podemos considerar que essas informações, ao chegarem ao conhecimento de outros indivíduos, não deixavam de mostrar como o poder político espanhol exercia os seus direitos sobre a Igreja. É nessa linha que se encaixam, a nosso ver, as correspondências redigidas por Felipe II²¹ a seus representantes localizados em Roma, local de onde “saíam as principais decisões teológicas, sobretudo depois do Concílio de Trento (1545-1563) (COSTA, 2020, p. 537).

O ano era o de 1587. Felipe II envia um conjunto de correspondências ao seu embaixador em Roma, o Conde de Olivares. Em relação aos embaixadores, Luciano Cesar da Costa argumenta que esses agentes “eram enviados para missões pontuais com períodos determinados e poucas potências mantinham embaixadas permanentes” (COSTA, 2021, p. 539), isso em função do início da construção das redes diplomáticas durante a época moderna. Peter Mainka (2022, p. 46) destaca que a Espanha passou a enviar emissários a diversos Estados europeus no último quarto

²⁰ Grifos nossos.

²¹ Doc. 20- Cartas de El Rey al Conde de Olivares, 1587 (VARGAS UGARTE. 1952, p. 201-203).

do século XVI, estabelecendo residência permanente nos locais. No caso de Roma, os emissários espanhóis passaram a ser enviados a partir de 1475.

A presença dos embaixadores em Roma também era importante por poderem sugerir, solicitar e até mesmo exercer algum controle sobre as decisões papais, uma vez que as potências do período – e destacamos aqui a Espanha – procuravam um local de maior destaque e reconhecimento neste cenário (COSTA, 2020, p. 538).

Ao nos debruçarmos sobre este documento, nos parece que a intenção do monarca foi esclarecer ao embaixador sobre o andamento da Igreja no vice-reinado, para que esse deixasse o papa ciente sobre a concretização de Trento no Ultramar. Vemos ainda as formas como o rei pôde intervir nas mesmas. Em missiva datada de fevereiro de 1587, o monarca relatou sobre a celebração do concílio realizado há quatro anos, que se reuniram “por autorización apostólica y orden mía en la ciudad de los Reyes de las Provincias del Perú” (EL REY [1587], 1952, p. 202). Assim, em 2 de dezembro de 1587, Felipe II escreveu a seu embaixador discorrendo sobre a ordem dada aos vice-reinos²² para a celebração dos concílios provinciais, que teriam como um dos principais cerne a incorporação das diretrizes do Concílio de Trento. As cópias dos decretos dos concílios provinciais foram enviadas em anexo com a carta para apreciação do Sumo Pontífice,

para que habiendo tenido por bien de verlos, ordene y determine como padre y Pastor Universal lo que más convenga, calificándolo con Su Santa correction porque, según la gran distancia que ay de aquellos Reinos a esa Corte, también lo sería la del tempo si se dilatase el despacho (EL REY [1587], 1952, p. 201-202).

Ressalta-se algumas questões que foram restringidas a participação do clero, como o envolvimento com o comércio, pois a “ocupación de tratos y mercancías es cosa indecente a la profesión y hábito sacerdotal, resulta en mucho daño y perjuicio de los indios, de quienes se sirven en todas sus granjerías con gran vejación y molestia de los mesmos indios” (EL REY [1587], 1952, p. 203). O monarca enfatizou que advertiria o grupo em questão com base nas determinações

²² Peru e Nova Espanha.

conciliares – por meio do seu Conselho das Índias, evidentemente –, cumprindo o que fora estabelecido, o que seria capaz de ocasionar o *buen gobierno* do vice-reinado (EL REY [1587], 1952, p. 203). Reformar o clero levaria à mudança dos leigos, com isso, o disciplinamento total da sociedade poderia se efetivar. Nas palavras de Olson, “reformatar os costumes significou, grosso modo, ajustar a conduta dos seres humanos a uma estreita disciplina que conduzia à virtude por cima de qualquer golpe de fortuna ou debilidades humanas” (OLSON, 2021, p. 281).

O que, então, Felipe II pretendia com o envio dessas informações à Roma? As considerações de Costa (2020, p. 538) nos ajudam a vislumbrar a razão, uma vez que Roma também era um centro político importante capaz de atrair as inúmeras potências europeias, inserindo-as em um complexo jogo cerimonial. Relembrando sobre importância dos embaixadores nesta localidade, “cada uma das potências procura[va] um local de maior destaque e reconhecimento” (COSTA, 2020, p. 538), já que “no sistema dos Estados nascentes, era da maior importância defender sua posição social na concorrência entre os Estados ou até conseguir ascender na hierarquia” (MAINKA, 2022, p. 48).

A ação de Felipe II de apresentar ao Papa como caminhava a Igreja no Ultramar, sob sua condução, não deixou de ser uma estratégia política para angariar mais prestígio em relação a outros Estados modernos, se colocando diante do papado como um defensor e difusor da fé católica. A busca por fazer se cumprir os decretos tridentinos, por exemplo, demonstra fidelidade aos acordos firmados, mesmo que visando as suas próprias pretensões.

4. Considerações Finais

Neste trabalho buscamos apresentar como Felipe II exerceu seu poder sobre elementos da esfera eclesiástica espanhola se valendo, em muitos casos, das mesmas para questões de caráter político. A imbricação entre o poder secular e o religioso foi determinante para o processo de submissão dos povos dominados no continente americano, sendo que por meio da confessionalização e da natureza do Estado

Confessional, como vimos, o poder secular se valeu de elementos da religião para atingir seus fins, objetivando e impondo certo disciplinamento sobre grupos e sobre a sociedade em geral. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Rui Rodrigues, que diz que “quem deseja compreender as condições de vida e as estruturas de pensamento da sociedade ocidental da época moderna não pode ignorar o fenômeno confessional” (RODRIGUES, 2017, p. 5) e os seus desdobramentos. Isso contribuiu para a imposição de um modelo que se ligou a aspectos culturais e ideológicos.

O *Patronato*, concedido pelo Sumo Pontífice aos reis ibéricos, foi o motor deste processo, pois este mecanismo “foi a legislação secular sobre os assuntos eclesiásticos, construída através de um processo de longas adaptações e negociações entre a Igreja e o Estado” (OLSON, 2021, p. 283). Felipe II não abriu mão, como vimos por meio da análise dos documentos, de sua autoridade. Suas ações ora tendiam para um disciplinamento, ora tendiam para a utilização e apropriação de elementos religiosos para implantar aspectos e anseios de caráter político. Por meio dessas intervenções, que na maioria das vezes contava com o auxílio dos bispos locais, a quem foram acrescentados os papéis de “conselheiros, vigilantes e executores das ordens reais emanadas da Corte” (ARMAS MEDINA, 1953, p. 114), o monarca reforçava a sua autoridade e domínio sobre a Igreja, que se tornava dependente dele. Dessa forma, estabeleceu-se uma relação de interdependência entre Igreja e Monarquia, sendo que o Conselho das Índias de representou a autoridade do monarca nas novas possessões, uma vez que “desde a Corte, por meio deste organismo, a hierarquia religiosa estava perfeitamente fiscalizada nos assuntos concernentes à sua administração espiritual” (ARMAS MEDINA, 1953, p. 113).

Em outras palavras, a gestão filipina não deixou também de mostrar a busca por uma preponderância política sobre os outros Estados modernos, por meio de um rei que não abria mão de sua autoridade na esfera religiosa, e a utilizava para atingir os seus fins.

REFERÊNCIAS

Fontes:

CARTAS DE EL REY AL CONDE DE OLIVARES. El Pardo, 02-12/1587. In: VARGAS UGARTE, Rubén. **Concilios Limenses (1551-1772)**. Tomo II. Lima: Tipografía Peruana, 1952.

DECLARACIÓN DE FELIPE II SOBRE LAS PRERROGATIVAS DEL PATRONAZGO EM LAS INDIAS. San Lorenzo el Real, 01/06/1574. In: SUESS, Paulo (org.). **La conquista espiritual de la América Española**. 200 Documentos. Siglos XVI. Madrid: Abya-Yala, 2002, p. 372-374.

FELIPE II A LOS PRELADOS DE AMERICA ESPAÑOLA PARA QUE ENVÍEN LOS DOCUMENTOS SINODALES AL CONSEJO DE INDIAS ANTES DE PUBLICARLOS. Toledo, 31/08/1560. In: SUESS, Paulo (org.). **La conquista espiritual de la América Española**. 200 Documentos. Siglos XVI. Madrid: Abya-Yala, 2002, p. 140-150.

UNIVERSALIS ECCLESIAE DE JULIO II (1503-1513), CONCEDE A LOS REYES DE ESPAÑA EXPLÍCITAMENTE EL DERECHO DEL PATRONAZGO SOBRE LA IGLESIA EN LAS TIERRAS AMERICANAS CONQUISTADAS. Roma, 28/07/1508. In: SUESS, Paulo (org.). **La conquista espiritual de la América Española**. 200 Documentos. Siglos XVI. Madrid: Abya-Yala, 2002, p. 127-128.

VARGAS UGARTE, Rubén. **Concilios Limenses (1551-1772)**. Tomo I. Lima: Tipografía Peruana, 1951.

Bibliografia:

ARMAS MEDIDA, Fernando de. **Cristianizacion del Peru (1532-1600)**. 1ª ed. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1953.

BARNADAS, Josep M. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, volume I. Trad. Maria Clara Cescato. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018, p. 521-552.

BOBBIO, Norberto. Política. In: _____. **Dicionário de Política**, vol. 2. Trad. João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 954-962.

BOXER, Charles R. Problemas de organização. In: _____. **A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 84-116.

CEBALLOS, Rodrigo. À margem do império: autoridades, negociações e conflitos-modos de governar na América espanhola (séculos XVI e XVII). In: **Sæculum-Revista de História**, nº 21, João Pessoa, p. 161-171, jul/dez 2009.

COLLADO, Ángel Fernández. “Felipe II y su mentalidad reformadora en el Concilio Provincial Toledano de 1565”. In: **Hispania Sacra**, v. 50, n. 102, Madrid, p. 447-466, 1998.

COSTA, Luciano Cesar da. “Roma: cidade eterna, o caminho dos embaixadores”. In: **Temporalidades**, v. 12, n. 1, Belo Horizonte, p. 536-549, Jan./Abr. 2020.

DESCENDRE, Romain. *Stato, Imperio, Dominio*: sobre a unidade das noções de Estado e de Império no século XVI. In: _____. **A politização do mundo**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 2015, p. 57-70.

ELLIOT, John H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina Colonial, volume I. Trad. Maria Clara Cescato. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018, p. 283-338.

ESTENSSORO FUCHS, Juan Carlos. El laberinto de la salvación. Silencios e ecos del discurso doctrinal. 1532-1565. In: _____. **Del paganismo a la santidad**: la incorporación de los indios del Perú al catolicismo, 1532-1750. Trad. Gabriela Ramos. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos; Instituto Riva Agüero, 2003, p. 31-46.

GOMES, Francisco José Silva. A Igreja e o poder: representações e discursos. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (org.). **A vida na Idade Média**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p. 33-60.

MAINKA, Peter Johann. “Diplomacia e Estado na primeira modernidade”. In: **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 89, São Paulo, p. 39-60, 2022.

NEDREDO DEL CERRO, Fernando. Evolución de las relaciones Iglesia-Estado. In: PEÑA, Antonio Luis Cortés (coordinator). **Historia del Catolicismo. III**- El Mundo Moderno. Madrid: Editorial Trotta, p. 367-413, 2006.

OLSON, Mariana Sarkis. “A política eclesiástica de Felipe II e a reforma dos costumes na Nova Espanha, século XVI”. In: **Ciclo Virtual Internacional de Comunicações de História Política- Semana de História Política da UERJ**. Rio de Janeiro, p. 281-290, 2021.

PAIVA, José Pedro. “O Estado na Igreja e a Igreja no Estado: contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)”. In: **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, p. 383-397, 2008.

PALOMO, Federico. “Para el sosiego y quietud del Reino. En torno a Felipe II y el poder eclesiástico en el Portugal de finales del siglo XVI”. In: **Hispania: revista española de Historia**, vol. 64, n. 216, Madrid, p. 63-94, 2004.

PLAZA SIMÓN, Pedro Miguel. “De la institucionalización de la ideología religiosa en la Edad Moderna: un nuevo concepto de la Historia Cultural”. In: **Espacio, Tiempo y Forma**, serie IV, Historia Moderna, n. 27, Madrid, p. 265-294, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMES, Santiago (orgs.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RAMINELLI, Ronald. **A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

RODRIGUES, Rui Luis. “Os processos de confessionalização e sua importância para a compreensão da história do Ocidente na primeira modernidade (1530-1650)”. In: **Tempo**, v. 23, n. 1, Niterói, p. 1-21, Jan./Abr. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

OS DIREITOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E À TERRA NA CONSTITUINTE DE 88: resenha de *Lugares de Origem* de Ailton Krenak e Yussef Campos¹

Mauro César de Castro Júnior²
Milena Pereira Macedo³

Artigo recebido em: 03/06/2022.
Artigo aceito em: 01/02/2023.

RESUMO:

A resenha caminha pelas rotas encantadas do livro *Lugares de Origem* (2021) de Ailton Krenak e Yussef Campos, que ofertam suas análises singulares quanto à questão do patrimônio cultural no Brasil. A relação com a obra estabeleceu-se por identificação política, filosófica, estética e poética, isto é, pelas reflexões potentes do texto. Tanto a leitura da obra quanto a resenha nos coloca em uma encruzilhada, na qual apreendemos os horizontes que constituíram, no episódio da Constituinte de 1988, as definições de patrimônio cultural e sua relação com lugar-território, a nosso ver, essenciais, e que precisam ser externalizados. As questões e conflitos da cultura, do patrimônio cultural, da memória e dos direitos dos povos originários fazem parte da discussão de *Lugares de Origem*.

¹ Trabalho orientado por Ana Laura Uba - Idealizadora e coordenadora do projeto editorial e arquivo virtual (RE)PENSA HUMANIDADE. Mestre no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, na linha: Poder, Linguagens e Instituição. Bolsista CAPES/CNPq 2021 - 2023 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É integrante do Grupo de Pesquisa em decolonialidade e História das Américas (GEDHA), Grupo de Pesquisa, Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígenas (NEABI); E-mail: analaurauba@me.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8347980571948410> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7130-754X>.

² Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e atualmente mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1043331022325553>; E-mail: mauro.castro@aluno.ufop.edu.br.

³ Licencianda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e integrante do núcleo de extensão (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional à descolonização e suspensão desta humanidade; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0573303029649177>; E-mail: milena.macedo@aluno.ufop.edu.br.

PALAVRAS-CHAVE: Constituinte; povos originários; patrimônio cultural; território.

THE RIGHTS TO CULTURAL HERITAGE AND LAND IN THE
CONSTITUENT ASSEMBLY 1988: review of *Lugares de Origem* by Ailton Krenak
and Yussef Campos

ABSTRACT:

This review walks through the enchanted routes of the book *Lugares de Origem* (2021) by Ailton Krenak and Yussef Campos, who offer their unique analysis on the issue of cultural heritage in Brazil. The relationship with the work was established by political, philosophical, aesthetic, and poetic identification, that is, by the powerful reflections in the text. Both the reading of the work and the review place us at a crossroads, where we apprehend the horizons that, in the 1988 Constituent Assembly, constituted the definitions of cultural heritage and its relation to place-territory, which, in our view, are essential and need to be externalized. The issues and conflicts of culture, cultural heritage, memory, and the rights of native peoples are part of the discussion of *Lugares de Origem*.

KEYWORDS: Constituent; native peoples; cultural heritage; territory.

1. Introdução

Ailton Krenak é um líder indígena do interior de Minas Gerais, da região do Rio Doce. É um quadro incontornável da história e da intelectualidade brasileiras. Yussef Campos é professor de História na Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisa, principalmente, patrimônio cultural. *Lugares de Origem* é um compêndio de encontros e conversas dos dois que, a princípio, eram apenas depoimentos de Ailton Krenak a Yussef Campos para a sua tese de doutorado.

Em 2021, porém, foi lançado como livro, junto a uma palestra de Krenak e alguns escritos de Campos. *Lugares de Origem* é organizado, então, em três partes respectivamente: Norma jurídica não é poesia; Territórios indígenas como lugares de origem; Ancestralidade e prospecção. O livro reúne debates sobre a questão do patrimônio cultural no Brasil a partir da Constituição de 1988, objeto de pesquisa de Yussef Campos.

Lugares de Origem, contudo, reúne diversas outras questões que extrapolam, aprofundam e cruzam a temática de pesquisa de Campos. O livro é suporte da cosmovisão ancestral de Ailton Krenak e trata, mais precisamente, do histórico da Constituinte de 1988 quanto ao tema do patrimônio cultural, bem como da eloquência retórica que ocorre nos debates sobre patrimônios culturais.

A origem da tese se transforma a partir do contato com Krenak, que constrói outros entendimentos e confronta noções binárias acerca de memória, materialidade e imaterialidade a partir do seu lugar de origem. Sem dúvida, a tese de Youssef Campos não foi a mesma depois do encontro com Krenak. Se, num primeiro momento, Ailton Krenak é tratado como fonte para o historiador, no processo e ao final da tese, ele se torna uma referência primordial.

2. A Constituinte de 1988 e os debates sobre patrimônio e território

Em *Lugares de origem* Krenak conta muitas histórias sobre uma de suas experiências na política institucional: a de deputado constituinte na Assembleia Nacional Constituinte em 1988. À época, os povos originários e outros segmentos da sociedade se mobilizaram em prol de novos direitos, como o direito ao patrimônio cultural, para construção da democracia brasileira após anos de ditadura no Brasil.

Ailton Krenak participou de algumas comissões na Constituinte, representando a União das Nações Indígenas (UNI), como a Subcomissão de Cultura e a de Negros e Indígenas, e lembra de outros congressistas da época, como Benedita da Silva, Florestan Fernandes, Marilena Chauí, Octávio Elísio e Sérgio Arouca, que tiveram presenças sensíveis e criativas para as demandas dos povos originários e outros direitos humanos, construindo ideias inovadoras e radicalmente democráticas para sociedade brasileira. Nas palavras de Ailton Krenak,

A nossa participação na Constituinte foi muito rica e reflexiva porque a gente estava ao mesmo tempo descobrindo novos direitos, projetando para o futuro esses novos direitos e, na verdade, inventando novas dimensões de mundo, novos lugares de vivência de exercício da cultura e da subjetividade. (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 14).

Lideranças como Ailton Krenak construíram a Constituição de 1988 de forma sofisticada, com visões inteligentes para democracia e construção de direitos. No que se refere ao patrimônio cultural, foi nesse momento que o Estado brasileiro passou a lidar com os termos patrimônio material e imaterial. Passou a reconhecer que “os humanos não são só portadores de necessidades materiais, mas são reconhecidamente seres criativos, criadores e portadores de dons transcendentés” (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 28).

No entanto, como também afirma Krenak, “norma jurídica não é poesia”. Toda sua experiência na Constituinte é marcada pelo racismo estrutural que cerceia a participação dos povos originários na política institucional. Não à toa, desde que o cacique xavante Mário Juruna deixou o Congresso Nacional em 1987 e mesmo após a Constituinte de 1988, apenas em 2018 foi eleita uma deputada federal indígena, Joênia Wapichana. Agora, em 2022, bravamente foram eleitas Célia Xakriabá e Sônia Guajajara deputadas federais, além da criação histórica do Ministério dos Povos Indígenas.

Apesar de ter sido um espaço de debates sofisticados e importantes, a Constituinte não se esquivou da reprodução da lógica colonial da política institucional. Como conta Krenak em entrevista a Campos, muito do que tinha sido formulado anteriormente pelas Subcomissões foi alterado ou suprimido, principalmente em termos de conteúdo quanto aos conceitos de patrimônio e lugar-território, devido a jogos políticos de outros deputados da época.

Foi uma longa luta para estabelecer princípios óbvios para os povos originários, como o direito à terra, mesmo com os boicotes racistas e do agronegócio. Um exemplo é o artigo 231, inciso primeiro, que define as terras indígenas:

O texto apresentado era “são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições e do seu

patrimônio cultural”. O termo em destaque foi suprimido [...] pelo então deputado federal Ruben Branquinho do PMDB do Acre. (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 86).

O relato de Krenak conta como a Assembleia Nacional Constituinte implicou uma dissociação dos conceitos lugar-território das práticas e bens culturais, que compõem o patrimônio cultural. Ao esvaziar a dimensão política e cultural do conceito de lugar e território, a Constituinte criou um gargalo quanto à efetivação do direito à posse das terras indígenas e quilombolas. E isso reflete na história democrática do Brasil com a violação dos territórios e direitos indígenas.

Yussef evidencia como, por um lado, a Constituinte avançou em reconhecer culturas até então excluídas das políticas públicas voltadas para o patrimônio, e, de outro lado, buscou separar os direitos culturais dos direitos à terra (CAMPOS, 2018). E, com isso, ignora que o conceito de lugar é dotado de perspectivas políticas, culturais e históricas.

3. Considerações finais

Lugares de Origem oferece a visão de Krenak sobre patrimônio, cultura e memória para aqueles que aceitam o convite à construção de outra mentalidade e sensibilidade histórica. Nesse sentido, acredito ser uma importante publicação para História disciplinar, pois vence-demanda e transgride as noções coloniais e eurocêntricas sobre categorias como tempo, memória, cultura e patrimônio.

Segundo Yussef Campos, em um de seus primeiros encontros com Krenak, ele afirmou que a questão do patrimônio, sobre a qual debruçava em sua tese, é extremamente mercantilista e capitalista. E, a partir dessa encruzilhada, Krenak constrói outros entendimentos possíveis sobre patrimônio.

Sejam objetos, ferramentas, artefatos, manifestações, cânticos, saberes, hábitos ou o que for, antes de se tornarem patrimônio de acordo com a lógica hegemônica ocidental da monocultura, esses elementos são recursos inerentes do dia a dia, que frui na vida cotidiana das pessoas de acordo com suas cosmovisões. Usando o exemplo do povo Wajãpi,

em algum momento do final da década de 1990, começaram a se tocar que eles tinham como expressões da sua cultura material e imaterial. [Eles perceberam também] que esses objetos da cultura, esses recursos da cultura que eram, ao mesmo tempo, artefatos do seu cotidiano, eram também suporte de visões e de conhecimentos deles que são intangíveis. (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 26)

Krenak também conta sobre a ampliação do conceito de patrimônio, com base no artigo 216 da Constituição, para considerar a imaterialidade de alguns campos de criação e produção cultural e não apenas a produção material. A noção de patrimônio imaterial é fundamental para desconstruir a implicação da memória como objeto ou como escultura de “pedra e cal” que deve ser guardado a sete chaves, transformando os bens culturais em bens de consumo da lógica capitalista.

Nesse sentido, é evidente a relação que os povos originários mantêm com sua cultura, memória, identidade e lugar-território. São visões intangíveis para mentalidade colonial e têm a ver com a manutenção de suas existências nos seus e a partir dos seus lugares de origem. E, certamente, a salvaguarda, a preservação e a conservação, por meio do direito ao patrimônio cultural e da garantia de propriedade das terras, são cruciais para manter a existência e a transmissão cultural dos povos originários.

Como aponta Krenak, isso que ocorreu com o manto Tupinambá é genocídio e etnocídio - e epistemicídio, nos termos de Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2005). Não é a morte física propriamente, mas o esvaziamento do sentido da vida das pessoas por sequestrar o significado da criação dessa cultura, seus valores próprios comunitários e suas perspectivas de mundo.

Nesse sentido, durante as três partes do livro são ampliados os horizontes para (re)pensar a epistemologia eurocêntrica, branca e hegemônica e construir um outro pensar histórico. Especialmente para História, que em seu cerne debate sobre a cultura, a memória e o patrimônio. Krenak nos coloca na posição de insubordinar o arranjo epistêmico e cultural da sociedade colonial, racista e capitalista para pensar outras cosmologias e cosmogonias que não ataquem e violem os povos originários, a população negra, as comunidades e os conhecimentos tradicionais do Brasil.

O presente é a ancestralidade, como admite Ailton Krenak e Yussef Campos em *Lugares de Origem*. É a ancestralidade que autoriza, legitima e certifica os questionamentos da prescrição da ordem eurocêntrica para formação da ordem social do Brasil, calcada no colonialismo e no racismo. Ailton Krenak lembra do rio Doce, o Watu, que para os Krenak é o seu avô. O rio Doce é um membro da família, da vida e da alimentação. Um ser, a própria memória viva ancestral que sustenta a comunidade (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 100).

“Se relacionarmos os discursos sobre o patrimônio e a preservação de nossos recursos naturais, encontraremos, via de regra, eloquência retórica” (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 101). Observando, por exemplo, o caso do crime cometido pela mineração da Samarco, da Vale e da BHP, o maior crime ambiental da história do Brasil, para sociedade do lucro, da monocultura e do antropoceno, não há punição. Afinal, que capitalista se preocupa com a vida de um rio?

Ainda que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) patrimonializem e protejam determinados patrimônios, inclusive patrimônios naturais, ainda cabe questionar, como faz Campos (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 103): “por que estão sendo destruídos? Quem poderia protegê-los? De que serve o reconhecimento como patrimônios não só brasileiros, como mundiais?”.

A final do livro, os autores tecem prospecções sobre a relação ser humano, patrimônio e história. Nos últimos cinco anos vêm-se intensificando e evidenciando como o Estado e o mercado são cúmplices, autores e artífices de destruições criminosas contra o meio ambiente, das grilagens, da invasão de terras, do agronegócio, das queimadas, da repressão à agricultura familiar, dos genocídios indígenas, das violências contra quilombolas, da crise climática e da crise alimentar. É nesse tom que Yussef Campos finaliza o livro, colocando a área do patrimônio de frente a questões urgentes do nosso tempo:

Assim, penso que as ações de patrimonialização não são simples panaceias. Devem ser meios de promoção desses biomas, de instrumentalização de políticas públicas de proteção, de aplicação de penalidades eficazes e efetivas. Infelizmente, hoje no Brasil, não é a isso que se assiste. Só há grilos e gafanhotos. (CAMPOS & KRENAK, 2021, p. 106)

Lugares de Origem nos convida a retomar e reconhecer nossos lugares de origem, a aprender com a ancestralidade do nosso presente para ampliarmos nossos horizontes. O livro possibilita uma reflexão crítica, decolonial, sobre patrimônio, memória e cultura para uma sociedade do bem-viver, para uma nova convivialidade, para uma outra humanidade e outra mentalidade histórica. É um livro basilar para História e Ciências Sociais, que colabora para a construção do pensamento crítico e transformador de quem o lê.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Yussef & KRENAK, Ailton. **Lugares de Origem**. São Paulo, Jandaíra, 2021.

CAMPOS, Yussef. Os conceitos de lugar e território na composição do Patrimônio Cultural: Quilombos e terras indígenas na Constituição Federal brasileira. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 99 - 114, jul./set. 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 27 abr. 2023. Disponível: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/aconstruc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>

O MAIOR REVOLUCIONÁRIO DAS AMÉRICAS: a vida épica de Toussaint Louverture, de Sudhir Hazareesingh (2021)

Igor Tostes Fiorezzi¹

SUDHIR, Hazareesingh. **O maior revolucionário das Américas**: a vida épica de Toussaint Louverture. Tradução Berilo Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Artigo recebido em: 25/10/2022.

Artigo aceito em: 01/02/2023.

RESUMO:

“O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture”, de Sudhir Hazareesingh, trata da vida do principal líder da Revolução Haitiana. Essa resenha analisa, em um primeiro momento, o argumento principal da obra. Em um segundo momento, volta-se para o debate entre ela e a historiografia da Revolução Haitiana. Por fim, a resenha tenta analisar de que forma a obra incorpora os conceitos historiográficos de estrutura, evento e agência.

PALAVRAS-CHAVE: Toussaint Louverture; Revolução Haitiana; Estrutura; Evento; Agência.

BLACK SPARTACUS: the epic life of Toussaint Louverture, by Sudhir
Hazareesingh (2021)

ABSTRACT:

“Black Spartacus: the epic life of Toussaint Louverture” by Sudhir Hazareesingh, tells the life of the main leader of the Haitian Revolution. This review analyzes, at first, the main argument of the work. Then, it turns to the debate between it and the historiography of Haitian Revolution. Finally, the review tries to analyze how the work incorporates the historiographical concepts of structure, event, and agency.

KEYWORDS: Toussaint Louverture; Haitian Revolution; Structure; Event; Agency.

¹ Bacharel em Direito (FD-USP) e Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5944027653643613>; ORCID: 0000-0003-4073-2057; E-mail: igor.tostesfiorezzi@gmail.com. Membro do GEBRICS/USP.

A obra “O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture”, de Sudhir Hazareesingh foi publicada no Brasil em 2021. Ela traz a biografia de Toussaint Louverture, escravizado que viria a se tornar líder da Revolução Haitiana. Baseado em ampla pesquisa documental de fontes primárias provenientes de arquivos de franceses, britânicos, americanos e espanhóis, o autor tem como objetivo jogar novas luzes sobre a vida da personagem, seu pensamento e ação. A leitura tem como público-alvo não apenas pesquisadores voltados à história política e à escravidão, mas também alunos dos anos iniciais de História e outros leitores em geral, interessados por História Global e processos revolucionários.

Essa resenha voltar-se-á à análise da obra em três momentos. Em um primeiro deles, trataremos de investigar o seu argumento central. Posteriormente, tratar-se-á da historiografia pertinente, de autoria de C. R. L. James, Carolyn Fick e Edmund Morgan. Ao final, serão feitas algumas considerações à luz dos conceitos historiográficos de estrutura, evento e agência, teorizados por Koselleck e Sewell.

O argumento principal da biografia parece ser reconstruir a imagem de Louverture enquanto personagem central da Revolução Haitiana. O autor dá ênfase à originalidade de seu pensamento e à individualidade de sua ação, destacando suas qualidades pessoais de liderança e ação, bem como seu senso de fraternidade, seus ideais republicanos e sua ética religiosa. A ênfase recai, sobretudo, na sagacidade e na habilidade diplomática e destreza para virar situações a seu favor. Também é frequente o destaque à originalidade de seu pensamento, com intuito de sublinhar as influências locais – caribenhas e africanas – na construção de suas estratégias políticas e militares.

Embora isso esteja presente em toda a obra, trataremos com mais detalhe dos eventos narrados durante o processo constitucional de 1801. É certo que o autor entende que Louverture, à época da elaboração da Constituição, não pretendia romper com a França metropolitana, mas, pelo contrário estreitar seus laços com ela. Na sua interpretação, a premissa para a elaboração do texto constitucional foi

uma subversão da Constituição de 22 de setembro, inserindo a jurisdição das colônias em um “limbo jurídico”. Esse teria sido estrategicamente aproveitado por Louverture para atender aos objetivos coloniais, o que consiste, no argumento do autor, em uma prova de sua originalidade e individualidade (HAZAREESINGH, 2021, p. 310-12).

De início, o autor argumenta que, mediante as múltiplas interpretações desse processo constitucional, a historiografia deixou de lado o dinamismo do pensamento de Louverture. Todavia, essa suposta capacidade de Louverture é contradita em seguida, em que se relata que Louverture seguiu “ao pé da letra” as propostas do comissário Raimond (HAZAREESINGH, 2021, p. 311-4), enviado metropolitano, para guiar seu próprio processo constitucional. No mesmo sentido, o autor revela que boa parte do interesse social colocado por Louverture no texto constitucional foi tirado de Rousseau (HAZAREESINGH, 2021, p. 325), o que também contraria, em alguma medida, a originalidade de seus ideais republicanos.

Dito esse primeiro ponto, cabe-nos passar ao centro das discussões desse debate, que parece ser a questão da liberdade e da cidadania na Constituição Louverturiana. A obra nos traz argumentos frequentes de ética republicana, de valores de proteção, humanidade, redenção, perdão e retidão do governador haitiano. A escolha de fontes documentais foi estratégica nesse sentido, pois foram selecionados depoimentos que corroboram com vigor a construção desses traços da personalidade de Louverture (HAZAREESINGH, 2021, p. 320-1).

Assim, parece que se adota o ponto de vista de que a Constituição foi completamente motivada por “cálculos políticos racionais” de Louverture. O artigo 3 do texto constitucional abolia a escravidão e colocava a liberdade como uma qualidade inerente aos homens e mulheres da colônia. Essa narrativa relata ainda que, durante o jantar em homenagem à nova Constituição, Louverture brilhava de contentamento, porque negros e brancos sentavam juntos, em igualdade, supondo por si que a servidão nas plantations jamais voltasse a existir. Esse episódio ilustra

bem o argumento do autor de que havia um “pluralismo social” entre as elites brancas e o exército negro. Para o autor, Louverture foi o responsável por conferir uma abordagem mais colonial às próprias leis metropolitanas, defendendo uma cidadania ativa, com base no exercício de virtudes, de princípios morais e da religião (HAZAREESINGH, 2021, p. 324-42).

Contrariando essa narrativa, parece interessante o fato, revelado pelo autor, de que Louverture era, na verdade, o “único negro” a participar da Assembleia Constituinte (HAZAREESINGH, 2021, p. 314). Não obstante esse fato, que pode ser facilmente contornado e explicado, é a cláusula constitucional, equiparando liberdade colonial à “francesidade”, o alvo das discussões historiográficas (HAZAREESINGH, 2021, p. 340).

Essa discussão deve ser compreendida dentro de um quadro mais amplo de outras obras sobre a Revolução Haitiana. Talvez a obra de maior destaque, nesse sentido, seja “Os jacobinos negros” (1938), de C. L. R. James. Segundo o próprio autor, James ressalta a importância da mobilização coletiva contra a escravidão na política de Saint-Domingue, trazendo Louverture como seu principal elemento e enfatizando a interdependência entre a revolução metropolitana e a colonial. Apesar disso, James, criticado por Hazareesingh, teria minimizado a autonomia local na definição do pensamento político Louverturiano, dando excessiva ênfase às ideias e políticas europeias (HAZAREESINGH, 2021, p. 23-4).

Outra contribuição importante para compreender o conceito de liberdade foi trazida por Morgan. Esse, embora trate da escravidão norte-americana, é interessante para compreender a crise do sistema colonial no caribe inglês e sua relação com o caribe francês, em seu *Slavery and Freedom* (1972). O autor, revendo sua posição, passa a enxergar a escravidão como base formadora da sociedade norte-americana. Um dos argumentos de Morgan (2000) é de que a independência americana foi articulada por intelectuais da Virgínia, uma colônia profundamente escravista.

O ponto central, em Morgan, é discutir o conceito de Jefferson de liberdade, que equivaleria à propriedade de terra e aversão às dívidas, deixando de lado a noção de trabalhado assalariado. Para Morgan, a escravidão negra substituiu a escravidão por servidão de brancos endividados. E foi esse fato que produziu um senso de igualdade entre brancos libertos e grandes senhores, gerando uma aproximação entre a Virgínia e os ideais de participação política da Nova Inglaterra (MORGAN, 2000).

Essa distinção entre diferentes teorizações acerca da noção de liberdade é mencionada e bem elaborada por Carolyn Fick. A autora publicou o seu “The Making of Haiti” em 1991. Para o autor do livro resenhado, em Fick, Louverture é elaborado como uma figura marginal da resistência popular, que tem como foco os escravizados *marrons* (HAZAREESINGH, 2021, p. 25). Apesar dessa crítica, Fick é quem parece melhor discute os conceitos de cidadania e liberdade na Revolução Haitiana. Ela nos propõe uma oposição entre a cidadania plena – de caráter militar – e a noção de “cidadania de plantation”.

Em sua leitura, a Revolução Haitiana se coloca como uma luta de classes, pela qual perpassam diferentes projetos de emancipação. Para os escravizados, a emancipação é uma autoemancipação que garantiria o acesso à terra. Já para os administradores franceses, a liberdade implicaria a obrigação de trabalhar nas plantations. A “cidadania de plantation”, portanto, se constituiria como resposta metropolitana à rebelião, invertendo o jogo, com intuito de garantir o trabalho forçado nas plantations apesar da abolição. Nesse jogo, Louverture é um mero executor da ordem francesa (FICK, 2004).

Hazareesingh, por sua vez, apenas menciona o sistema de plantations coercitivo, descrevendo que os mais beneficiados não eram os negros, mas sim os empresários britânicos e americanos. O autor tenta se afastar das críticas ao mencionar que esse sistema não é suficiente para negar o ideal de fraternidade e os valores de Louverture, uma vez que essa política agrária tinha como objetivo claro

defender as conquistas da colônia e o bem comum, indo contra a destruição da capacidade produtiva (HAZAREESINGH, 2021, p. 333-42).

Feitas essas considerações, cabe destacar a atualidade desse debate, dentro do qual se insere a obra resenhada. Para melhor recuperá-lo, a obra talvez deveria se afastar mais da idealização acerca dos traços e dos valores Louverturiano, trazendo mais próximos de si os conceitos historiográficos de estrutura, evento e agência, úteis ao tipo de análise proposto.

No caso das estruturas, Koselleck as entende como categorias de média e longa duração, dotadas de maior temporalidade do que os eventos. Segundo ele, estrutura e evento remetem um ao outro, embora não se confundam. As estruturas fornecem as condições de possibilidades para eventos, enquanto esses são o pressuposto para proposições e modificações estruturais. Dessa forma, estrutura e evento condicionam-se reciprocamente, sem, no entanto, fundirem-se (KOSELLECK, 2007, p. 135-40). Uma outra definição de estrutura que nos interessa é elaborada por Sewell. Ele entende que as estruturas são formadas por esquemas e recursos. Os esquemas são constituídos de procedimentos generalizáveis aplicados ou estendidos a uma grande variedade de contextos. Esse atributo de transponibilidade é essencial aos esquemas, pois permite a sua transposição a novas situações quando haja oportunidade (SEWELL, 2017, p. 139).

Na biografia de Hazareesingh, o diálogo entre estrutura e evento existe, embora não seja o ponto focal de suas análises, pelo menos em parte da obra. A exemplo disso, o processo constitucional de 1801 parece ser tratado de forma bastante isolada em relação aos debates e disputas políticas constitucionais norte-americanos e mesmo em relação àqueles processos que tiveram lugar na França metropolitana no final do século XVIII.

Sewell ainda coloca como parte integrante das estruturas os recursos. Nessa definição, os recursos são os meios reais pelos quais a capacidade transformadora é empregada como poder. A ativação desses elementos materiais

como recursos – isto é, a determinação de seu valor e poder social – depende dos esquemas sociais (SEWELL, 2017, p. 140-3). Sobre os recursos, é interessante notar o que Sewell coloca como “imprevisibilidade da acumulação de recursos”. Esse conceito revela que a utilização dos recursos pelos agentes, enquanto consequência da execução dos esquemas, não é totalmente previsível. Por exemplo, um ataque de cavalaria bem-sucedido em um novo território pode alterar os planos de batalhas e campanhas subsequentes (SEWELL, 2017, p. 148-9). Sem levar em conta esse conceito, Hazareesingh parece narrar um processo constitucional no qual a Constituição fora mera elaboração quase perfeita dos “cálculos políticos racionais” de Louverture (HAZAREESINGH, 2021, p. 339).

Essas considerações dialogam, por fim, com a noção de agência, também investigada teorizada por Sewell. Em sua elaboração, agência é a capacidade de transpor os esquemas da estrutura a novos contextos. Ser agente corresponde ao exercício de algum grau de controle sobre as relações sociais nas quais se está imerso, com habilidade para transformar aquelas relações sociais (SEWELL, 2017, p. 148-50).

A agência humana, em Sewell, é o que sustenta e reproduz as estruturas. Mas, não somente, a agência também tem potencial para ser inventiva e inovadora, tornando possível a modificação das estruturas, por meio de transposições de esquemas e remobilizações de recursos. Nessa definição, a capacidade para agência é inerente a todo ser humano. No entanto, a forma de agência está delimitada pelo número e tipo dos esquemas culturais e dos recursos culturais disponíveis. Essa forma é cultural e historicamente determinada. A agência ainda é, ao mesmo tempo, coletiva e individual, uma vez que os atos de transpor esquemas e mobilizar recursos são sempre atos de comunicação com outros (SEWELL, 2017, p. 151-8).

De posse dessas ideias, parece bastante possível dizer que Louverture teve inegável agência nos inúmeros eventos narrados. A agência de Louverture é nítida inclusive do ponto de vista interno da Saint-Domingue colonial, organizando a

administração e lidando com os trabalhadores das plantations. No entanto, a obra parece enfatizar as características pessoais do líder, seu senso de fraternidade, sua ética religiosa e suas virtudes. Talvez, teria sido útil situar a agência de Louverture dentro dos limites histórico-culturais da estrutura na qual ela se insere, afastando-se de uma abordagem muito pessoalizada.

Sendo assim, a obra teria muito a ganhar se trouxesse mais argumentos que contribuíssem para o debate sobre as múltiplas acepções de liberdade, presentes na historiografia de Morgan, James e Fick. Além disso, seria interessante trazer uma perspectiva mais historicizada dos traços e dos valores pessoais do biografado, considerando as relações de condicionamento mútuo entre eventos e estruturas, bem como as suas consequências disso para a formação da agência em suas dimensões coletivas e estruturais.

Seja como for, é possível dizer que a obra dá sua principal contribuição ao campo historiográfico não apenas por representar um notável exemplo de minuciosa pesquisa em arquivos. Ela é também capaz de mostrar o paralelo existente entre a história de longa duração e os eventos de temporalidades menores. Da mesma maneira, a sua narrativa também trata das relações entre o que se coloca como história política nacional e aquilo que está mais próximo da esfera de ação individual de um sujeito.

REFERÊNCIAS

FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 26, n. 2, p. 359-361, mai./ago. 2004.

HAZAREESINGH, Sudhir. **O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture**. Tradução Berilo Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2007, p. 133-145.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 121-150, abr. 2000.

SEWELL, William Hamilton. Uma teoria da estrutura: dualidade, ação e transformação. In: SEWELL, William Hamilton. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Tradução Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017, p. 132-158.

ENTREVISTA

PAISAGENS EM PERSPECTIVA: aspectos sociais e possibilidades de pesquisa, entrevista com a prof^a Dr^a Dora Shellard Corrêa

Entrevista concedida à Equipe editorial da Revista Espacialidades¹

Entrevista recebida em: 30/05/2023.

Aceita em: 02/06/2023.

Espacialidades: Professora Dora Shellard gostaríamos de iniciar esta entrevista dizendo que é um imenso prazer contar com a sua participação em um dos volumes da Espacialidades. Em primeiro lugar, gostaríamos que a sra. apresentasse um pouco da sua formação acadêmica, destacando as circunstâncias que a levaram a se dedicar ao campo da história ambiental.

Dora: Eu sou mestre e doutora em história econômica. A pós-graduação em história ambiental é muito recente no Brasil e são poucos os programas. Uma parte da história econômica sempre tratou da ocupação e exploração do espaço físico. Eu entrei justamente com a proposta de discutir o processo de implantação e desenvolvimento de um núcleo de colonização oficial estabelecido em terras devolutas no sudoeste paulista, próximo à fronteira com o estado do Paraná. Na mesma época passei um ano acadêmico na Indiana University sob orientação de um professor da área de antropologia ecológica que pesquisa a Amazônia, prof. Emílio

¹ A equipe editorial da Revista Espacialidades (formação do volume 19.1) é composta por: Editora Responsável Dr^a Fabíula Sevilha; Editores: Andressa Freitas dos Santos, Douglas André Gonçalves Cavalheiro, Emmily Keturyn Moreira da Paschoa, Francisco Leandro Duarte Pinheiro, Guilherme Garcia Galego, Luana Barros de Azevedo, Luíza Vieira Cavalcanti, Italo Leonardo de Lima Queiroz, e Talita Alves da Cruz.

Moran. Quando voltei ao Brasil, continuei o mestrado, mas também fui trabalhar no Conselho Estadual do Meio Ambiente com diagnósticos das recém-criadas Áreas de Proteção Ambiental de São Paulo. Eu fazia a descrição da ocupação econômica e social dessas áreas. Entrei depois no Instituto Butantã, porém continuei a participar de trabalhos de diagnósticos ambientais e Estudos de Impacto Ambiental - EIA RIMAs.

Quando entrei no doutorado a produção em história ambiental nos Estados Unidos estava crescendo. No Brasil havia pouquíssimos pesquisadores que se afirmavam como historiadores ambientais. Jozimar Paes de Almeida estava publicando o seu mestrado em história das ciências “A extinção do arco-íris. Ecologia e História” e José Augusto Pádua organizando um livro “Ecologia e política no Brasil” com um capítulo seu intitulado “Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil”. Estava sendo traduzido o primeiro livro de Warren Dean em história ambiental, *A luta pela Borracha no Brasil*. Passei a entrar mais a fundo nessas leituras, na análise de como a nossa historiografia abordou o meio ambiente. Comecei a ter um diálogo maior com esses historiadores que estavam colocando o espaço físico no centro de suas atenções. Quando acabei o doutorado já estávamos organizando simpósios temáticos relacionados ao tema história e meio ambiente.

Mas a produção atual em história ambiental no Brasil vem se diversificando muito e está concentrada especialmente no século XX e XXI, o que não é o meu caso e de outros acadêmicos. Uma parte substantiva dela comunica-se particularmente com a ciências ambientais, assumindo algumas de suas conceituações. O meu diálogo caminha especialmente pela geografia cultural e história cultural, história das populações indígenas, antropologia cultural e arqueologia. Porém, como me aconselhou uma vez um professor, sem esquecer que a minha formação inicial foi em história e escrevo história.

Há uma especialidade da história cultural denominada “história da paisagem”. Vários pesquisadores envolvidos nessa especialidade se inscrevem em Simpósio

Temáticos ligados à história ambiental. Nos questionam se o que fazem é história ambiental. Não sei dizer. Eu considero que as minhas pesquisas estão dentro da história ambiental, porque eu discuto com os trabalhos acadêmicos em história ambiental, com o movimento ambientalista, com os debates e as medidas legais relacionadas à questão ambiental.

Espacialidades: Qual a importância do conceito de paisagem no conjunto da produção historiográfica brasileira? Em geral, as pesquisas levam em conta a questão do espaço geográfico e da paisagem ou se trata de uma preocupação ainda circunscrita à história ambiental?

Dora: Antes de iniciar, cabe adiantar que quando falo “paisagem natural” me refiro a cenários onde predomina animais e vegetação, uma vista campestre e não urbana. Ou seja, paisagem natural nada tem a haver com natureza primitiva, não transformada. Como está ressaltado no título do livro de Antonio Carlos Diegues a natureza intocada é um mito. No Brasil, talvez seja um dos resquícios da visão do Paraíso como sugeriu Sérgio Buarque de Holanda lá na década de 1950.

Nós temos uma produção relevante sobre o tema paisagem, mas especialmente ligado à história cultural. A discussão historiográfica sobre a noção de paisagem dentro da história ambiental brasileira parte majoritariamente das ciências ambientais, da geografia em particular. São poucos os que se aventuram a analisar o conceito em si ao longo do tempo, observando suas transformações quanto aos significados e usos da palavra. Paisagem no renascimento, quando o termo é criado, até o século XVIII, denotava um gênero da pintura, como o retrato por exemplo. Não se confundia com vista, ou com o conjunto de formas naturais existentes à frente do observador. Um significado que se transforma ao longo do século XIX. No início desse século Alexander Von Humboldt defendeu a pertinência de paisagem como um conceito fundamental para os estudos geográficos.

A descrição dos espaços físicos por onde a ocupação colonial vai acontecendo é antiga na historiografia brasileira. Já a encontramos em Adolfo Varnhagen na

segunda metade do século XIX e em Capistrano de Abreu na passagem para o século XX. A influência de Varnhagen é percebida em *Evolução Política do Brasil* (1933), mas especialmente em *Formação Política do Brasil* (1942) de Caio Prado Júnior. Sérgio Buarque de Holanda particularmente em *Monções e Caminhos e Fronteiras* repete alguns detalhes de descrições de Capistrano em *Caminhos Coloniais*, porém fazendo pequenas alterações, criando uma imagem diversa. Um outro autor dessa geração que começou a escrever e publicar pela década de 1930 e que também abordou o meio físico, foi Gilberto Freyre em “*Casa Grande e Senzala*” (1933) e depois em “*Nordeste: aspectos de influência da cana sobre a vida e a paisagem*” (1937). Diferentemente do fazemos atualmente, as descrições da paisagem e do meio físico da América portuguesa elaborado por esses historiadores que terão uma influência expressiva na produção historiográfica nacional até a década de 70, é que o espaço era um dos elementos que entrava na argumentação, mas não era o foco central da exposição. Além disso, talvez a sua convivência cotidiana fosse mais interdisciplinar do que a nossa atualmente. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, em “*Caminhos e Fronteiras*” discutindo dados constantes em descrições de testemunhos do século XVII sobre a colheita do mel pelos indígenas, desenvolve a sua crítica a partir da conversa com o biólogo Paulo de Nogueira Neto. Essa informação consta em nota de rodapé. Logo que a Universidade de São Paulo foi fundada, Caio Prado Júnior se inscreveu como aluno na então seção de História e Geografia, tendo participado da fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB - e fazendo parte da comissão editorial da revista *Geografia*, criada pela AGB em 1935.

Diferentemente do que acontecia na Europa, História e Geografia formavam um curso único no Brasil na década de 1930, quando foram criados nas primeiras universidades brasileiras (Lei n. 452, de 5 de julho de 1937). Só serão separados em 1955 (Lei 2.594). Até a metade do século, portanto, havia um diálogo grande da História com a Geografia e da Geografia com a História. Com o avançar dos anos 60 e especialmente na década seguinte, o distanciamento é perceptível nas duas áreas. Porém, um afastamento que também é compreendido pela influência do

marxismo e estruturalismo. Quando de uma homenagem à dra. Maria Thereza Schörer Petrone, formada em História e Geografia pela USP no início dos anos 50, fiz um estudo de sua produção e pude constatar como o espaço físico é relevante inicialmente em sua narrativa. Mas vai diminuindo pela segunda metade dos anos 60. O mesmo pode ser dito em relação a historiadora Emília Viotti da Costa. Em “Cotia e Itapeverica da Serra. Subúrbios agrícolas”, publicado em 1958 no volume IV da série A cidade de São Paulo organizada por Aroldo de Azevedo, apresenta uma valiosa descrição da paisagem da porção sudoeste da região metropolitana de São Paulo. Uma narração que leva o leitor a se imaginar no lugar do autor observando a vista. Esse é um artigo que os historiadores ambientais deveriam ler ou reler.

Nós encontramos em muitos desses escritos até por volta da década de 1950 e início da 60, críticas a forma devastadora do processo colonizador. Warren Dean lembra em “A ferro e fogo” que desde o início do século XX no Brasil há um debate sobre a degradação ambiental no Brasil e a formação de associações ligadas à defesa do meio ambiente, ou seja, os historiadores estão reverberando questões colocadas pelo seu tempo presente. Lembremos que o código florestal (Decreto 23.793/1934), o de minas (Decreto 24.642/1934), o de caça e pesca (Decreto 23.672/1934) e o de águas (Decreto 24.643/1934) foram decretados em 1934. E três anos depois foi criado a primeira área protegida do país, o Parque Nacional de Itatiaia (Decreto 171314/1937), na serra da Mantiqueira.

Enfim, a diferença na abordagem da história ambiental e de nossos primeiros historiadores e historiadoras de formação acadêmica em história e geografia, é que meio ambiente não era o único foco, não havia tal tipo de especialização. A história pesquisada era econômica, social e cultural com o seu movimento acontecendo num dado espaço físico e no tempo. Considero que suas posturas eram mais interdisciplinares do que daquele hoje que afirmam a sua interdisciplinaridade sem problematizarem o conflito de conceituações originárias das ciências ambientais e das ciências humanas, a começar por objetividade.

A história da paisagem não é tema unicamente da história ambiental, mas há uma produção relevante da história cultural. Há um belíssimo livro de literatura escrito por Flora Sussekind, “O Brasil não é longe daqui”, onde trata das descrições elaboradas pelo romantismo no Brasil e como eles nos apresentam o Brasil visualizado pelos viajantes e cientistas estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX. Tomam para si o estranhamento frente à natureza tropical descrita pelos estrangeiros.

Espacialidades: Qual a importância social de estudar paisagens?

Dora: Tem importância social especialmente quando tratamos criticamente a noção. O termo paisagem, como já foi apontado, surge no renascimento denominando um tipo de pintura. Uma representação que não se reduzia ao que estava sendo visualizado à frente. Aliás nos séculos XVI o artista não pintava ou fazia seu esboço defronte ao cenário retratado. Conforme ensinava Roger Piles em seu “Curso de pintura por princípios” escrito em 1708, o pintor deveria ter intimidade com a perspectiva, colocar aquilo que dava alma a esse tipo pintura, ou seja, animais, água, árvores agitadas pelo vento. Enfim, a paisagem não se reduzia à representação de uma vista no renascimento. Ela implicava num enquadramento da cena, numa decisão sobre profundidade, largura, altura do cenário percebido, na seleção dos elementos a serem evidenciados e na sua deformação através da perspectiva. A filósofa francesa Anne Cauquelin afirma em seu livro “A invenção da paisagem” que foi a arte que nos educou a ver a natureza. E foi um personagem singular que pode encomendar e comprar paisagens para ficar parado admirando, escreveu Raymond Williams em Campo e Cidade. No Brasil, Estados Unidos, e pelo mundo todo há áreas preservadas dada a sua notável beleza cênica. Mas beleza cênica dá para definida a partir de critérios universais? A quem é dado o direito de usufruir esses cenários tendo em conta a sua significação cultural, a possibilidade, o seu tempo e recursos para ir e ficar admirando?

Estudar a paisagem como a representação de uma vista e não como algo real concreto, é um caminho para nos conscientizarmos quanto a ilusão sobre a objetividade e para buscarmos ir além. É o caminho para fazermos a crítica do modo como sentimos o conjunto de formas naturais que enxergamos à frente, o que vemos e aquilo que não queremos ou não conseguimos perceber por que não podemos significar, entender, compreender. Não é nenhuma novidade hoje afirmar que a cultura ocidental não consegue distinguir e reconhecer a humanização da natureza processada por outras culturas. Não nota plantas semeadas, caminhos marcados, territórios demarcados, não consegue aceitar outras formas de conceber os animais e os vegetais. Temos dificuldade de reconhecer, entender e aprender formas indígenas de manejo das espécies vegetais e animais. Resistimos a admitir que paisagem foi criada por poucos e para poucos na terra.

Espacialidades: Quais os erros mais comuns nos estudos sobre paisagens?

Dora: Não sei se poderia apontar os erros mais comuns nos estudos sobre paisagem. Acredito que o que pode haver são trabalhos mal desenvolvidos cientificamente. Uma boa pesquisa deve seguir os princípios metodológicos e critérios de objetividade estabelecidos pela área do conhecimento e especialidade a que ela se liga e ter claro a teoria em que se fundamenta. Richard Muir escreveu um livro, “Approaches to landscape”, expondo as inúmeras e diferentes interpretações dadas a ideia de paisagem. Porém que resultaram em obras que trazem informações e análises significativas, mesmo para aqueles autores que trabalham com uma conceituação antagônica.

Uma pesquisa em da história da paisagem, metodologicamente, como aprendemos, deve criticar as suas fontes, os testemunhos. Contextualizá-los, saber quem são eles e porque estão fazendo aquela descrição. Alicerçar a sua escolha, seleção, análise e descrição dos dados numa bibliografia teórica pertinente. Há de ter em conta a produção historiográfica que se debruçou sobre o mesmo tema. Embora seja óbvio esse comentário, lemos trabalhos que parecem desconsiderar essas orientações.

Analizam as fontes como se o tempo histórico e os objetivos particulares daquele testemunho não interferissem na observação e representação da natureza. Desatentam-se das concepções teóricas que estão informando a sua narrativa. Desprezam a revisão bibliográfica.

Entretanto, os estudos não só da história, mas que tocam na história da paisagem publicados ou traduzidos para o português nas últimas décadas no Brasil é muito bom, variado teoricamente e curioso. Volto aqui a apontar o estudo da Flora Sussekind “O Brasil não é longe daqui” e o Raymond Williams “Campo e cidade” em literatura. À época das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento foram produzidas valiosas análises das pinturas da paisagem brasileira elaboradas por artistas estrangeiros, os quais passaram pelo Brasil entre os séculos XVII e início do XX. Reflexões essas elaboradas por pesquisadores da área de estética e historiadores.

Eu trabalho com o tempo longo, minhas pesquisas avançam mais de um século. Ressentem-se, talvez, da falta de um aprofundamento maior dos contextos políticos tratados. Mas ganham com a evidenciação das mudanças e permanências nas representações. Percebo o imaginário e as orientações do Pe. Inácio de Loyola, interferindo na descrição da Província do Guairá, atual estado do Paraná, elaboradas pelos jesuítas em suas cartas, no século XVII. Encontro relatos de comandantes de expedições aos sertões, no século XVIII, que descrevem vistas focando em detalhes de passagens que viabilizariam a entrada de apoio militar às fronteiras. Vejo nos roteiros de sertanistas de meados do século XIX, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, descrições panorâmicas, sublimes e detalhadas de vistas de terras, na época, devolutas. Sertanistas esses escrevendo quando da discussão e edição da Lei de Terras (1850), entrando nos sertões a mando de um grande negociante e político no Império. Reexamino as descrições da paisagem do núcleo colonial Barão de Antonina feitas em 1930 por um engenheiro, seguindo critérios de objetividade das ciências ambientais. Relato com o qual, em um primeiro momento, me identifico ao observar as fotos tiradas na época. Entretanto, ao

retornar à história da região, me conscientizo de que aquelas descrições e fotografias desvendavam um cenário, mas também ocultavam outros. Comparando todas essas investigações, noto que o enquadramento tendo em conta a altura, largura e profundidade do visualizado e descrito não é o mesmo no século XVII em comparação aos séculos XVIII, XIX e XX. Foram de grande auxílio nos meus estudos não apenas obras que se debruçaram especificamente sobre a paisagem e nem textos especificamente da área de história. Contudo, foi fundamental não esquecer aonde queria chegar, e qual a minha formação.

Espacialidades: Quais as possibilidades de estudo da história ambiental das paisagens e como tem se desenvolvido no Brasil?

Dora: Tem muita coisa a ser estudada dentro da história das paisagens no Brasil, especialmente sobre o período colonial, sobre os sertões, e encontramos muita gente competente publicando. Todavia estamos pesquisando muito isoladamente, tanto em termos estaduais, quanto regionais. Além disso nos ressentimos de encontros que viabilizem a troca de conhecimentos singularmente sobre o tema. Estamos e produzimos dispersos.

Existem obras importantes de serem traduzidas para refletirmos sobre paisagem no Brasil. Lembro do livro escrito por Nancy Leys Stepan, “Picturing tropical nature”, publicado em 2001. A brasilianista vai por caminhos pouco transitados pela historiografia ambiental cultural brasileira. Ela analisa as imagens construídas no século XIX e XX por cientistas vários, viajantes e artistas sobre a natureza nos trópicos, focando o território brasileiro. Entre outros aspectos e peculiarmente o que nos interessa aqui, a paisagem, Stepan evidencia como os desenhos e pinturas retratando vistas, o interior das matas e de jardins, de vistas no século XIX, ressaltavam e exageravam a dimensão das formas naturais, a altura das árvores, o tamanho das folhas inserindo uma única pessoa na imagem. Na sua apresentação ela nos conta que para desenvolver a sua pesquisa teve que recorrer a história ambiental, da arte, da fotografia, do desenho de paisagem, assim como à história natural.

Chamo a atenção para essa obra de Nancy Stepan justamente porque construímos a nossa identidade nacional nos apoiando sobremaneira nessas imagens e descrições sobre o território brasileiro e a sua natureza, elaboradas por cientistas e artistas estrangeiros que viajaram pelos sertões do Brasil no século XIX. Havemos de comparar essas imagens com as descrições elaboradas em séculos anteriores e criticarmos representações que permanecem sobre o exotismo na natureza brasileira.

Espacialidades: Você percebe uma intenção política e econômica sobre a construção dos usos e significados atribuídos às paisagens? Se sim, poderia citar algum exemplo?

Dora: A paisagem é uma representação pictórica, fotográfica ou textual de um conjunto de elementos tangíveis. Contudo, essa imagem contém elementos subjetivos, uma vez que para existir ela depende de um enquadramento, determinação de distância, uma seleção, uma ordem, um foco, uma significação, um conceito. Num primeiro momento, quando o termo foi criado no renascimento, paisagem foi distinguida como uma pintura, definida como um simulacro da realidade. A transfiguração do seu sentido por volta do século XIX, de representação da natureza para um conjunto concreto de elementos naturais e a imposição da ideia de que a percepção desse conjunto singular é universal, não me parece ter nada de neutro. Concordo com Anne Cauquelin quando pontua que a noção de paisagem hoje, fortemente presente em nosso cotidiano, na mídia, na propaganda, nas medidas de organismos oficiais e globais de preservação da natureza, traz embutida uma proposta de devir não apenas ecológico, mas também social e econômica.

Hoje em dia se ganha muito dinheiro com a ideia de paisagem. O lucro com o comércio de paisagens vai muito além das empresas de turismo, envolve indústrias de roupas, alimentos, transporte, equipamentos de conteúdo tecnológico e valor extremamente variados, abarca também um forte comércio de terras. Mas apenas

uma pequena parcela da população do planeta pode usufruir das paisagens e, singularmente, daquelas que são consideradas de notável beleza cênica e, ademais, há culturas que não possuem um conceito equivalente em suas línguas.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC – (Lei no. 9985 de 18 de julho de 2000) tem como um de seus objetivos “proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica”. Define como objetivo básico da unidade Parque Nacional é “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Quanto ao Monumento Natural fixa que seu objetivo é o de “preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica”. Entretanto, algumas dessas unidades se sobrepõem a terras indígenas ou de comunidades tradicionais como caiçaras e quilombolas, criando tensões com relação às formas de manejo dos recursos naturais, assim como do acesso e uso dessas áreas. A população indígena da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, se opôs a implementação do Parque Nacional do Monte Roraima em razão dos conflitos com os direitos e as políticas de preservação da sua diversidade cultural. Se reconhece que vários e diversificados grupos indígenas habitam, exploram e transformam há séculos toda aquela área de matas, campos e Tepuis. Porém, ninguém perguntou como olham e representam as suas terras. Talvez porque inviabilizaria que nos apropriássemos delas pelo olhar, pela sua transformação em paisagem.

Eu finalizaria essa pergunta questionando o que nós consideramos como um cenário feio e um sublime. Se pararmos para refletir e enumerarmos todas as paisagens que consideramos de beleza cênica, sejam aquelas com elementos naturais ou construídos, talvez notemos que o aspecto fundamental é a existência ou inexistência de elementos que remetam à estratificação social.

Espacialidades: É possível perceber, através dos meios de comunicação, e até mesmo na arte, a condução da paisagem na construção da memória e da identidade. O que você diz sobre isso? Quais os reflexos positivos e negativos?

Dora: Vou responder, porém introduzindo os principais intelectuais que me levam a refletir sobre influência da arte na construção da identidade nacional e se há reflexos positivos e negativos nesse fato.

O termo paisagem é do século XV. Conforme Anne Cauquelin a *paisagem foi inventada pela arte renascentista e esta nos instruiu a ver a natureza*. Segundo Dennis Cosgrove nós nunca conseguimos eliminar o sublime das descrições de paisagens, por mais objetivos que tentemos ser. O sublime, o que transcende o belo, era um dos elementos fundamentais daquele gênero de pintura, paisagem. Afirmarções que resultaram de estudos sobre os séculos que se estendem do XV ao XVIII. Nesse sentido, ao final do século XVII o pintor francês Roger Piles (1635-1709) no livro “Curso de Pintura por Princípios”, instruía seus leitores que a pintura de paisagem deveria transcender a realidade, adequando a luz, as cores, os movimentos, produzindo a ilusão de ótica através da perspectiva (LANEYRIE-DAGEN, 2006, p. 62 e 63) A descrição de paisagem no século XIX pelo romantismo brasileiro está ligado à construção da identidade do que era ser brasileiro.

Quando fiz a pesquisa sobre o termo paisagem para a publicação no “Glossário de termos setecentistas” o CEIBERO, o que a Anne Cauquelin colocava sobre a nossa percepção da paisagem ter sido conformada pela arte fez mais sentido. A ausência do termo paisagem em documentos do século XVIII que descreviam entradas nos sertões, e a referência, às vezes, a um cenário natural que remetia à um quadro pictórico, à uma pintura, nos revelam como nos alienamos do significado original da palavra, do seu sentido. Vivemos na ilusão de que temos controle do que é objetividade e subjetividade, tendo em conta que quando mudamos o significado de paisagem, fantasiámos uma representação em algo real concreto.

A historiografia brasileira, a partir da década de 1990, tanto aquela ligada à história ambiental como à história cultural, passou a refletir a partir de diferentes vieses teóricos sobre a construção no século XIX e início do XX de uma identidade nacional ligada à natureza. Lembremos de Nísia Trindade Lima “Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional”, Lúcia Lippi Oliveira “Americanos Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA”, Luciana Murari “Natureza e cultura no Brasil (1870-192), José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond “Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940”, entre outros tantos.

Há um comércio e uma imposição muito grande pelos meios de comunicação do que é uma paisagem a ser admirada. Como já aponte são aquelas em que o cenário não nos revela a estratificação social, aquelas que não conseguimos identificar a humanização.

Espacialidades: Para finalizarmos, pensando nos leitores da Revista Espacialidades que estão iniciando ou aprimorando seus estudos em relação ao estudo de Paisagens, a sra. teria alguma sugestão que não pode faltar nos estudos sobre o conceito? Quais poderiam ser sugeridas como leitura para quem esteja iniciando nessa temática?

Dora: Pelo final do século XX, no contexto da “Virada Cultural”, assistimos a Geografia retornando ao estudo do conceito paisagem que já havia sido clássico para essa ciência, instituído por que Alexander Von Humboldt. Contemporaneamente as demais ciências humanas e a história em particular, passaram a realçar como objeto de análise a natureza visualizada e descrita, pintada, fotografada ou filmada. A produção sobre esse assunto cresceu exponencialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, assim como se multiplicaram as definições dadas ao conceito. O arqueólogo Richard Muir em seu livro “Approaches to landscape” contou mais de cem definições diferentes de paisagem. Variações essas que ocorrem independentemente da diversidade das áreas científicas que focam no tema. Dentro

da História, como da Geografia há aqueles que estudam os cenários visualizados descritos, pintados ou fotografados tanto como representação, tanto como um conjunto objetivo de formas, como uma concretude. Entretanto, há inúmeros estudos interessantes discutindo paisagens pretéritas e mesmo presentes, que partem de conceituações distintas, porém que nos levam a refletir sobre as nossas próprias pesquisas. Eu vou mencionar algumas das que me foram fundamentais até agora.

“A invenção da paisagem” de Anne Cauquelin é uma obra essencial para fundamentar a discussão sobre o conceito paisagem. Ela traça um relato sobre a ideia de paisagem e seu processo de variação no tempo, a importância de elementos do desenvolvimento de técnicas deformadora da realidade concreta, como a perspectiva. Defende que está em andamento a transformação de nossa ideia de paisagem uma vez que hoje vivemos num mundo em parte virtual.

O livro “Ver a paisagem” de Jean Marc Besse é outra obra traduzida fundamental, que debate o conceito de paisagem. É composta por pequenos artigos em que discorre sobre representações artísticas, científicas e filosóficas a partir do espaço visualizado.

“Paisagem e memória” de Simon Schama é uma obra interessante, mas o autor não está preocupado em trabalhar com a noção em si, tanto que apresenta uma rápida definição na introdução de seu livro, ou seja, um modo de ver. Seu objetivo é apresentar uma série de cenários, monumentos naturais que são transformados em elemento de identidade para uma dada população.

“O homem e o mundo natural” de Keith Thomas é outro clássico como o livro de Simon Schama. Ele não se centraliza seja no termo paisagem ou nas descrições do visualizado, mas na mudança da forma dos humanos se relacionarem com os animais e as plantas ao longo dos séculos XV ao XIX na Inglaterra.

Francisco Carlos Teixeira da Silva escreveu um capítulo intitulado “História das paisagens” publicado em coletânea organizada por Ciro Flamarion Cardoso e

Ronaldo Vainfas. A discussão dele caminha pela definição de uma especialidade a história da paisagem e que ele liga à história cultural. Sua preocupação não é debater o conceito, mas esclarecer sobre o que ele considerava formar uma especialidade independente.

Nem todos que estão analisando paisagem na história estão ligados à história ambiental ou mesmo refletindo, a princípio, sobre a relação da humanidade com a natureza. Há uma rica produção brasileira sobre identidade nacional e a idealização de uma paisagem. Essas obras auxiliam na iluminação de nossas pesquisas em história ambiental, na consciência quanto ao fato de que a construção de nossa imagem da natureza é moldada por mitos que vem de longe, mas, também, por ideias construídas intencionalmente.

Há livros que não estão discutindo paisagem singularmente, mas analisam como se enxerga e descreve a natureza. Nessa linha eu mencionaria um livro clássico da historiografia brasileira, o *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda. Mas, infelizmente, pouco lido pelos historiadores ambientais. Recentemente, Laura de Mello e Souza publicou “O jardim das Hespérides”. Um livro que parte de Sérgio Buarque sobre influência de mitos antigos na interpretação da natureza brasileira e de uma controvérsia semelhante. Afirmo, que ainda no presente, demandamos esses mitos antigos, porém, agora com vestes novas. Se no final da década de 1950, Sérgio Buarque referia-se à construção da identidade nacional e o apelo para a expansão da fronteira. Hoje Laura de Mello e Souza alude à permanência da destruição processada em nossas matas amparada no discurso civilizacional.

Raymond Williams escreveu “Campo e cidade” tratando como esses espaços, o campo e a cidade, foram tratados pela poesia inglesa do século XVI até o XX. Caminha analisando as descrições que esses poetas faziam das cenas visualizadas ou imaginadas. Há uma cena introdutória escrita dele ouvindo um barulho e imaginando um cenário que ele vivenciava quando era jovem, sugerindo que carregamos paisagens conosco ao longo da vida.

Um livro que examina o olhar sobre o espaço físico e social dos testemunhos e que nos auxilia a criticar fontes do século XVIII e XIX é o de Mary Louise Pratt, “Os Olhos do Império”. Ela mostra a mudança no olhar, nos detalhes do observado, nos elementos descritos entre o início do século XVIII e final desse século e do XIX na África do Sul por colonizadores europeus, Afirma como os interesses econômicos se uniram à ciência e determinaram o que focar e relatar. A mudança nos detalhes ressaltadas e o ocultamento gera avaliações distintas sobre as sociedades locais. Chama a atenção também para a dissimilitude entre o foco masculino e feminino analisando descrições de mulheres que viajaram pela América Latina no século XIX.

Saindo de uma bibliografia em português eu indicaria os escritos de Dennis Cosgrove. Há um artigo dele traduzido para o português “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”, que foi publicado na coletânea Paisagem, tempo e cultura coordenada por Zeni Rosendahl e Roberto Lobato Correa. Contudo, dentre a sua vasta obra, eu lembraria do livro dele “Social formation and symbolic landscape” e do artigo “Landscape and Landschaft”. Neste último caso ele desenvolve uma interessante discussão sobre o significado original e diverso da palavra inglesa e do alemão e da mudança de seus significados por volta do século XVII. Kenneth Olwig escreveu um artigo “Recovering the substantive nature of landscape”, justamente buscando debater com o artigo de Cosgrove. Há um livro organizado por Stephen Daniels e Cosgrove que reúne artigos de pesquisadores, em sua maioria, geógrafos e historiadores, tratando de variados espaços e tempos, contudo partilhando a ideia de paisagem como uma imagem cultural.

Uma discussão muito interessante foi proposta por Barbara Bender e Margot Winer em “Contested landscapes. Movement, exile and place”. É uma coletânea de artigos de vários pesquisadores discutindo a relação com o espaço físico, com a paisagem de povos do terceiro mundo que estão em movimento por questões diversas, pelo exílio, pela migração forçada, por guerras. Pessoas essas que levam a paisagem consigo, segundo Barbara Bender coloca na introdução.

Terence Ranger publicou em 1999 “Voices from the Rocks: Nature, Culture, and History in the Matopos Hills of Zimbabwe”, onde trata das revoltas e tensão entre as etnias que habitam a região de Matopos, atual Zimbabwe e o colonialismo inglês. As colinas de Matopos são um parque nacional e declaradas Patrimônio da Humanidade pela Unesco em razão das formações geológicas e vestígios de pintura rupestre entre outros aspectos. As colinas foram declaradas parque nacional pelo colonizador inglês Cecil Rhodes em 1902. Aliás ele está enterrado lá, como era o seu desejo, próximo a um líder tradicional. O livro revela a imposição de um significado pelo colonizador europeu a um cenário, desconsiderando seu significado para as culturas tradicionais locais, e obrigando e justificando a posse através dele. Hoje em dia as agências de viagens têm pacotes para as colinas de Matobos. Seus prospectos acentuam, entre outros fatos, a paisagem formada pelas rochas. E indicam como um ponto folclórico da viagem a constatação de que as sociedades locais acreditam que ali vivem espíritos de antigos líderes.

Vou relacionar a seguir uma bibliografia que foi referenciada ao longo da entrevista. Mas cabe ressaltar que há inúmeros outros pesquisadores pertinentes para quem quer estudar paisagem e que eu não mencionei nesta conversa. Fundamentalmente me concentrei aqui nos principais historiadores, antropólogos geógrafos, filósofos, que influenciaram a minha reflexão sobre o conceito de paisagem e sobre a leitura e crítica de testemunhos que nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX entraram nos sertões e descreveram o que visualizavam.

Bibliografia citada:

ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ABREU, Capistrano. **Capítulos de História colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris**. Ecologia e História. Campinas: Papirus, 1988.

BENDER, Barbara. (Ed.) **Landscape politics and perspectives**. Oxford: Berg, 1993.

BENDER, Barbara; WINER, Margot (Eds.) **Contested landscapes**. Movement, exile and place. Oxford: Berg, 2001.

BESSE, Jean-Marc. Ver a terra. **Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**. With a new introduction. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. Cotia e Itapeverica da Serra. Subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). **A cidade de São Paulo**. Cia Nacional; AGB/SP, v. IV, 1958.

DEAN, Warren. **A Luta Pela Borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. **With broadax and firebrand**. The destruction of the Brazilian Atlantic forest. Berkeley: University of California Press, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, v. 4, n. 8, 1991.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Record, 1989

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 2. ed. atual. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEONÍDIO, Adalmir. O conceito de paisagem em história. **XXV Simpósio Nacional de História** – ANPUH, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16114>>

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Universidade Candido Mendes; Renavan, 1998.

MUIR, Richard. **Approaches to landscape**. London: Macmillan Press Ltd, 1999.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Humanitas, 2000.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: _____ (Org.) **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**. Relatos de Viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

RANGER, Terence. **Voices from the Rocks: Nature, Culture, and History in the Matopos Hills of Zimbabwe**. Indiana: Indiana University Press, 1999.

ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SCHAMA, Simon. **História e paisagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2015.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade. Na história da literatura. São Paulo, Cia das Letras, 2000.